



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E CULTURAS**

FLÁVIO DA CONCEIÇÃO

**AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO “MOVIMENTO DOS SARGENTOS” NA BASE
AÉREA DE FORTALEZA (1962-2002)**

FORTALEZA-CEARÁ

2015

FLÁVIO DA CONCEIÇÃO

**AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO “MOVIMENTO DOS SARGENTOS” NA BASE
AÉREA DE FORTALEZA (1962-2002)**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em História – MAHIS, área de concentração em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará – UECE, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Culturas.

Orientadora: Profa. Dra. Lucili Grangeiro Cortez.

FORTALEZA-CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Conceição, Flávio da.

As Práticas Políticas do "Movimento dos Sargentos" na Base Aérea de Fortaleza (1962-2002) [recurso eletrônico] / Flávio da Conceição. – 2015.

1 CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 156 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientação: Profa. Dra. Lucili Grangeiro Cortez.

1. Práticas políticas. 2. Forças Armadas. 3. Ditadura civil-militar.

I. Título.

FLAVIO DA CONCEIÇÃO

**“AS PRÁTICAS POLÍTICAS DO “MOVIMENTO DOS SARGENTOS” NA BASE
AÉREA DE FORTALEZA (1962-2002)”**

Dissertação submetida ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas

Aprovada em: 28/08/2015.

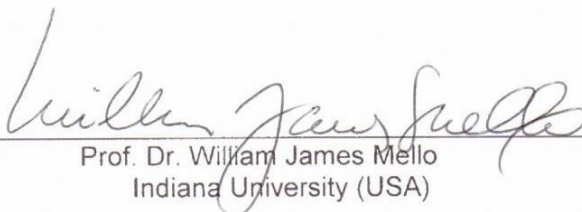
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Lucia Grangeiro Cortez (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Altamar da Costa Muniz
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. William James Mello
Indiana University (USA)

Dedico este trabalho em memória do meu falecido avô José da
Conceição; às minhas irmãs Maria,
Fátima, Janaína e aos meus sobrinhos Pedro e Miguel.
E com muito carinho à minha inspiradora e guerreira mãe, Gilvane.

AGRADECIMENTOS

Iniciar uma pesquisa de mestrado em História sem um financiamento é quase inviável, por isso, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo fomento.

Impossível esquecer de algumas pessoas que contribuíram direta e indiretamente para esta pesquisa. Desse modo, eu agradeço, desde a graduação, aos colegas Pedro, Robson e Elitiel.

A pesquisa que deu origem a esta dissertação de mestrado começou na disciplina de Brasil IV, ministrada pelo professor Gisafran Jucá, e aos poucos foi ganhando corpo. Por isso, agradeço o incentivo e as colaborações iniciais.

Ao longo da graduação e do mestrado, diferentes amigos fizeram parte da trajetória do presente mestrando, como Adriano Ferreira, Jackson Costa, Felipe Barreira, Edvardo Zaranza e, especialmente, ao Ítalo Andrez, que em momentos iniciais e oportunos deste trabalho tomou emprestado livros na Universidade particular que estuda, já que ela limita a consulta local aos seus discentes.

É preciso agradecer aos colegas de turma do Mestrado, como Elcelane, Luccas, Natalia, Nathan, Nonato, Rafaela Moreira e Ana Paula. No departamento do MAHIS é pertinente lembrar também do Neto, que muito solucionou e soluciona os nossos problemas burocráticos, do mesmo modo a Dona Rose que nos confortava com palavras encorajadoras. Como esquecer da Dona Sílvia e do seu sorriso e humildade.

Os documentos sobre ditadura no Ceará são escassos e é preciso agradecer ao Mário Albuquerque e, principalmente, ao Célio Albuquerque, ambos integrantes da Anistia 64/68. Do mesmo modo, ao Adenildo, pela sua disponibilidade na Secretaria de Justiça do Ceará, local onde está localizado o Arquivo Wanda Sidou.

A pesquisa teria sérios problemas sem a colaboração dos militares anistiados Jamil Vasconcelos, Francisco Aélío, José Arribamar, Edson Gereba, Francisco Gomes, Luiz Gonzaga Bandeira e Jamiro Dias. As informações e os relatos das suas trajetórias nos acontecimentos dos anos 1960 possibilitaram dar vida aos documentos até então silenciados por um processo político de ditadura opressora que mudou o caminho de muitas vidas. É relevante mencionar o colega Frederico Pontes que, sabendo da minha pesquisa, ajudou no contato com o sargento Francisco Aélío.

Do departamento do MAHIS, gostaria de agradecer aos professores Gisafran Jucá e Willian Mello pela disciplina de **História Política** que contribuiu para a carga teórica desta dissertação.

Como esquecer do professor Carlos Jacinto que, desde a graduação, demonstra honestidade e sinceridade com os discentes, assim é lembrado entre muitos, sobretudo, por aqueles que desejam um ambiente universitário, além do clientelismo acadêmico. Vale frisar que, em sua disciplina de **Seminário de Pesquisa II**, o professor Jacinto comentou os nossos projetos de pesquisa com seriedade acadêmica, levantando questionamentos para além do academicismo, ou seja, para a vida, especialmente no sentido de acreditarmos em nossas pesquisas cujos objetos devem ser definidos pelos discentes. Tal postura é digna de um educador, como defendia Paulo Freire, mas lamentavelmente esse tipo de postura é escasso no ambiente acadêmico.

Gostaria de agradecer imensamente à Profª. Dra. Lucili Grangeiro Cortez pela orientação e ao Prof. Dr. William James Mello pela contribuição enriquecedora.

Eu não poderia deixar de agradecer a Angela Naomi, sua presença em minha vida e, sobretudo, pela sua paciência para o término desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho objetiva refletir sobre o “Movimento dos Sargentos” da Base Aérea de Fortaleza, ocorrido no dia 1 de abril de 1964 contra o golpe civil-militar. O questionamento da ditadura pelos sargentos foi respondido com prisões, expulsões, torturas e um processo carregado de intenções punitivas, inclusive a outros militares que não participaram do “Movimento”. A Anistia de 1979 não beneficiou os militares, a sua efetivação em relação aos militares atingidos ocorreu somente em 2002, após protestos e a organização de entidades de militares perseguidos. A pesquisa objetiva discutir também os acontecimentos e os fatos políticos desde o início do século XX nas Forças Armadas, no sentido de entender o processo histórico e político dos militares de baixa patente. Esse panorama político permite compreender as manifestações e inquietações políticas em seus contextos, sobretudo, problematizar as práticas políticas dos sargentos da Aeronáutica cearense a partir dos anos 1960. A dissertação trabalha com o Processo 164 do Arquivo *Brasil Nunca Mais*, que constitui o Inquérito instaurado para “investigar” os sargentos da Base Aérea de Fortaleza. Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas com os sargentos perseguidos e consultados os arquivos da Anistia 64/68, de maneira que permitissem contextualizar as fontes oficiais carregadas de aspectos punitivos.

Palavras-chave: Práticas políticas, Forças Armadas, Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This thesis aims to create a discussion about “Sergeants’ Movement” from Fortaleza’s Airbase, which happened on April 1, 1964 against civilian military takeover. The military regime asked by sergeants, was answered with prisons, deportations orders, tortures, criminal proceedings with lots of punishing intents, including other soldiers who had not taken part of the “Movement”. The Amnesty of 1979 did not give benefits to soldiers. It happened only in 2002 after outcries and the creation of departments which helped, effectually, soldiers who were pursued. The research also intends to discuss about events and political facts from the beginning of XX century in Military Forces. It will help to understand all the historical and politic process of low rank soldiers in their vary perspectives. That long political period enlightens about manifestations and unease, emphasizes the problems of political culture which Airbase’s sergeants from Ceará were involved in 1960s. The research was developed to the Suit 164 from “*Brasil Nunca Mais*”. It is composed of an enquiring to investigate Fortaleza Airbase’s soldiers. During the gathering, interviews with chased sergeant were realized. Amnesty 64/68 files were checked, in such a way that they allowed to provide official sources.

Keywords: Political culture, Military Forces, Civilian Military Takeover.

LISTA DE ABREVIATURAS

10ª RM	- Região Militar
23º BC	- Batalhão de Caçadores
4º BEC	- Batalhão de Engenharia e Construção
ADNAM	- Associação Democrática e Nacionalista dos Militares
AI	- Ato Institucional
AIB	- Ação Integralista Brasileira
ALN	- Aliança Libertadora Nacional
AMIC	- Associação dos Militares Cassados
ANL	- Ação Nacional Libertadora
CBA	- Comitê Brasileiro pela Anistia
CGT	- Comando Geral dos Trabalhadores
CIT	- Centro de Instrução Técnica
CLEC	- Centro Lical Estudantil Cearense
CNBB	- Confederação dos Bispos do Brasil
CPM	- Código Penal Militar
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
EMG	- Estado Maior Geral
ESG	- Escola Superior de Guerra
FAB	- Força Aérea Brasileira
FMP	- Frente de Mobilização Popular
FPN	- Frente Parlamentar Nacionalista
GAV	- Guarnição de Aviação
GSG	- Guarnição de Serviço de Guarda
IAPC	- Instituto de Aposentadoria e Previdência do Comércio
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES	- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	- Inquérito Policial Militar
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JAC	- Juventude Agrária Católica
JOC	- Juventude Operária Católica
MFPA	- Movimento Feminino Pela Anistia
NR	- Número de Registro
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
PCB	- Partido Comunista do Brasil
PCdoB	- Partido Comunista Brasileiro
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	- Partido Social Democrático
PTB	- Partido dos Trabalhadores Brasileiros
PUA	- Pacto de Unidade Sindical e Ação
QGR	- Quartel General Regional
QOA	- Quadro de Oficiais Auxiliares
SNI	- Serviço Nacional de Informação
STM	- Superior Tribunal Militar
UBES	- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UECE	- Universidade Estadual do Ceará
UCP	- União das Classes Produtores
UDN	- União Democrática Nacional
UFC	- Universidade Federal do Ceará
UNE	- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	PRÁTICAS POLÍTICAS NOS QUARTÉIS: (IN)DISCIPLINA NA CASERNA...	20
2.1	UMA LONGA TRAJETÓRIA DE PRÁTICAS POLÍTICAS NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS.....	22
2.2	O CLUBE DOS SARGENTOS E O PROCESSO POLÍTICO NAS FORÇAS ARMADAS CEARENSE.....	36
2.3	TRAJETÓRIAS REVELANDO HISTÓRIAS: ESBOÇOS POLÍTICOS E BIOGRÁFICOS.....	47
3	OS PRAÇAS CEARENSES E O “MOVIMENTO DOS SARGENTOS” NA AERONÁUTICA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	64
3.1	OS SARGENTOS “NA POLÍTICA”: MANIFESTO DOS SARGENTOS E ANTICOMUNISMO NO CEARÁ.....	66
3.2	DITADURA CIVIL-MILITAR <i>VERSUS</i> “PATRIOTAS DE VERDADE”: O “MOVIMENTO DOS SARGENTOS” EM DEFESA “DAS AUTORIDADES LEGALMENTE CONSTITUÍDAS”.....	81
4	PRISÕES, EXPULSÕES E ANISTIA: O “RETORNO” À VIDA CIVIL.....	105
4.1	PROCESSO, PRISÕES E EXPULSÕES: HISTÓRIAS A SEREM PASSADAS “A LIMPO”.....	106
4.2	DA VIDA CIVIL À ANISTIA: REDES DE SOLIDARIEDADE, LIMITAÇÕES CIVIS E A NECESSIDADE DO TRABALHO.....	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
	FONTES.....	149
	REFERÊNCIAS.....	150
	ANEXOS.....	160

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve início objetivando discutir as memórias dos militares cearenses perseguidos pelo golpe de 1964, mas ao longo do mestrado a dissertação entrou em contato com outros documentos permitindo nova abordagem e uma mudança do projeto inicial. As indecisões iniciais geraram a afirmação na disciplina de *Seminário de Pesquisa I*, que alguns projetos, inclusive o meu, não estavam “à altura do mestrado”. Como pode ser atribuída tal afirmação a projetos em desenvolvimento que iam ser aprofundados ao longo do curso? Fazer esse tipo de afirmação é o mesmo que desqualificar as bancas responsabilizadas pelas seleções que aprovaram os projetos discutidos. Do mesmo modo, desconhecer as dificuldades acerca dos arquivos da Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Diante das novas fontes encontradas, a presente dissertação objetiva problematizar o “Movimento dos Sargentos” ocorrido na Base Aérea de Fortaleza, em 1 de abril de 1964. Entretanto, o recorte temporal antecede esse momento, pois, desde 1962, os sargentos de diferentes guarnições cearenses se reuniam objetivando lançar candidatos militares ao parlamento cearense.

A organização dos sargentos contra o golpe se encaixa numa discussão dos militares favoráveis ao processo democrático. Além disso, ao iniciar a carreira nas Forças Armadas, juravam a Constituição no sentido de garantir a manutenção da democracia das autoridades constituídas. Em função disso, militares de diferentes patentes no Brasil, principalmente, os militares subalternos¹ opuseram-se ao regime de exceção. Por isso, os militares cearenses foram perseguidos, presos, torturados, reformados e expulsos em 1964 e 1965, restando a eles o retorno à vida civil e à luta pela Anistia, em meados dos anos 1980 e 1990, mas, somente em 2002 tiveram seus direitos reconhecidos como anistiados. Assim, este trabalho buscou compreender e analisar a atuação dos sargentos no período de 1962 a 2002, discutindo as práticas políticas partilhadas, o “Movimento” contra a ditadura e as consequências geradas após as perseguições.

A década de 1960 levou diferentes setores das camadas populares e urbanas à participação política na exigência de direitos sociais, havendo da parte do Presidente João

¹ Os militares subalternos compreendem em escala crescente: taifeiro, soldado, cabo, sargento e suboficial.

Goulart um consentimento na realização das “reformas de base”.² Em função desses fatores políticos favoráveis, os praças passaram a ter posicionamentos políticos na defesa dos seus interesses.

Em relação aos militares de baixa patente, a busca por direitos foi significativa, pois tinham seus direitos limitados, ao ponto de não poderem votar e muito menos se candidatarem no processo eleitoral. Com isso, passaram a se manifestar politicamente em defesa dos seus interesses, principalmente pelo apoio recebido na administração do governo João Goulart.

Acerca do “Movimento dos Sargentos” na Aeronáutica cearense, havia somente a referência no livro *Brasil Nunca Mais*, afirmando que suboficiais, sargentos e cabos se “[...] reuniram no Cassino da Base Aérea de Fortaleza [...] decidiram entrar em formação para se dirigir ao comandante da unidade e solicitar uma palavra de esclarecimento sobre os acontecimentos daqueles dias”.³ A verificação no Arquivo *Brasil Nunca Mais* permitiu o acesso ao Processo 164 que soma um total de 993 laudas, no qual os militares eram acusados de “subversivos” por terem defendido a democracia quando se dirigiam à sede do comando⁴.

Iniciado o golpe civil-militar, em 31 de março de 1964, era preciso extirpar qualquer indício de oposição aos militares “redentores” da democracia. Com esse objetivo, o Estado Maior da Aeronáutica cearense instaurou uma Sindicância, iniciada em 13 de abril de 1964. No processo, constam como indiciados 1 major, 2 capitães, 1 tenente, 3 suboficiais, 20 sargentos e 1 cabo.⁵

² As “reformas de base” defendidas pelo Presidente João Goulart representavam um conjunto de medidas, visando alteração das estruturas econômicas e sociais do Brasil, a partir de um desenvolvimento autônomo e com justiça social. Entre as principais reformas, destacam-se: tributária, fiscal, urbana, administrativa, agrária, universitária e a legalização do Partido Comunista Brasileiro. No bojo das reformas, era defendido também o controle do capital estrangeiro, o monopólio estatal de setores estratégicos e a extensão do voto aos analfabetos e aos praças. Ver FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, p.122.

⁴ O Arquivo “Brasil Nunca Mais” reúne arquivos dos processos políticos do Superior Tribunal Militar de 1964 até 1979. Foram copiados 707 processos completos e outros incompletos, somando mais de 1 milhão de páginas que foram copiadas, microfilmadas e enviadas para fora do país. O BNM, atualmente, está sob a guarda do Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP que, atualmente, disponibiliza a totalidade dos processos *online*. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

⁵ BNM; Processo 164, pp. 8-12. Acerca da hierarquia militar existe uma gama de patentes com algumas diferenças nas Forças Armadas, mas de maneira simples os oficiais da Aeronáutica – são patentes que se assemelham muito ao Exército. Em ordem crescente são: Aspirante, Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel, Coronel, Brigadeiro, Major- Brigadeiro, Tenente- Brigadeiro e Marechal de Ar. No caso dos praças, são graduados aqueles de cabo até suboficial e na hierarquia, em ordem crescente, compreendem: o Soldado 2ª Classe (e Taifeiro-2ª Classe), Soldado 1ª Classe (Taifeiro-1ª Classe), Cabo (e

As fontes oficiais, as entrevistas, os processos iniciados na Anistia 64/68, em Fortaleza, e os periódicos veiculados na cidade são reveladores no entendimento do processo histórico e na compreensão dos envolvimento políticos, dos quais tomaram parte os sargentos cearenses. Apesar das diferentes patentes envolvidas, os arquivos demonstram a categoria de sargentos organizando-se politicamente desde 1962.

Analizando o processo histórico e as reflexões propostas pelos autores que problematizam os acontecimentos da ditadura civil-militar, existe um panorama histórico de ações políticas que desencadeiam um amadurecimento entre os militares subalternos. As Forças Armadas, desde o início do século XX, impediam os praças de casar, estudar e candidatarem-se ao processo eleitoral. Além disso, havia imposições hierarquizadoras, baixa remuneração e péssimas condições de alimentação.

Esses fatos propiciaram uma organização que pode ser visualizada em três momentos de agitações e envolvimento políticos entre os militares de esquerda. Paulo Ribeiro da Cunha sugere que o primeiro momento foi iniciado em 1915 e 1916, quando os sargentos organizaram insurreições e, anos depois, Cunha apresenta alguns militares influenciados pelas perspectivas de esquerda presentes no Movimento Tenentista; o segundo contexto, segundo Cunha, está relacionado ao período de 1945 e 1964 durante a participação de militares comunistas nas causas nacionais; o terceiro momento histórico evidencia-se pós-1964, quando objetivavam a restauração da democracia.⁶

A discussão apresentada pelo autor é elucidativa e permite compreender que desde a década de 1910 havia segmentos de uma esquerda militar nas Forças Armadas brasileiras. O entendimento desse processo histórico permite reflexões propostas dentro das renovações de abordagem propostas pela História Política. A mesma no final do século XIX e início do XX era limitada aos reis, monarquias, nações, guerras, Estados e revoluções com uma narrativa linear e em nome de uma história total, sendo duramente criticada na *Escola dos Annales* que viu nesse tipo de proposta historiográfica o alvo principal e a “primeira vítima”, pois havia

Taifeiro-Mor), Terceiro-Sargento, Segundo-Sargento, Primeiro-Sargento, Suboficial. Ver PARUNKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de Guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)** e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

⁶ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa**. São Paulo: Unesp, 2014, pp-35-37.

necessidade de um “[...] inimigo sobre o qual concentrar o fogo das críticas de que toda nova escola necessita.”⁷

A retomada das discussões da história política inseriu-se no final dos anos 1980, incorporando as novas propostas apresentadas pela História Social e Cultural. Por isso, segundo René Rémond a expressão “retorno ao político” é discutível e também “desastrosa”, dando a ideia de uma volta ao passado: “Como se nós vivêssemos numa história de dois tempos. Não é a mesma política, nem a mesma história política, nem a mesma abordagem, nem inteiramente o mesmo objeto. É uma história renovada.”⁸

Nessa proposta de renovação historiográfica, militares indiciados na Base Aérea de Fortaleza apresentam problematizações importantes, esboçando diferentes práticas políticas, inclusive a presença de uma esquerda militar. Nesse sentido, havia entre os militares da Aeronáutica cearense diferentes ideias políticas, como nacionalismo, patriotismo, direita, esquerda e fidelidade à hierarquia militar. Jacob Gorender sugere que abordar a esquerda “é discorrer sobre um objeto impreciso”, pois o conceito envolve um movimento de ideias objetivando um “[...] projeto de transformação social em benefício das classes exploradas e oprimidas”, havendo nas propostas de esquerda caminhos que conduzem a uma transformação social que a pluralizam e “[...] fazem dela um espectro de cores e matizes”.⁹ Dessa forma, os militares envolvidos nos debates dos anos 1960 facilmente poderiam ser acusados de aproximação com as propostas da esquerda.

Tais fatos podem ser verificados no Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado, havendo a necessidade de atribuir aspectos e posicionamentos políticos aos militares, por isso, é preciso compreender e problematizar o Inquérito. As atribuições no processo referindo-se a esquerda necessitam de cautela, pois os objetivos dos responsáveis pelo IPM era atribuir propositalmente características políticas de esquerda. Por isso, partir inicialmente da proposição de esquerda militar presente na Base Aérea de Fortaleza é o mesmo que ratificar as intensões dos interrogadores. Além disso, inviabiliza compreender e analisar as práticas políticas de maneira ampla entre os militares indiciados. Dessa forma, a perspectiva de esquerda militar era uma realidade, porém não era o que predominava como aspecto político entre os militares indiciados.

⁷ RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.16.

⁸ RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999, p.58.

⁹ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1998, p.7.

Além disso, estava presente entre eles uma cultura militar imposta pelas Forças Armadas brasileiras, como propõe o antropólogo Piero Leirner.¹⁰ Na corporação e nos quartéis, a cultura militar apresentava-se como uma realização da imposição da *instituição total* que objetivava limitar, ordenar e hierarquizar seus integrantes, como sugere Erving Goffman.¹¹

Com isso, apesar do poder do quartel pretendendo uma cultura militar, existiram militares contrários à disciplina imposta pela *instituição total*. As reflexões propostas pela História Política permitem entender a cultura e a política como uma miscelânea de ideias e pensamentos que levam ao confronto, às negociações, às insubmissões frente às imposições pretendidas pela instituição militar, possibilitando reação às opressões, tanto de maneira individual como coletiva.

A cultura possui uma possibilidade reveladora quando compreendida em uma configuração histórica, política, social, geográfica, antropológica e econômica. Por isso, Peter Burke argumenta: “A história cultural não é monopólio de historiadores. É multidisciplinar, bem como interdisciplinar”.¹² Da mesma maneira e dentro de uma reflexão sobre a história política, Rémond afirma: “[...] a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas”.¹³

Dentro dessas reflexões, a problematização do “Movimento dos Sargentos” exige a interseção de conceitos utilizados por outras disciplinas de modo que elucidem as reflexões, porém apropriados ao campo da História. Assim, esta pesquisa busca compreender o “Movimento dos Sargentos” na Base Aérea de Fortaleza, bem como analisar e propor uma reflexão sobre as práticas políticas partilhadas entre os militares subalternos e as relações travadas na década de 1960 com os trabalhadores, estudantes, sindicalistas e camponeses. Além disso, a identificação dos praças com as camadas populares ocorria porque muitos tinham origem nesses setores.

Diferentes pesquisadores discutem o conceito de cultura política, como Rodrigo Patto Sá Motta, Lúcio Rennó, Ângela de Castro Gomes, Serge Berstein, Eliana R. de Freitas Dutra e René Rémond. Contudo, a presente pesquisa optou por utilizar de maneira mais efetiva as

¹⁰ LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-Volta Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹¹ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

¹² BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008, 170.

¹³ RÉMOND, *op. cit.*, 2003, p. 29.

contribuições de Serge Berstein, René Rémond e Rodrigo Patto Sá Motta que apresentam de maneira abrangente e elucidativa as culturas políticas de acordo com as problematizações desenvolvidas neste objeto de pesquisa.

Assim, segundo Berstein, “Para os historiadores, é evidente que no interior de uma nação exista uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem à área dos valores partilhados”. Mesmo havendo uma cultura política republicana dominante, não pode deixar de ser referenciado o papel de outras práticas políticas com outras propostas de visões de mundo e de futuro, como o socialismo, o nacionalismo, o catolicismo, a ideia de esquerda, de direita e das relações entre os cidadãos.¹⁴

Nessa mesma perspectiva, Rodrigo Motta sugere que as culturas políticas não devam ser interpretadas em situação e contextos limitados “[...] como se tivessem encerradas em si mesmas e imunes ao contato com as outras correntes na disputa pelo espaço público e pelo controle do Estado”.¹⁵

Os sargentos da Base Aérea de Fortaleza partilhavam um momento histórico, do qual não estavam alheios. Havia entre eles nacionalistas, conservadores, legalistas, seguidores da disciplina da cultura militar, ligações com o movimento estudantil e aproximações com a esquerda e a direita. Essa miscelânea de práticas políticas foi notada entre os sargentos da Aeronáutica cearense a partir de 1962, mas estavam presentes décadas anteriores em situações históricas e políticas diferentes.

Apesar do militar representar um grupo na hierarquia militar e sobre ele pretender uma disciplinarização e isolamento das demandas sociais, tais efeitos sobre muitos militares não eram sentidos na década de 1960. Além disso, os sargentos partilhavam um acúmulo de experiências e identificação com os anseios populares, cuja camada social muitos praças tinham origem. As oposições sentidas nos setores populares urbanos, rurais e entre os militares subalternos pelos grupos econômicos, conservadores e oficiais era uma realidade na década de 1960. Com isso, alguns militares passaram a se distanciar da cultura militar pretendida pelos quartéis e aproximaram-se das demandas sociais da época, fruto de um processo histórico de limitações, arbitrariedades sentido nas Forças Armadas.

¹⁴ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa; Estampa, 1998, pp.354-356.

¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009, p.22.

No Ceará, a partir de 1962 podem ser observados esboços de práticas políticas entre os sargentos da Base Aérea de Fortaleza e do Exército. As relações políticas entre eles, nesse período, são esclarecedoras e não podem ser negligenciadas. No início de 1963, as práticas políticas estavam em evidência nas relações travadas entre os sargentos da capital, sendo reforçada com a visita do sargento Antônio Garcia Filho, em Fortaleza.

O deputado era defensor dos interesses dos sargentos e porta-voz das “reformas de base”. Nesse período, foi lançado, em Fortaleza, o “Manifesto dos Sargentos”, apoiando os demais manifestos lançados pelos colegas de categoria dos Estados de São Paulo, Rio Grande de Sul e Rio de Janeiro que faziam críticas ao Ministro da Guerra, na época o general Kruehl.

Dois sargentos do Exército foram responsabilizados pelo “Manifesto” lançado em Fortaleza e punidos com prisão disciplinar, deixando os sargentos da Base Aérea de Fortaleza livres de punição. Isso permitiu a continuidade dos envolvimento políticos na Aeronáutica cearense e um aprimoramento das reflexões, mas cautela política, em razão das possibilidades de perseguições, como ocorreu com os colegas do Exército.

O golpe civil-militar, iniciado em 31 de março de 1964, demonstrou o amadurecimento político na organização do “Movimento dos Sargentos”, em 1 de abril, em apoio ao Presidente João Goulart, gerando perseguições, prisões e expulsões na Aeronáutica cearense.

O Arquivo “Brasil Nunca Mais” contribui na elucidação desses acontecimentos, principalmente por ser constituído de processos que apresentam a maneira como agia o regime militar. Além da riqueza documental presente no Processo 164, gerado a partir do processo instaurado na Aeronáutica cearense, os documentos possibilitam entender as intenções dos responsáveis pelo IPM, bem como aspectos biográficos, históricos, políticos e os interesses da categoria dos sargentos e, especialmente, os aspectos políticos partilhados. Entretanto, a natureza desse tipo de documento confeccionado com objetivos acusatórios exige dúvidas e problematizações, principalmente quando relacionadas aos relatos dos militares entrevistados, pois apresentam aspectos reveladores que levam ao questionamento de muitas atribuições feitas no IPM e elucidam fatos que não estão presentes no Inquérito instaurado. Objetivando compreender esse processo histórico eivado de fatos, os Capítulos foram propostos no sentido de analisar a conjuntura histórica em que estava inserido o “Movimento dos Sargentos”.

Dessa forma, o Capítulo 1, **Práticas políticas nos quartéis: (in)disciplina na caserna**, tem a proposta de contextualizar os momentos históricos em que estavam inseridos os sargentos, tanto no Brasil como no Ceará, percebendo o processo político em que estiveram envolvidos os militares desde o início do século XX aos anos 1960. Além disso, refletir sobre as manifestações políticas dos militares nas Forças Armadas. Nesse contexto, o Capítulo objetiva compreender também as trajetórias de vida de alguns sargentos, de maneira que permita esclarecer as relações e as aproximações travadas entre os membros da categoria dos sargentos, juntamente com outros movimentos e as culturas políticas dos anos 1960.

Os praças cearenses e o “Movimento dos Sargentos” na Aeronáutica contra a ditadura civil-militar, proposto no Capítulo 2, objetiva relacionar e problematizar os envolvimento entre os sargentos cearenses concatenados com as exigências dos praças brasileiros buscando uma unidade na categoria. Essas reflexões políticas geraram o questionamento do golpe civil-militar, iniciado em 31 de março de 1964, e pregar a defesa das autoridades constituídas. O Capítulo propõe ainda analisar os acontecimentos ocorridos na noite de 1 de abril, quando os sargentos organizaram uma reunião no Cassino dos Sargentos e decidiram marchar até o comando para demonstrar o posicionamento da categoria a favor da democracia. Entretanto, foram perseguidos nos primeiros dias do golpe com perseguições, prisões disciplinares e transferência.

O Capítulo 3, **Prisões, expulsões e Anistia: o “retorno” à vida civil**, tem a proposta de aprofundar os fatos ocasionados durante a instauração do IPM, permeado de contradições, de acusações, de torturas psicológicas e físicas. Os aspectos políticos atribuídos durante o Inquérito contribuíram para que os militares indiciados fossem enquadrados nos Atos Institucionais e decretos administrativos do regime repressor, ocasionando expulsões da maioria dos militares acusados sem uma culpa formada. O procedimento punitivo adotado pelo regime gerou problemas irreparáveis aos atingidos, pois tiveram dificuldades de encontrar emprego, em razão das perseguições que continuaram na vida civil. O processo de Anistia para muitos civis ocorreu a partir de 1979, mas aos militares aconteceu somente em 2002, quando foram indenizados e as arbitrariedades da ditadura foram reconhecidas, como pretende analisar o Capítulo.

2 PRÁTICAS POLÍTICAS NOS QUARTÉIS: (IN)DISCIPLINA NA CASERNA

A reflexão desde o início do século XX é necessária para compreender o panorama histórico e político envolvendo os diferentes contextos das Forças Armadas. Esse percurso é pertinente para refletir as circunstâncias históricas das revoltas nas categorias militares de baixa patente. As pesquisas desenvolvidas sobre as três armas ao longo do século XX, apresentam que desde o início do século existiram fatores que desencadearam revoltas, fomentando atividades políticas, pois os praças eram negligenciados pelos oficiais e tinham seus direitos limitados, bem como submetidos a uma hierarquia militar castradora.

Essa situação de opressão militar gerou constantes insubordinações, cujo resultado foi amadurecimento político e aproximação com as demandas sociais das camadas populares, da qual boa parcela dos praças provinham. A estrutura militar pregava sobre os militares subalternos uma negação dessa identificação social, porém as limitações da carreira militar reforçavam, em boa parte deles, um reconhecimento com a população oprimida pelas desigualdades brasileiras. Os anos 1930 demonstraram um envolvimento significativo dos militares com as perspectivas políticas daqueles anos, como foi a vinculação dos militares de baixa patente com as causas da Aliança Nacional Libertadora (ANL). As perseguições após o levante da ANL não provocaram um distanciamento da política e das causas dos praças. Os anos 1950 e 1960 testemunharam o revigoramento e o elevado esclarecimento dos militares em defesa da democracia em 1961 e a reboque angariaram o compromisso do Presidente João Goulart com as causas dos sargentos. A categoria passou a representar uma força política e militar no cenário histórico da década de 1960, deixando evidente a vinculação com as causas do povo e parte da esquerda, dando margem aos oficiais acusarem alguns sargentos de indisciplina.

Esse horizonte histórico esboça um conjunto de acontecimentos em que os militares, de maneira geral, tiveram participação relevante, principalmente, porque durante um longo tempo ficaram alijados da participação política, provavelmente pelas raras relações com os presidentes anteriores a João Goulart.

Essas transformações vieram acompanhadas de identificação, aproximação e vinculação com as práticas políticas dos anos 1960, nas quais podem ser evidenciadas a participação e o engajamento dos militares subalternos no processo eleitoral de 1962. Nessa época, continuavam as imposições hierarquizadoras, as perseguições e as limitações políticas

e sociais que impediam a organização política nos quartéis. Os oficiais justificavam qualquer inquietação ou discordância como indisciplina, dando margem para prisões. Nessa conjuntura, os clubes dos sargentos tiveram papel significativo, passando a reunir as questões comuns que atingiam as categorias das três armas.

Esses fatos, nos anos 1960, geraram perseguições, prisões e transferências dos principais sargentos acusados de indisciplina e vinculação com os grupos estudantis, sindicais e de esquerda. mas, mesmo com esses deslocamentos forçados, os sargentos continuavam os debates nos quartéis para onde eram enviados.

Em relação ao quartel da Aeronáutica cearense, os sargentos João Lucas Alves e Nylander Romildo Perreaut de Laforet do Rio de Janeiro chegaram à Fortaleza punidos pelas relações políticas desenvolvidas entre os sargentos cariocas. A punição com a transferência não impediu a continuidade das discussões políticas relacionadas aos interesses dos sargentos. A presença do sargento eleito Antônio Garcia Filho pela Guanabara, no Ceará, em 1963, arregimentou as articulações de sargentos na capital, quando foi defendida a fusão dos clubes dos diferentes sargentos cearenses no sentido de fortalecer a categoria politicamente.

O chão histórico permeado de acontecimentos levou muitos militares de diferentes patentes a saírem das limitações da identidade militar imposta pela *instituição total*. Erving Goffman sugere que instituições como quartéis, manicômios e escolas apresentem esse aspecto de instituição totalizadora que objetiva cercear e aprisionar os internos dessas instituições para limitá-los às vontades e aos padrões pretendidos nesse tipo de ambiente.¹⁶ Contudo, a possibilidade de participação e mudança no quadro histórico de arbitrariedades cometidas aos sargentos pela estrutura militar, fomentaram uma desvinculação da cultura militar. Segundo Piero de Camargo Leirner, a cultura militar objetivada nas três armas defendia a ordem, a disciplina, o respeito e a hierarquia, privilegiando oficiais em detrimento dos praças.¹⁷

Por isso, as culturas políticas nacionalista, socialista e de esquerda passaram a “encantar” os sargentos e levá-los a uma identificação e uma aproximação com outras perspectivas políticas, sobremaneira porque as origens sociais dos sargentos eram as camadas populares. As diferentes propostas dessas práticas políticas estavam em sintonia com as

¹⁶ GOFFMAN, *op. cit.*, 1975.

¹⁷ LEIRNER, *op. cit.*, 1997.

exigências sociais e militares da categoria dos sargentos que passaram a perceber o poder que tinham no corpo da tropa desde o início do século XX. A década de 1960 era favorável pela possibilidade de participação no processo eleitoral, pois havia o reconhecimento de alguns oficiais e setores da sociedade quanto às imposições e limitações sofridas pelos militares subalternos. Embora a carreira militar os limitasse enquanto grupo e categoria, as reivindicações dos praças vinculavam-se, conscientemente, às demandas das camadas populares, dos movimentos de esquerda e do Presidente da República com as “reformas de base”. Por isso, alguns militares subalternos passaram a ser protagonistas desses movimentos, inclusive no Partido Comunista Brasileiro (PCB), como demonstra a trajetória de alguns praças.

A participação e o posicionamento legalista dos sargentos, em 1961, no sentido de garantir a posse do vice-Presidente João Goulart, foi um exemplo do compromisso com a democracia no país e reafirmada nos anos seguintes quando foi iniciado o golpe civil-militar, em 31 de março de 1964.

2.1 UMA LONGA TRAJETÓRIA DE PRÁTICAS POLÍTICAS NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

“A insatisfação dos sargentos era antiga. O que era novo na época era a consciência de sua força”.
Vanda Costa, 1984.

A justificativa para analisar e perceber os fenômenos políticos entre os sargentos não se reduz em apresentar uma origem histórica dos envolvimento políticos entre os militares. Marc Bloch alerta que “[...] nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”.¹⁸

Assim, os militares subalternos tiveram um contexto politicamente favorável nos acontecimentos da década de 1960 e a participação deles não pode ser explicada fora desse contexto. No entanto, as reivindicações e indisciplinas antecedem os anos 1960, existindo entre eles um sentimento de indignação que avançou por décadas. Do mesmo modo, ocorreu um acúmulo de experiências e relações políticas que fomentaram estratégias, engajamentos,

¹⁸ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001, p.60.

avanços e recuos ao longo do século XX. Essa continuidade de ações expressa uma história de longa duração onde “[...] os fenômenos são os mais perenes, por causa do peso do passado”.¹⁹

Dessa maneira, o processo histórico de movimentos políticos em que se envolveram os militares remonta ao início da República. Naquela época, organizavam-se exigindo melhorias, assistência, faziam críticas ao sistema oligárquico e defendiam o nacionalismo, aproximavam-se das ideias de esquerda e direita. Além disso, havia uma insatisfação comum entre os praças, reforçando a união entre eles, diante da ausência de benefícios, imposições da hierarquia e a ingerência dos superiores na vida particular dos subalternos. Essa longa trajetória de cerceamentos estimulou nos praças um distanciamento dos doutrinamentos hierarquizadores das unidades militares, em razão dos oficiais não se preocuparem em atender às demandas desses grupos de militares.

A problematização do “Movimento dos Sargentos” na Aeronáutica cearense exige uma compreensão dentro de um processo histórico-político ao longo das décadas do século XX. O entendimento desse panorama requer uma análise acurada, pois interpretando a política aprisionada “[...] à tradição e arraigada à cultura, podemos ser tentados a enxergar uma tradição imóvel”.²⁰

Nesse sentido, o “Movimento dos Sargentos” apresenta-se integrado aos diferentes movimentos político-militares. Esses fatos podem ser percebidos desde a instauração da República brasileira, em 1889. Porém, uma lacuna histórica que permanece é a inexistência de movimentos associados aos sargentos, cabos e soldados. Geralmente, foram mais destacados pela história os movimentos relacionados aos oficiais, sendo que diferentes movimentos ocorreram entre os praças.

Embora houvesse entre alguns militares das Forças Armadas uma oposição ao processo disciplinador, não podem ser negados na hierarquia militar três fatores, como sugere Grender:

- a) instrumental-as Forças Armadas como órgão coercitivo do Estado supremo burguês; b) o organizacional das Forças Armadas como instituição total, cuja estrutura se baseia na hierarquia e na disciplina rígida e tende à autopreservação; c) a

¹⁹ RÉMOND, *op.cit.*, 1999, p.54.

²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.33.

origem de classe – como seguimento da classe média, a oficialidade das Forças Armadas se inclina a refletir o estado de espírito dessas camadas intermediárias com viés profissional próprio.²¹

As observações sugeridas por Gorender permitem notar que existe um processo hierárquico disciplinador e autoritário entre os militares das Forças Armadas, constituídas para servir aos interesses do Estado, porém, eles não eram totalmente submissos às imposições hierarquizadoras, existindo protagonistas nesse processo histórico.

Os militares em discussão não podem ser generalizados como reféns do processo histórico e da hierarquia militar, aos quais estavam aparentemente submetidos e não estavam alheios ao momento político, pois de maneira coletiva e/ou individual possuíam compreensões sobre o processo histórico vivido.

Goffman sugere que o quartel, entre outras instituições, representa uma *instituição total* que vigia, limita e submete, de maneira que a hierarquia e a ordem seja mantida.²² Mesmo diante dessas imposições castradoras, aconteceram revoltas em momentos variados na história das Forças Armadas brasileiras.

A República em 1889 emergiu, entre outros fatores, no momento em que o Partido Republicano e o Clube Militar derrubaram a monarquia.²³ Os processos históricos em que os militares estiveram envolvidos não podem ser restringidos somente a uma participação dos oficiais. Desde o século XIX a “Constituição do Império permitia eleições aos oficiais da ativa, o que provocava antagonismo entre a disciplina militar e a atuação partidária”.²⁴

Esses embates iniciais do processo republicano foram sentidos entre os militares subalternos, como apresenta o professor Paulo Ribeiro da Cunha. A partir de 1915 o pesquisador identificou aproximações dos militares com a esquerda.²⁵ Outros movimentos significativos esboçam aspectos de insubmissões e contraposição aos grupos oligárquicos presentes no poder, como a Revolta da Chibata (1910), os 18 do Forte de Copacabana (1922), a Coluna Paulista (1924) e a Coluna Prestes (1925). Essas duas colunas uniram-se e deram

²¹ GORENDER, *op.cit.*, p.57.

²² GOFFMAN, *op.cit.*, pp.17-18.

²³ MOTA; Carlos Guilherme; Adriana, LOPEZ (Orgs.). **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora Senac, 2008, p.545.

²⁴ *Ibid.*, p.525.

²⁵ CUNHA, *op. cit.*, 35-37..

origem ao Movimento Tenentista, tendo como principal líder Luiz Carlos Prestes que angariou respeito e apoio no meio militar.

Esse tipo de privilégio dos oficiais permaneceu desde o Período Monárquico e a história dos sargentos está para ser escrita, segundo José Murilo de Carvalho. Além disso, as análises a partir de 1930 possuem:

[...] viés em favor do oficialato. Além da intensa participação na Revolução de 1930, os sargentos se salientaram em 1932 e todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos particularmente as de 1935. Mais ainda, os sargentos, às vezes cabos e soldados, levaram adiante movimentos próprios que despertavam reação violenta de parte dos oficiais.²⁶

Nesse sentido, temos um processo de participação política entre os militares das diferentes armas, possibilitando entender as manifestações políticas entre eles e insubmissões ao poder hierarquizador da carreira militar.

A pesquisadora Vanda Costa faz referência também ao período entre 1930 e 1945 como um momento em que “[...] nos quartéis de norte a sul, atos coletivos de desobediência, protesto e rebeliões sucederam-se com frequência inédita”.²⁷ Os movimentos ocorriam sem cessar, embora tenham acontecido em momentos favoráveis politicamente, todas as 94 agitações envolvendo os praças fracassaram.²⁸

Na década de 1930, o líder tenentista Carlos Prestes aproximou-se das ideias comunistas e passou a defender em seus discursos uma aproximação das Forças Armadas com o povo, vinculando as causas dos tenentes com a concepção marxista de sociedade. Assim, de maneira dialética, na interpretação de Nelson Sodré, os tenentes estavam ao lado do povo, tendo como oponente natural a burguesia ligada ao latifúndio.²⁹

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: **A Revolução de 30**: Seminário Internacional-CPDOC/FGV (Rio de Janeiro, Setembro de 1980). Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983, p.115.

²⁷ COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Com rancor e com afeto**: rebeliões militares na década de 30. Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Anpocs, Aguas de São Paulo, 1984, p.1. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/atransicaopoliticaouolongopercurso.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

²⁸ CARVALHO, *op. cit.*, p.112.

²⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p.251.

Influenciados e apoiados por muitos integrantes tenentistas, a “Revolução de 1930” contou com o apoio das Forças Armadas e impôs nos estados interventores militares. Getúlio Vargas objetivava, com o apoio dos tenentes, afastar os poderes políticos oligárquicos locais e cooptar os líderes tenentistas.

Os oficiais, na interpretação de Thomas Skidmore, eram a favor das mudanças em 1930. O Exército e a Marinha “[...] tiveram papel de árbitros finais da política interna”.³⁰ Esse aspecto apresentou-se durante toda a Era Vargas (1930-1945), contudo, os militares não estavam totalmente unidos ao lado de Getúlio Vargas, em meados da década de 1940.

É oportuno lembrar o historiador Boris Fausto, que questiona a atribuição do termo “Revolução de 30”, pois os tenentes serviam “[...] aos desígnios de Vargas, no sentido de neutralizar apenas o poder político das oligarquias, sem impor modificações relevantes na estrutura socioeconômica”, ou seja, as elites continuaram influenciando as estruturas econômicas dos estados brasileiros.³¹

Apesar da participação dos tenentes no governo varguista não significou o apaziguamento de outras manifestações no meio militar, havendo nesse período diferentes movimentos contestatórios, exigindo melhorias, benefícios e assistência. José Murilo de Carvalho assevera que, entre 1931 e 1938, em torno de 2.500 militares foram afastados por razões políticas, entre eles a maioria eram praças.³²

Inseridos nesse processo, estavam a Ação Integralista Brasileira (AIB), com influência fascista, e a Ação Nacional Libertadora (ANL), influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro, havendo nesses movimentos significativa participação militar. Segundo a pesquisadora Vanda Costa, na AIB havia o aspecto da hierarquia militar com forte aproximação dos oficiais, que somavam em torno de 2.000 do Exército, ligados aos integralistas. Curiosamente, os sargentos, os cabos e os soldados eram mais familiarizados com a ANL. Vanda Costa argumenta ainda que os praças, desertores das fileiras integralistas, não aceitavam as punições disciplinares, pois a AIB reproduzia práticas dos quartéis.³³ Esse

³⁰ SKIDMORE, Thomas. Brasil: **De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp.25-30.

³¹ FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, pp.70-71.

³² CARVALHO, *op. cit.*, p.134.

³³ COSTA, *op. cit.*, pp.22-23.

aspecto demonstra uma vontade de desvinculação da estrutura disciplinadora das Forças Armadas, passando a existir um reconhecimento com as camadas populares.

Além da participação dos praças na ANL, a diretoria passou a refletir o peso político dos militares que passaram a compor a direção da entidade. Entre os 17 nomes escolhidos para formar o Diretório Nacional Provisório,

[...] 8 eram militares: o presidente Hercolino Cascardo e Roberto Sisson eram comandantes da Marinha de Guerra; Carlos Amorety de Medeiros, capitão do Exército; Carlos da Costa Leite, major do Exército; Antônio Rodrigues Gouveia, capitão da Marinha Mercante e presidente do Sindicato dos Capitães e Pilotos da Marinha Mercante.³⁴

Esses aspectos participativos revelam o grau de envolvimento de uma parcela de oficiais e praças nos debates dos anos 1930, além disso, um protagonismo político. Getúlio Vargas, nesse contexto, estava atento aos movimentos de oposição ao seu governo, sendo informado das infiltrações de esquerda nas Forças Armadas. A tentativa de tomar o poder em novembro de 1935, por membros da ANL em Recife, Natal e Rio de Janeiro, possibilitou ao Presidente Vargas perseguir os membros da ANL e liquidar a organização³⁵. Apesar desse aspecto punitivo, muitas lideranças militares ocuparam, posteriormente, posições de destaque no Partido Comunista Brasileiro (PCB), como “[...] os cabos Giocondo Dias e Davi Capistrano e o sargento Gregório Bezerra”.³⁶

O movimento da ANL, em 1935, contribuiu para prolongar a trama da permanência de Getúlio Vargas no poder, motivando a elaboração do Plano Cohen dois anos depois, mas estrategicamente atribuído aos comunistas. O falso plano “[...] foi revelado pelo capitão Olympio Mourão Filho³⁷, militante da AIB, que reconheceu a fraude quase vinte anos mais tarde”.³⁸

³⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p.160.

³⁵ O movimento é comumente conhecido como “Intentona Comunista”, no entanto, a atribuição “Intentona” é pejorativa e foi atribuída pelos ‘vencedores’. O termo “Intentona” está associado à loucura, a um plano insensato ou desvario. Ver CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

³⁶ PARUNKER, *op.cit.*, p.78.

³⁷ Olympio Mourão Filho (1900-1972) teve relevância política e militar na História do Brasil, sua participação mais evidente deu-se a partir de 1937, pois foi responsável a autoria pela autoria do Plano Cohen, permitindo a

Em função da tentativa do levante armado da ANL, segundo o pesquisador Celso Castro, criou-se, a partir de 1935, um estereótipo sobre os comunistas, facilitando sua estigmatização na sociedade e nas Forças Armadas por um longo período que somente na década de 1990 perdeu relevância³⁹. O contexto de “fermentação” política no meio militar a partir das décadas de 1920 e 1930, foi lembrado pela Constituição de 1937, que proibiu o voto do militar na ativa e, do mesmo modo, a Constituição de 1946, que mesmo permeada de ambiguidades deu continuidade aos privilégios dos oficiais.⁴⁰

Tal aspecto em benefício dos oficiais foi fator preponderante para a necessidade de participação política dos militares subalternos. As dificuldades de promoção na carreira militar eram um problema corrente na categoria dos sargentos, pois impedia que chegassem à patente de oficial. Desde o início do século XX havia dificuldade de ascensão militar ao sargento, segundo Carvalho:

[...] a lei de promoções de 1934 [...] só permitia a promoção ao posto de segundo-tenente em casos excepcionais e se não houvesse número suficiente de aspirantes [...]. O decreto lei [...] de 1937 não menciona sequer essa possibilidade e não admitia mesmo a promoção de bravura de praças a oficiais [...] admitida em 1943, como incentivo de participação na FEB.⁴¹

Isso evidencia a emergência das inquietações políticas entre os militares de baixa patente, contexto agravado ainda mais pela herança política limitadora deixada por Getúlio Vargas, mas com um legado político e econômico favorecendo o nacionalismo.

Esse aspecto deixado por Vargas estava presente também nas Forças Armadas que se dividiram basicamente em dois blocos: os opositores e os partidários da herança política

Góis Monteiro o aproveitamento do Plano para acusar os comunistas e facilitar o golpe do Estado Novo em 1937. Outro momento de participação efetiva do oficial ocorreu no golpe civil-militar em 31 de março de 1964, sendo o principal militar desencadeador do golpe a partir de Minas Gerais com apoio do general Carlos Luís Guedes e dos governadores Magalhães Pinto (MG), Carlos Lacerda (RJ) e Ademar de Barros (SP). Entretanto, o general Mourão conspirara contra o Presidente João Goulart desde 1962 com militares, políticos e empresários ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

³⁸ CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.54.

³⁹ *Ibid.*, p.64.

⁴⁰ *Ibid.*, pp.63-71.

⁴¹ CARVALHO, *op. cit.*, p.127.

varguista⁴². Apesar da influência nacionalista sobre o Presidente eleito Eurico Gaspar Dutra, ele aproximou-se dos Estados Unidos e aprofundou relações econômicas e liberais, gerando um conflito entre os militares nacionalistas a favor da soberania nacional e aqueles que defendiam uma aproximação com os norte-americanos.⁴³

Um dado relevante pode ser constatado no final do governo Eurico Gaspar Dutra, quando foi realizada a parceria com os EUA e a França, dando início à Escola Superior de Guerra (ESG) que havia começado a funcionar em 1948, mas oficialmente inaugurada em 1949. René Dreifuss lembra ainda o contexto histórico da Guerra Fria em que os norte-americanos, depois de 1947, articularam um “[...] contínuo martelar na América Latina em todos os níveis, alertando contra o perigo do comunismo”.⁴⁴

O período de Guerra Fria foi um momento de polarização no mundo, havendo economias capitalistas e socialistas, relacionadas com os Estados Unidos e à União Soviética, respectivamente. Essa bipolarização forçou diferentes estadistas a se aproximarem das economias desses países. Tal postura política era “premiada” com “parcerias” econômicas. Com esses e outros objetivos, o Presidente Harry Truman viajou para o Brasil, demonstrando a estreita relação entre os EUA e o Brasil. Entretanto, eram relações embasadas nos interesses norte-americanos na América Latina, sobretudo pelo papel desempenhado pelo Brasil na região e, principalmente, objetivando barrar a influência comunista. Nesse sentido, Dutra foi um defensor e cumpridor da cartilha estadunidense na conjuntura política do início da Guerra Fria.

Carlos Mota e Adriana Lopez argumentam que, na época, o “Brasil necessitava entrar numa nova etapa: a indústria pesada de guerra, a indústria de alimentos”, configurando um “[...] novo tipo de capitalismo [que] chegara para ficar, e com ele um novo conceito de vida, sintetizado na fórmula do *American way of life*, o estilo americano de vida”, impondo a cultura norte-americana sobre a brasileira, com filmes, desenhos, produtos, além das influências política, econômica e militar.⁴⁵

⁴² VACONCELOS, Claudio Bezerra de. “Um provável futuro desajustado”: as punições aos oficiais subalternos e às praças militares após o Golpe de 1964, p.2. Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Disponível em: <<https://revistadiscentepphhis.wordpress.com/anais-iii-jornada/>>. Acesso em: 15 out. 2013.

⁴³ SODRÉ, *ap. cit.*, p.261.

⁴⁴ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 49.

⁴⁵ MOTA; LOPEZ, *op. cit.*, p.729.

Nesse contexto, estava surgindo a ESG que, mesmo com caráter militar, articulava a formação de muitos civis, políticos e empresários ligados aos setores econômicos do Brasil. Esse aspecto da instituição “[...] tendia a aumentar com o passar dos anos. Entre 1950 e 1967, 646 dos 1.276 graduados da ESG eram civis”. Além disso, a sua função inicial era “[...] treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”.⁴⁶

Essas aproximações solidificavam as relações de interesses entre esses grupos que passaram pela instituição nos processos políticos das décadas de 1950 e 1960, momento em que os conflitos políticos acirraram-se, havendo entre os membros da ESG um consentimento à ingerência política e militar norte-americana no Brasil.

A discussão se aprofundou da década de 1950 em diante, porque o Brasil foi o país da América Latina que mais recebeu investimentos nas parcerias militares realizadas com os norte-americanos, superando em três vezes os auxílios financeiros transferidos à Argentina entre 1950 e 1972. Na época, o elevado efetivo das Forças Armadas brasileiras fez treinamento em bases estadunidenses, principalmente, no Panamá. Esses dados são apresentados por Alain Roquié que afirma também: “[...] avaliações oficiais dos programas de assistência militar não deixam dúvida sobre o caráter altamente positivo que isso tem para os Estados Unidos”. Além de “[...] permitir o desenvolvimento da influência militar em países beneficiários com uma relação custo/benefício muito baixa. Mas o interesse da política do bom vizinho uniformizado ultrapassa, segundo seus promotores, a defesa global do mundo capitalista”.⁴⁷

As consequências políticas e militares para os países latino-americanos que se aproximaram da política militar norte-americana, segundo Roquié, foram golpes militares entre as décadas de 1960 e 1970 na Argentina, Peru, Guatemala, Equador, República Dominicana, Honduras e Brasil.⁴⁸

Durante a década de 1950, a aproximação com os norte-americanos era declarada por parte de alguns setores da sociedade brasileira. A volta de Getúlio Vargas ao poder, na década de 1950, acirrou o nacionalismo com a defesa do “Petróleo é nosso”. Contudo, esse tipo de

⁴⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p.24.

⁴⁷ ROQUIÉ, Alain. **O estado militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984, p.167.

⁴⁸ *Ibid.*, p.169.

postura foi associado, propositalmente, ao comunismo por parte da mídia e do empresariado brasileiro que se beneficiava das relações econômicas com o mercado externo, em especial com os Estados Unidos. Em função disso, os espaços do poder militar eram disputados e tinham a influência varguista em diferentes instituições, tendo como oposição os militares conservadores e defensores da política norte-americana.

Esse universo de fatos históricos esboça o quanto as Forças Armadas brasileiras estavam mergulhadas em debates políticos, exigindo das diferentes categorias aproximações com determinados posicionamentos, seja de maneira declarada ou de modo silencioso, tanto individualmente como em grupo. Por isso, o longo processo é revelador e, percebendo isso, Nelson Werneck Sodré publicou o livro *História militar do Brasil*, em 1965. Sodré lançou corajosamente a obra um ano depois do golpe civil-militar, apresentando fatos, atores civis e militares atuantes no Golpe de 1964, mas presentes nos bastidores políticos e militares desde a década de 1930. Sodré demonstra essas ramificações de permanências históricas, pois como professor, intelectual, militar e marxista para ele o Clube Militar foi um exemplo desses choques político-militares, durante o processo eleitoral daquela instituição nos anos 1950.

Na época, segundo Sodré, o jornal *The New York Times* chegou a afirmar que a “[...] crise militar brasileira ameaça degenerar [a] perturbação da ordem”, independentemente do resultado eleitoral, pois era atribuído ao general Estillac Leal uma linha em favorecimento dos comunistas.⁴⁹ O periódico representava os interesses norte-americanos e aproximava-se de alguns setores militares do alto escalão e do empresariado brasileiro. Assim, na imprensa é “[...] onde se mesclam interesses políticos e de lucro, os recursos de sedução do público são indispensáveis”.⁵⁰

Dessa forma, a opinião do periódico estadunidense versava sobre o processo eleitoral acerca dos seus “interesses políticos” na eleição do Clube Militar, que constituía espaço relevante para o processo político e militar da década de 1950. A eleição do Clube Militar ocorria de dois em dois anos e a instituição representava a “cabeça do Exército”, sendo um espaço de influência do governo Vargas para legitimar o nacionalismo em oposição aos “entreguistas” ligados aos setores militares, empresariais e ao capital internacional. Mesmo vitorioso, o candidato varguista Estillac Leal pediu demissão do cargo em função da pressão que sofria dos opositores internos.

⁴⁹ SODRÉ, *op. cit.*, p.329.

⁵⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa e a História do Brasil**. SP: Contexto, 1988, p.15.

Esses conflitos, entre outros fatores, culminaram com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954. Juscelino Kubitschek foi eleito com o legado da política varguista, mas só conseguiu assumir a presidência com uma intervenção militar do marechal Teixeira Lott, pois Carlos Luz estava ligado aos conspiradores militares que queriam impedir a posse do Presidente Juscelino. Desse modo, o marechal Lott demonstrou que havia uma parte do alto escalão militar comprometida com a legalidade e o processo democrático.⁵¹ Segundo a pesquisadora Maria Cecília D'Araujo, o marechal Lott representava o Exército democrático, mas havia na corporação uma camada conservadora.⁵²

A posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República foi permeada de embates, tendo as três armas participação efetiva. Nesses enfrentamentos os militares foram ganhando apoio e abertura em partidos políticos relevantes dos anos 1950, mas apresentando desentendimentos e polarização dos debates da sociedade na época. Com isso, havia um “Exército democrático composto pelo “soldado-trabalhador”, em contraposição ao Exército dos “gorilas” e dos entreguistas.” Esses conflitos foram captados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pela União Democrática Nacional (UDN) após os acontecimentos de novembro de 1955.⁵³

Diante desses acontecimentos foi criada a Frente de Novembro com participação de militares, sindicalistas, membros do PTB e comunistas, aproximando os trabalhadores do “bom soldado”, insinuando a existência de um “mal soldado”. O conflito “[...] só acabaria com o povo armado contra as forças da reação”, afirmou o general Canabarro.⁵⁴ Essas palavras levaram o general a ser preso por indisciplina, mas esses conflitos só tiveram fim quando a Frente de Novembro foi extinta em novembro de 1956.

⁵¹ SKIDMORE, *op. cit.*, p.194.

⁵² D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.133.

⁵³ *Ibid.*, p.133.

⁵⁴ Foi fundada em março de 1956 pelo coronel Nemo Canabarro Lucas para dar conteúdo político ao Movimento 11 de Novembro de 1955, quando o Marechal Lott saiu em defesa da democracia e garantiu a posse do Presidente Juscelino Kubitschek. O coronel Canabarro participou de grupos tenentistas e da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1934. A Frente de Novembro definia-se como uma organização popular e nacionalista que pregava a emancipação social e econômica da nação. O coronel Nemo Canabarro, em entrevista à imprensa, defendeu o aniquilamento das forças conservadoras, ligadas ao capital estrangeiro. Esse posicionamento político do oficial provocou a sua prisão domiciliar. Em função dos choques políticos, Juscelino fechou a Frente de Novembro em 1956, evitando a continuidade desses conflitos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 24 fev. 2014.

A década de 1950 é apresentada por alguns autores como um momento de elevada participação política nas três armas, sobretudo os militares de baixa patente. Carla Carloni, acerca dessa discussão, argumenta:

Nesse ambiente, as Forças Armadas refletiram a ebulição da sociedade- associações e clubes militares viraram espaços de intenso debate político e, na maioria das vezes, o teor das discussões correspondia à política hierárquica e à origem social dos militares. Os subalternos começaram a associar suas reivindicações internas às questões mais amplas que circulavam entre as esquerdas.⁵⁵

Dessa maneira, o processo político dos anos 1950 apresenta-se com uma diferenciação: a participação dos militares de baixa patente. “Essa nova inserção nas lutas populares pode ser considerada fruto da tomada de consciência por parte dos sargentos, da posição que ocupavam”.⁵⁶ Com isso, os militares distanciavam-se da cultura militar hierarquizadora objetivada pelo quartel e identificavam-se com as demandas sociais da época.

Maria D’Araujo e Karla Carloni apresentam os embates e as práticas políticas que refletiam os anos 1950 e 1960, reforçando a necessidade de entendimento desse processo político em uma compreensão mais ampla. Essa reflexão pode ser encontrada também no historiador Jorge Ferreira que argumenta:

O movimento de organização dos subalternos das Forças Armadas, sargentos em particular, havia começado no governo Juscelino, com a disseminação de clubes de suboficiais das três forças por todo o país. A reivindicação inicial era pela estabilidade funcional. Contudo, no início da década de 1960, a luta era outra. O sentimento nacionalista e reformista não circulava apenas na oficialidade, também entre subalternos. Sobretudo com a crise política de 1961, os sargentos entraram no cenário político como força atuante no campo da esquerda. O processo de politização dos subalternos das Forças Armadas foi crescente, especialmente após a Campanha da Legalidade.⁵⁷

⁵⁵ CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.291.

⁵⁶ *Ibid.*, p.292.

⁵⁷ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.353.

Desse modo, como sugerem os autores acima, os suboficiais, sargentos, cabos e soldados foram protagonistas nos processos políticos dos governos de Juscelino e Jango, mas com um percurso histórico anterior significativo. Esclarecidos do poder político que possuíam sobre o corpo da tropa, os sargentos passaram a envolver-se nas discussões e a tomarem decisões que interessavam à categoria, mas também aproximando-se dos interesses do povo brasileiro.

Nesse sentido, Serge Bernstein sugere que “[...] os historiadores não têm outra alternativa senão buscar nas suas fontes habituais indícios que lhes permitam apreender as culturas políticas da época anterior às sondagens”.⁵⁸ A perspectiva do pesquisador Bernstein é significativa e, mesmo esta pesquisa não trabalhando com as fontes anteriores aos anos 1960, os autores demonstram o leque de ações e de práticas políticas em que os militares subalternos estavam envolvidos. Tal momento histórico contribuiu para um esclarecimento, pois as culturas políticas podem ser compreendidas como:

[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.⁵⁹

Essas “representações políticas partilhadas” evidenciam enquanto culturas políticas um longo processo histórico. A partir de meados do século XX as concepções e esclarecimentos políticos eram arrebatadores, de maneira que fomentavam as discussões em diferentes setores sociais.

Durante os anos 1950 e 1960, as práticas políticas apresentavam-se com aspectos de polarização, mas aprofundando as discussões é possível notar que, embora houvesse essa dicotomia, não era o que predominava no meio militar. Um exemplo disso pode ser identificado nas declarações do marechal Lott, pois mesmo na Convenção do PTB em que houve a homologação da chapa Lott-Jango, o marechal afirmou que não era candidato de partido e sim da nação. Além disso, o marechal não era simpático com os países em que havia

⁵⁸ BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Azevedo; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.41.

⁵⁹ MOTTA, *op. cit*, p.21.

ausência democrática, por isso não era favorável “[...] à abertura do Brasil para os países socialistas”.⁶⁰ Entretanto, ao marechal Lott era atribuído que seu gabinete estava cercado de oficiais comunistas.⁶¹

A estratégia de macular personalidades políticas e militares fomentando o anticomunismo era a mesma estratégia adotada há décadas com o intuito de “[...] passar para a sociedade uma impressão aterrorizante dos comunistas”, objetivando uma indignação e temor popular.⁶²

Ao longo do processo histórico em discussão existe uma profusão de fatos em que os militares estão presentes em processos decisivos. Reduzir a discussão, aproximando os militares exclusivamente da esquerda, impede uma análise que permita entender as condições e o chão histórico em que os sargentos estão inseridos. Os embates, a partir de meados da década de 1950 e 1960, motivaram aproximações políticas entre os militares, especialmente os subalternos, mas esse momento foi barrado com o golpe civil-militar, em março de 1964.

Outro momento relevante em que os militares subalternos participaram ativamente, foi após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 1961, gerando um empecilho à posse do vice-Presidente João Goulart, acusado de comunista por parte da imprensa, do empresariado, da Igreja e parte dos militares do alto escalão. Esse contexto exige uma análise à parte, como será esboçado em tópico seguinte, em função da aproximação do Presidente João Goulart com os militares de baixa patente. A categoria dos sargentos se posicionou a favor da legalidade, em 1961, e impediu que Jango sofresse um atentado em Porto Alegre, selando um consentimento do Presidente com as causas dos sargentos.

2.2 O CLUBE DOS SARGENTOS E O PROCESSO POLÍTICO NAS FORÇAS ARMADAS CEARENSES

O panorama histórico, político e militar, demonstrado no tópico anterior, existiu também no Ceará. O historiador Paulo Ribeiro da Cunha apresenta indícios esclarecedores dos anos 1930 e 1940 da história do Ceará, dialogando com o contexto da História do Brasil. Na década de 1930, em Fortaleza, Cunha elucidou a atuação de Gregório Bezerra:

⁶⁰ D'ARAUJO, *op. cit.*, p.129.

⁶¹ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 127.

⁶² MOTTA, *op.cit.*, p.146.

[...] organizou uma célula do Setor Mil com cinco membros, sem qualquer ligação orgânica ou orientação com a Direção Nacional. Nela, liam-se material partidário, livros e realizavam debates, bem como atuavam na proteção em comícios operários contra os integralistas. Com sua crescente popularidade na capital, recebeu a orientação da Direção Regional para ser discreto e não se declarar membro do Partido Comunista.⁶³

Em seguida, outra organização surgiu na Brigada Militar, contando com treze membros e a presença de alguns oficiais. Entretanto, essas articulações levaram à prisão de Bezerra e a sua transferência para o Rio de Janeiro, havendo uma desarticulação do Setor Mil na cidade⁶⁴. Cunha faz referência também à presença, no Ceará, do sargento do Exército, José Maria Crispim, vinculado ao PCB, provavelmente nos anos 1940, confirmando a permanência do Antimil na cidade.⁶⁵

Nesse sentido, as reflexões apresentadas pelo historiador Paulo Ribeiro da Cunha lançam luz sobre um período em que predomina uma bibliografia sobre o Integralismo no Estado. As propostas do autor esboçam aspectos de uma esquerda militar nos anos 1930 e 1940 em Fortaleza com novos atores e significados políticos, mas que precisam ser aprofundados com novas pesquisas, de maneira que permita elucidar outros fatos que o recorte temporal desta pesquisa não permitiu esclarecer.

Nelson Werneck Sodré apresenta também uma reflexão relevante sobre os anos 1950 na Base Aérea de Fortaleza, quando ocorreu a eleição para o Clube Militar no Rio de Janeiro. Os candidatos Alcides Etchegoyen e Góis Monteiro opunham-se à candidatura de Estillac Leal e Horta Barbosa, mas ocorreram perseguições em muitos quartéis aos apoiadores desta candidatura que defendia as ideias varguistas. No Exército cearense houve prisões quando

⁶³ CUNHA, *op. cit.*, 162-164.

⁶⁴ O Antimil, ou Setor Mil, foi organizado junto aos militares da Marinha e do Exército pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1929, a partir das orientações da Internacional Comunista. O Setor Mil, em função dos seus objetivos políticos junto aos militares, tinha uma atuação na clandestinidade, em razão da possibilidade de perseguição a qualquer militar envolvido. A entidade, a partir das propostas do PCB objetivava ações armadas ou de resistência e o seu crescimento nos quartéis levou a participação de militares no Comitê Central do Partido Comunista. Ao longo dos anos 1930, houve uma relevante adesão de diferentes categorias militares no Exército e na Marinha, ao ponto de inquéritos serem instaurados e militares serem presos em razão das acusações de pertencimento a organização clandestina. *Ibid.*, pp.150-162.

⁶⁵ *Ibid.*, pp.175-176.

tentavam realizar a campanha da chapa Estillac-Horta, ficando a unidade em prontidão quando oficiais cariocas objetivaram fazer campanha no quartel.⁶⁶

Apesar dessas referências serem esparsas acerca da conjuntura política e militar, é possível notar a existência de um processo histórico na cidade de Fortaleza em consonância com os debates iniciados desde o início do século XX, que foi fortalecido nos anos 1930 e prolongou-se nas décadas seguintes, cujo ápice refletiu-se na década de 1960. Esse panorama histórico e político, cujas práticas políticas demonstram uma conjuntura de manifestações, expressam a continuidade de debates que foram sendo ressignificados conforme surgiam novas questões culturais, políticas e econômicas, havendo nesse processo uma arregimentação de interesses de grupos atuando no tempo histórico permeado de disputas políticas. O legado militar de imposições e limitações aos praças passou a ser questionado e denunciado de maneira mais sistemática nos anos 1960, à medida que objetivavam participar do processo eleitoral dos anos 1960.

Nos quartéis cearenses, desde 1962, os sargentos participavam das discussões políticas relacionadas aos interesses da categoria. O Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado para apurar o “Movimento dos Sargentos”, apresenta aspectos elucidativos, mesmo estando permeado de contradições. Segundo o depoimento, no Inquérito do sargento Francisco Aélío de Almeida Monteiro, em outubro de 1962, os sargentos da Base receberam convite do Exército para uma reunião no Clube General Sampaio. A proposta era discutir a “elegibilidade dos Sargentos e [a] designação de uma Comissão de três sargentos de cada Unidade” para que fosse ao Rio de Janeiro se familiarizar com as discussões sobre a participação dos sargentos no processo eleitoral.⁶⁷

A citação demonstra as relações dos sargentos da Base Aérea de Fortaleza com a categoria do Exército, do mesmo modo o assunto político tratado, ou seja, a “elegibilidade dos sargentos”. Compreende-se com isso que as aproximações entre os sargentos das duas armas objetivavam esclarecimentos e a participação no processo eleitoral. Além disso, podem ser visualizadas ações e “engajamentos” políticos, embora durante o interrogatório os sargentos tentassem evitar essa imagem. Francisco Aélío, em 1963, além de militar era professor de Geografia, sendo responsável pelo transporte do sargento eleito Antônio Garcia

⁶⁶ SODRÉ, *op. cit.*, 1965, p.337.

⁶⁷ BNM; Processo 164, p.118.

Filho, quando esteve no Ceará defendendo as “reformas de base” e os interesses dos sargentos.

Em outros depoimentos do processo está expressa a necessidade de união entre os sargentos das Guarnições de Fortaleza, ou seja, a “[...] fusão dos seus clubes (Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar)”.⁶⁸ A unificação das entidades intencionava reforçar diferentes armas em uma única agremiação, objetivando força política para o processo eleitoral. Essa aproximação era relevante em função da oposição sofrida pelos sargentos acerca da participação política deles na década de 1960, principalmente por parte do alto escalão das Forças Armadas.⁶⁹

A maioria dos oficiais desaprovava os objetivos políticos da categoria dos sargentos no processo eleitoral, em razão do destaque na sociedade e do apoio política que passaram a receber também dos cabos e dos soldados. Dessa forma, os oficiais temiam a perda do seu prestígio e autoridade no corpo da tropa, pois eram os mais prejudicados nas conquistas políticas dos sargentos.

Confrontando os documentos do Arquivo “Brasil Nunca Mais” e as notícias impressas da época, denotam-se relações entre as entidades cearenses do Clube General Sampaio (Exército) e o Ícaro Clube (Aeronáutica). Esses envolvimento tinham objetivos políticos, gerando esclarecimento da categoria e amadurecimento político.

Em entrevista, Francisco Aélío revelou que, na época, a “[...] comissão tinha uma certa liderança e planejava eleger vereador, deputado estadual e deputado federal.”⁷⁰ No entanto, não era um processo fácil, ao ponto dos planos iniciais não seguirem adiante. Além disso, ao militar era proibido fazer política nos quartéis. Contudo, a configuração histórica da década de 1960 levava oficiais, suboficiais e praças a participar politicamente. Assim, “[...] apesar de uma cultura política dominante [...], não significava anulação de outras antagônicas”.⁷¹ Embora houvesse a tentativa de imposição da *instituição total*, havia militares discutindo além das imposições disciplinares.

⁶⁸ *Ibid.*, p.33.

⁶⁹ PARUCKER, *op.cit.*, p.58.

⁷⁰ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

⁷¹ DUTRA, Eliana R. de Freitas. **História e Culturas Políticas**: definições, usos e genealogias. UFMG: Revista Varia História, 2002, p.26.

A cultura militar, para o antropólogo Piero de Camargo Leirner, possui aspectos políticos e a existência de “interesses políticos”, em especial na conduta militar com concepção e características de mundo particulares, operacionalizando em escala micro e macro.

A política, nesse caso, pode ser vista através dessa série de contradições e mediações que, antes de mais nada, passam por um plano de significações específicas aos militares, ou até por um plano que podemos chamar de cultura militar, encontrando-se subordinada, assim, a uma noção de identidade militar, realizada no imbricamento da organização social e das representações que a delimitam.⁷²

Desse modo, os militares estavam inseridos em um universo que permite “ler” a política através da cultura, ou seja, a partir das “significações específicas” dos quartéis. A análise antropológica de Piero Leirner contribui para demonstrar a existência de uma cultura militar nas Forças Armadas, mas deve ser acrescentado nessa discussão que, dependendo do contexto histórico e social, a pretensão da caserna pode não ter a eficiência desejada quando outros fatores culturais e interesses não estão em consonância com a pretensão da corporação militar, como era o caso dos militares de baixa patente.

A intensão hierarquizadora sobre os corpos dos militares é apresentada por Michel Foucault e tem seu enraizamento desde o século XVIII com “[...] sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado”.⁷³ Apesar desse aspecto, a hierarquia não pode ser compreendida como enraizada a uma realidade estanque em que os militares são meramente reprodutores das ordens emanadas dos seus superiores. Um exemplo disso foram os encontros dos sargentos cearenses a partir de 1962, em que pretendiam a união das guarnições e a elaboração de um “Manifesto” em defesa dos interesses dos sargentos no Estado. O “Manifesto”, conforme aparece em diferentes depoimentos, deveria ser divulgado na imprensa em defesa da elegibilidade dos sargentos e a favor das candidaturas pretendidas no processo eleitoral, em 1962.

Na época, o documento não foi elaborado e a sua divulgação foi adiada. A intensificação da aproximação entre os sargentos cearenses ocorreu quando esteve em Fortaleza, no dia 18 de fevereiro de 1963, o sargento e o deputado Antônio Garcia Filho. O

⁷² LEIRNER, *op.cit.*, pp.25-26.

⁷³ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008, p.117.

militar fora eleito em 1962, tomou posse em 02 de fevereiro de 1963 e dias depois viajou pelo Brasil pregando a união dos sargentos e o apoio às “reformas de base”.

No Ceará, Antônio Garcia Filho proferiu palestras no Clube General Sampaio, local destinado aos sargentos do Exército; no Ícaro Clube local, onde os sargentos da Aeronáutica se reuniam; na Câmara Municipal; na Faculdade de Direito e no Clube Sargento Hermínio, em Crateús.⁷⁴

Os sargentos da Base Aérea de Fortaleza e do Exército eram, no meio militar, a patente mais ativa no processo de participação eleitoral de 1962 e a vinda do militar Antônio Garcia Filho, em 1963, reforçou essas intenções. Segundo o periódico *Gazeta de Notícias*, o militar eleito “[...] foi aguardado por grande número de colegas das três armas, tendo à frente os dirigentes da Comissão Pró-Elegibilidade. Posteriormente, no Clube General Sampaio, foi oferecido [...] um coquetel.”⁷⁵

Em razão dessas aproximações políticas entre os sargentos do Exército e os da Aeronáutica, no Ceará, ficaram marcados pelos seus superiores e foram perseguidos durante a ditadura. Desse modo, os clubes e associações militares, nesse processo, devem ser compreendidos como locais de discussão e amadurecimento político, haja vista que os clubes dos sargentos localizavam-se na região central de Fortaleza, ou seja, em locais externos ao ambiente hierarquizador dos quartéis. Além disso, eram ambientes permitidos pelo Regulamento Interno dos Serviços Gerais do Exército que definia os clubes militares como local de “[...] conveniência íntima entre militares de uma mesma categoria”. Nesse sentido, os militares exerciam suas práticas políticas, ligadas aos interesses do grupo.⁷⁶

Na época, era comum os sargentos dos clubes do Exército e da Aeronáutica visitarem uns aos outros em suas entidades recreativas, participando de festas, de bailes e das reuniões. Com isso, as imposições disciplinares da *instituição total* deixaram de surtir efeito sobre os militares mais organizados que estavam à frente das perspectivas da categoria nos anos 1960. Nesse sentido, os clubes tinham um papel significativo para os sargentos, principalmente pela

⁷⁴ No processo de Manoel Ferreira dos Anjos iniciado, em 1 de julho de 2004 junto à Secretaria de Justiça do Ceará, existe referência aos sargentos do 4º Batalhão de Engenharia de Crateús (4ºBEC), inclusive os militares que foram expulsos do Exército, como demonstra Papito de Oliveira. Esse autor menciona que foram expulsos o terceiro-tenente Antônio Shirley Cruz Jucá e o tenente Manuel Ferreira dos Anjos, ambos do Exército em Crateús. Ver OLIVEIRA, Papito de. **Vozes Silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.

⁷⁵ *Gazeta de Notícias*, Fortaleza, 19 fev. 1963, p.1.

⁷⁶ PARUCKER, *op.cit.*, p.106.

liberdade permitida aos seus frequentadores. Segundo Jean-Pierre Rioux, “[...] o clube provoca algo mais que comichão: é um vetor privilegiado da mudança na política”, além disso, “[...] correspondem a uma reação saudável de um país que não foi sufocado por suas próprias estruturas”.⁷⁷ Essa estrutura, sentida nos quartéis, era maleável nos clubes, dando maior possibilidade de participação aos demais que temiam incorrer em indisciplina militar, quando determinadas discussões políticas eram travadas nas unidades militares.

Isso pode ser evidenciado no processo eleitoral de 1962, quando os clubes dos sargentos do Exército e da Aeronáutica cearense foram espaços de discussão das candidaturas dos sargentos no processo eleitoral. Embora houvesse menção no IPM e nos jornais aos sargentos da Polícia Militar, dos Bombeiros e da Marinha, não foi possível, durante a pesquisa, mapear as contribuições dessas demais categorias.

Nesse contexto, as candidaturas dos sargentos Zeferino Magno de Souza e Climério Chaves não obtiveram êxito no processo eleitoral. Somente o sargento Climério teve a aprovação mediante liminar do Tribunal Superior Eleitoral. Na época, o periódico *O Povo* registrou o fato como “[...] o primeiro Sargento candidato” à Assembleia Legislativa Estadual.⁷⁸ A notícia publicada não aprofundou a discussão e os embates em que os sargentos estavam inseridos, apesar desse aspecto, a articulação dos sargentos cearenses fomentou visibilidade política em âmbito estadual e nacional. Por isso, Antônio Garcia Filho visitou Fortaleza em fevereiro de 1963 e motivou os sargentos locais a continuarem na defesa da participação política pela elegibilidade e apoio às “reformas de base”. Na época, segundo o deputado, tais reformas eram a “[...] única solução para tirar o país da grave situação econômico-financeira em que se encontra.”⁷⁹

Os sargentos cearenses, diante desses acontecimentos, devem ser interpretados como integrantes de uma discussão nacional arregimentada por um esclarecimento político “[...] da posição que ocupavam na sociedade”.⁸⁰ Antônio Garcia Filho, como muitos dos seus colegas de categoria, tinha consciência disso e os encontros realizados, em Fortaleza, revelam o grau de aproximações e apoios políticos, quando esteve “[...] na Câmara Municipal, na Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e, ao anoitecer, participou de um encontro com

⁷⁷ RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.124.

⁷⁸ *O Povo*, Fortaleza, 5 out. 1962, p.1.

⁷⁹ *Correio do Ceará*, Fortaleza, 19 fev. 1963, pp.1-2.

⁸⁰ CARLONI, *op.cit.*, p.292.

trabalhadores no Pacto Sindical”. O militar disse também que era a favor do projeto de lei que suprimia o Art. 132 da Constituição para assegurar o direito de voto aos cabos e soldados e, além disso, apoiava a extensão do voto ao analfabeto.⁸¹

A riqueza dos fatos apresentados pela notícia denota a profusão política que envolvia a presença de Antônio Garcia Filho, do mesmo modo os encontros com diferentes setores da cidade de Fortaleza, dos quais participaram militares e entidades de trabalhadores vinculados ao Pacto Sindical.⁸² Além disso, as discussões levantadas por Antônio Garcia Filho demonstravam comprometimento com todos os praças, não restringindo as reivindicações aos sargentos. Estender as pretensões dos sargentos aos demais militares de baixa patente era uma forma de ampliar apoio, legitimar a luta entre as categorias próximas aos sargentos e, sobretudo, demonstrar que os sargentos no processo político dos anos 1960 estavam empenhados em outras causas, tanto internas como externas aos quartéis. Além disso, durante o período em que Antônio Garcia Filho esteve na capital foi acompanhado de muitos sargentos que passaram a travar relações vinculadas com os diferentes movimentos estudantis, sindicais e de esquerda, demonstrando o universo político em que a categoria de sargentos estava envolvida.

Paulo Parucker revela aspectos que envolveram o sargento Antônio Garcia Filho, pois o militar teve papel fundamental em organizar os militares de baixa patente favoráveis às propostas do Presidente João Goulart desde o início do seu governo em 1961. Nesse contexto, o sargento José Mendes de Sá Roriz que estava presente nos acontecimentos e em contato direto com Antônio Garcia Filho relatou:

Lembrei a ele [que era militante do PCB] que na área militar eu agiria e que ele agisse nos sindicatos e no meio estudantil. Que procurasse as lideranças e informasse que iríamos estabelecer um comando de resistência clandestino [e] que

⁸¹ **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 20 fev. 1963, p.1.

⁸² O Pacto de Unidade Sindical e Ação (PUA) surgiu a partir da greve de 1953 em São Paulo com a participação de 300 mil trabalhadores. As entidades intersindicais mobilizaram os operários na luta cotidiana pelos direitos trabalhistas. No Ceará, o Pacto de Unidade dos Trabalhadores (denominado posteriormente de Pacto de Unidade Sindical) “[...] fez parte de um dos debates surgidos no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará” realizado em dezembro de 1957. O congresso estava em consonância com os debates nacionais e, em virtude de uma ausência partidária defendendo os interesses dos trabalhadores, o Pacto Sindical por meio das suas lideranças, principalmente comunistas, levantou a bandeira do projeto trabalhista no Ceará, atendendo uma demanda urbana e rural. Ao longo dos anos 1960, a entidade foi presidida pelo bancário José de Moura Beleza durante a gestão de 1961-1963 e pelo músico José Jatahy entre 1963-1964. Ver SANTOS, Bárbara Cacao dos. **“TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)**. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, 2009.

as direções mais consequentes entrassem na clandestinidade [...]. Virei sábado e domingo fazendo contatos, mobilizando pessoalmente tudo o que foi possível [...]. Elaboramos um plano de resistência cuja palavra de ordem foi [...] “Ninguém sair dos quartéis sem conhecer a missão que ia cumprir”, que o presidente constitucional era o dr. João Goulart e tinha que tomar posse.⁸³

A citação demonstra o leque de atuação política em que Antônio Garcia Filho estava envolvido durante a posse do Presidente João Goulart. Tal garantia implicava diretamente oposição a uma parte dos oficiais das Forças Armadas e setores conservadores que acusavam o Vice-Presidente de comunista. Assim, Jango no poder significou aos militares de baixa patente maior abertura de participação política em função da sua “tradição trabalhista”.⁸⁴

Esse contexto é rico em embates políticos e a partir de maio de 1963, em Fortaleza, representantes da União das Classes Produtoras (UCP) intensificaram as relações com o Exército e passaram a apoiar o fortalecimento da hierarquia.⁸⁵ Isso ocorreu quando a Rádio Dragão do Mar apoiou os ataques do governador Leonel Brizola ao general Muricy em Natal.⁸⁶ Em função disso, houve acirramento das discussões, quando o jornal *Tribuna do Ceará* divulgou que as unidades militares de Fortaleza ameaçavam não continuar as relações comerciais com as empresas que mantivessem publicidade na Rádio Dragão do Mar.⁸⁷

Essa tentativa de “sabotagem” foi respondida com notas do Pacto Sindical que reunia diferentes setores dos sindicatos dos trabalhadores da cidade e quarenta e três associações camponesas no Ceará. A nota afirmava que aplaudiam irrestritamente a conduta da Rádio Dragão do Mar e que os trabalhadores em geral lutavam pela “[...] emancipação econômica, social e política do Brasil, retificam a orientação daquela emissora”.⁸⁸

⁸³ PARUCKER, *op.cit.*, p.53.

⁸⁴ *Ibid.*, p.85.

⁸⁵ Segundo o Estatuto da União das Classes Produtoras, a entidade era uma “Sociedade civil, de prazo de duração indeterminado [...] tendo por finalidade a defesa dos interesses das classes dos comerciantes, industriais e agricultura”. Representava os interesses dos associados da capital e do interior cearense nas esferas municipal, estadual e federal e cooperando com outras entidades. A UCP era formada por Assembleia, Conselhos Superiores, Diretoria e Conselho Fiscal, havendo eleições anuais, cujos cargos eram exercidos sem remuneração. A primeira eleição foi realizada em 28 de dezembro de 1952. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, 26 dez. 1952, p.7-9.

⁸⁶ Em 5 de maio de 1963, Leonel Brizola discursou na cidade de Natal acusando o “[...] comandante da guarnição militar local, general Antônio Carlos Muricy” de “golpista”. Em função dessa postura do governador do Rio Grande do Sul houve “[...] manifestações militares de apoio ao general Muricy.” Ver D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.: CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

⁸⁷ **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 11 maio 1963, p.1.

⁸⁸ **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 12 maio 1963, p.2.

O periódico *O Estado* publicou as notas do Pacto Sindical e outras entidades dos trabalhadores e estudantes da cidade de Fortaleza, onde reconheciam a relevância da Rádio Dragão do Mar e acusavam os opositores da emissora de atentado à liberdade democrática, identificando os grupos econômicos do Estado com as “forças reacionárias” e “inimigas” dos interesses do povo.⁸⁹

Dois dias depois, as entidades ligadas à UCP reuniram-se e “[...] decidiram expressar solidariedade às Forças Armadas brasileiras em face dos ataques que vêm sofrendo”. Em nota aprovada por esta entidade estavam presentes a Associação Comercial e a Federação das Associações do Comércio e Indústria do Ceará.⁹⁰

Durante o processo de pesquisa foi percebida uma incidência maior de notícias relacionadas aos militares publicadas no periódico *Tribuna do Ceará*. Os motivos desse tipo de notícia estavam associados ao fato do jornal pertencer aos grupos econômicos vinculados à UCP, desde a sua fundação em 1957. Esses apoios tinham grande significado ao grupo, pois em seu estatuto a UCP afirmara que era relevante a divulgação de “[...] matéria de interesse geral, mormente das classes produtoras e se torne veículo de propaganda da classe”.⁹¹

A ligação com o empresariado cearense explica a defesa das Forças Armadas e a postura conservadora do jornal *Tribuna do Ceará*. A UCP representava os grupos econômicos da capital e do interior, logo, fazia oposição aos interesses dos trabalhadores e estudantes veiculados pela emissora Rádio Dragão do Mar e, especialmente, pelo Pacto Sindical que congregava a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo, gerando embates políticos no Ceará.

As notas veiculadas no impresso *O Estado* evidenciam concepções históricas, pois afirmavam que os opositores da Rádio Dragão do Mar estavam a serviço do “imperialismo” e eram “[...] setores contrários à emancipação política e progresso social e econômico do país.”⁹²

⁸⁹ Estava presente entre as notas publicadas as seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Ceará, Sindicato do Comércio Varejista de Frutas e Verduras de Fortaleza, União Brasileira dos Servidores Postais e Telégrafos e do Centro Lical de Educação e Cultura (CLEC). *O Estado*, Fortaleza, 12 maio 1963, p.8.

⁹⁰ *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 14 maio 1963, p.8.

⁹¹ *Diário Oficial do Estado do Ceará*, 26 dez. 1952, pp.7-9.

⁹² *O Estado*, Fortaleza, 12 maio 1963, p.8.

O periódico *Tribuna do Ceará* estava ligado aos interesses dos grupos econômicos do Ceará e ignorava as reivindicações dos sargentos e dos trabalhadores, privilegiando os interesses dos oficiais e conservadores que pregavam a ordem e a disciplina. Tal processo é relevante para notar os interesses econômicos presentes no Estado cearense e, do mesmo modo, a contraposição dos trabalhadores e estudantes a esses grupos.

É inquestionável a relevância dos veículos de comunicação na sociedade, sobretudo da possibilidade de capturar nos jornais aspectos da história, da sociedade, dos interesses políticos, da cultura, dos costumes e dos hábitos de uma época ou ainda de como se operam as mudanças e as permanências. No caso cearense o periódico *Tribuna do Ceará* e outros meios de comunicação apresentavam posturas conservadoras e tendenciosas na manutenção dos seus interesses políticos e econômicos.

O chão histórico demonstra o quanto o Ceará estava inserido no processo histórico e político da década de 1960. O pesquisador uruguaio René Dreifuss apresenta esse momento com riqueza de detalhes, relatando as relações dos grupos econômicos e políticos no Estado. Segundo Dreifuss, “a elite orgânica” presente no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): “Saturavam o rádio e a televisão com suas mensagens políticas e ideológicas”.⁹³ Essas instituições também estavam vinculadas à Ação Democrática Parlamentar que tinham função política e econômica, tanto no Congresso, como nas assembleias estaduais.

No Ceará, em 1962, o IPES e IBAD vinculavam-se ao grupo liderados por Adolfo Gentil (PSD), Costa Lima (UDN), Dias Macedo (PSD)⁹⁴ que recebiam apoio político de “Armando Falcão, Paulo Sarasate, Furtado Leite, Leão Sampaio, Martins Rodrigues, Ossian Araripe, Wilson Roriz”.⁹⁵ É provável que esta relação de nomes seja extensa, tanto na área econômica, quanto militar, pois quando ocorreu o golpe civil-militar em 1964 participaram ativamente dele o capitão e deputado Aduino Bezerra, o coronel Sabino Guimarães, o oficial e prefeito Murilo Borges e o deputado estadual Expedito Cruz.

⁹³ DREIFUSS, *op.cit.*, p.232.

⁹⁴ União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), ambos os partidos com relevância e influência política no Ceará.

⁹⁵ DREIFUSS, *op.cit.*, pp.321-334.

A extensão política, econômica e militar pode ser percebida a partir dos Boletins Internos da 10ª Região Militar, quando foi criado em abril de 1964 um grupo de trabalho constituído de personalidades, composto por:

José Afonso Sancho, Manuel Eduardo Pinheiro Campos, Antônio Gomes Guimarães, Brasil Soares, Fávila Ribeiro e José Arimateia Diniz, podendo convocar outros cooperadores, a fim de orientar a opinião pública no trabalho de descomunização no território da 10ª. Região Militar [...] sobre essa finalidade o Cel. Chefe do EMR/10 fez uma exposição aos senhores: Flávio Parente – Diretor da Rádio Iracema; Astrolábio Filho, Diretor da Rádio Verdes Mares; José Pessoa, Diretor da Rádio “Uirapuru” e Padre Landim, Diretor da Rádio “Assunção”. O Sr. Afonso Sancho foi informado que poderia coordenar todas essas atividades, para alcançar os objetivos revolucionários e que poderia contar com todas as rádios e a TV – Canal 2 de Fortaleza.⁹⁶

Esses personagens do empresariado e da imprensa cearense fizeram parte do “Serviço de Informação” organizado na 10ª RM para “orientar” a opinião pública. Dessa maneira, essa e outras participações esboçam um quadro histórico de uma complexa rede articuladora do Golpe em 1964 no Brasil e no Ceará. Os grupos e personalidades envolvidos foram atores nesses bastidores. Em 1964, o banqueiro Afonso Sancho era o presidente da UCP, por isso a posição de destaque na coordenação da imprensa.

Esta dissertação não tem o objetivo de aprofundar esses grupos econômicos e políticos que contribuíram para a efetivação da ditadura no Estado, mas a referência do pesquisador uruguaio Dreifuss e os documentos do Boletim Interno do Exército apresentam grupos midiáticos, políticos e econômicos que ainda estão em atividade no Estado.

O contexto da década de 1960 demonstra os embates vividos em diferentes partes do país, cuja polarização aproximava o alto escalão das Forças Armadas dos grupos econômicos, em oposição aos praças e aos setores populares.

As trajetórias de alguns militares indiciados demonstram uma origem nas camadas populares. Os esboços políticos e biográficos discutidos em tópico seguinte, mesmo permeados de lacunas, possibilitam analisar essas aproximações e as práticas políticas entre os sargentos preocupados com as mudanças sociais da década de 1960.

⁹⁶ Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais, nº 83, 11 abr. 1964, Q2, p.780.

2.3 TRAJETÓRIAS REVELANDO HISTÓRIAS: ESBOÇOS POLÍTICOS E BIOGRÁFICOS

A relevância das trajetórias de vida dos militares permite compreender algumas aproximações políticas, seja de maneira individual ou coletiva. Tal caminho permite evitar generalizações, objetivando entender o papel individual de cada um no “Movimento dos Sargentos”, do mesmo modo suas ações enquanto atores representando um papel em grupo. Esse aspecto é relevante para perceber e analisar as influências políticas e o modo como manifestavam as práticas políticas, de maneira que permita entender e problematizar a atuação deles nos acontecimentos.

Levando em conta a importância da biografia, Giovanni Levi afirma que: “Os elementos biográficos [...] só são considerados historicamente reveladores quando têm alcance geral”, demonstrando a necessidade de contextualização histórica, social, cultural e política em que os protagonistas da história estão inseridos.⁹⁷ Do mesmo modo os “embates” e as polarizações de interesses, haja vista que nacionalmente os sargentos exigiam participação no processo eleitoral dos anos 1960.

O professor João Rameres, objetivando compreender as trajetórias de líderes integralistas na década de 1930 e 1940, demonstra que a noção de contexto apresenta-se “[...] como um dos caminhos mais frutíferos para abordar as trajetórias”.⁹⁸ Nessa mesma perspectiva, a pesquisadora Elisabeth Xavier propõe que para entender as trajetórias das presas políticas durante os anos 1960 é necessário: “[...] o recurso a trajetórias de vida, em especial se estas estão em relação a uma trajetória mais ampla de um dado grupo social, é um dos meios mais eficazes para a revelação de um determinado período e seu contexto sociopolítico-cultural”.⁹⁹ Com base nessas discussões, o contexto histórico das trajetórias de vida dos sargentos permite revelações e discussões onde estão presentes diferentes universos políticos.

⁹⁷ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.174.

⁹⁸ REGIS, João Ramires. **Integralismo e Coronelismo**. Interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937). Tese (Doutoramento em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008, p.232.

⁹⁹ XAVIER, Elisabeth. Trajetórias de ex-presas políticas da ditadura militar. In: **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.208.

Alguns militares de baixa patente que estavam à frente dessas discussões foram removidos, em função da participação política ocorrida no Rio de Janeiro. Os sargentos João Lucas Alves e Nylander Romildo Perreaut de Laforet foram exemplos disso e estiveram presentes nas discussões iniciais dos sargentos no Ícaro Clube em Fortaleza. Eles foram citados nas fontes documentais e orais como articuladores e lembrados com muito respeito pelos praças da Base Aérea de Fortaleza.

No livro *Sargento também é povo* do militar anistiado Selva Corrêa, o autor apresenta uma narrativa significativa sobre as circunstâncias que trouxeram esses sargentos para a Base Aérea de Fortaleza, bem como a atuação política dos sargentos Lucas Alves e Nylander Laforet. Corrêa afirma que quando Lucas se encontrava em Fortaleza solicitou ligações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio de Janeiro, pois havia uma reorganização dos militares subalternos dentro das Forças Armadas.¹⁰⁰ O autor não aprofunda em seu livro de memórias as razões do contato com o PCB, mas informa que os sargentos Nylander Laforet e Lucas Alves foram transferidos para Fortaleza pelas perseguições políticas, devido à forte atuação deles no Clube de Sargentos da Aeronáutica do Rio de Janeiro.¹⁰¹ As semelhanças com as décadas anteriores demonstram a continuidade das perseguições aos praças e a permanência deles nos debates políticos.

A intenção de afastar esses sargentos dos quartéis cariocas teve um efeito contrário, proporcionando aos sargentos Lucas e Laforet, a atuação em um ambiente, onde eram incipientes as discussões acerca da categoria dos sargentos. Na época, Lucas Alves era conhecido pela elevada cultura e, além de falar inglês, havia viajado aos Estados Unidos para fazer cursos de preparação em simuladores de voo. Essa especialidade permitiu trabalhar no Centro de Instrução Técnica (CIT) na Base Aérea de Fortaleza. Além disso, no local fazia tradução dos manuais das peças de avião que eram importadas dos Estados Unidos, conforme relataram os entrevistados Francisco Aélío, Gereba Farias e José Arribamar.

Aélío trabalhou com Lucas Alves e revelou que a amizade entre eles era muito forte, ao ponto deste sargento ter sido seu padrinho de casamento e, segundo afirma o militar: “[...]”

¹⁰⁰ MENDES, Selva Corrêa. **Sargento também é povo**. João Pessoa: Editora Ideia, 2000, p.91.

¹⁰¹ *Ibid.*, p.105-106.

eu tinha um respeito muito grande por ele, porque era um líder corajoso e motivava a gente.”¹⁰²

O sargento Gereba Farias chegou a dividir apartamento com Lucas Alves e afirmou:

Com o Lucas eu morei junto, mas não batíamos muito papo. Talvez porque o Lucas não confiasse muito em mim, não tinha a experiência dele, porque o Lucas tinha conhecimento de gente do Exército que eu não tinha, e não fez questão de me apresentar, talvez para não me comprometer.¹⁰³

O testemunho do sargento Gereba coaduna com o que foi mencionado pelo colega Francisco Aélío, pois quando Lucas chegou na Base Aérea de Fortaleza “[...] era um cara calmo acho que não confiava em ninguém”. A desconfiança do militar devia-se à punição recebida pelos envolvimento políticos, como mencionou Selva Corrêa em seu livro de memórias, além do fato de existirem suspeitas de que na categoria havia delatores, acionando os oficiais em caso de discussões políticas entre os sargentos.

Esses relatos são elucidativos e apontam ideias políticas de esquerda entre Lucas Alves e Nylander Laforet, apontadas nas pesquisas desenvolvidas pelo professor Paulo Ribeiro da Cunha, mas não significa a existência de uma esquerda militar disseminada nos sargentos da Base Aérea de Fortaleza. Os testemunhos dos sargentos Aélío e Gereba apontam que a presença dos sargentos, oriundos do Rio de Janeiro e ligados ao PCB, chegaram no quartel da Aeronáutica cearense temendo mais perseguições. Desse modo, evitaram contatos imediatos com os sargentos da cidade, demonstrando a dimensão cultural, política e militar permeada de avanços e recuos, onde o chão histórico e o momento político não se apresentava favorável, em razão do contexto de vigilância sentido nos quartéis, principalmente no período dos anos 1960.

A cautela inicial dos sargentos Lucas e Laforet foi sendo deixada de lado e passaram a articular a fusão dos clubes dos sargentos com os demais membros da categoria no Ceará. Segundo o sargento Francisco Aélío, as articulações para união dos clubes “[...] foi do Lucas,

¹⁰² Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

¹⁰³ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias em 4 de setembro de 2014 na sua residência no município de Guarulhos, São Paulo.

sonhou, mas não se concretizou.” Além disso, Aélcio mencionou um fato significativo de extrema coragem do sargento Lucas no episódio do plebiscito de 1962, acerca da permanência ou não do parlamentarismo. Na época, um oficial da Aeronáutica cearense manifestou-se pela continuidade do parlamentarismo e posicionou-se contra o presidencialismo, ou seja, contra João Goulart como presidente. A intenção do oficial era pressionar os militares da unidade a votarem pela permanência do parlamentarismo. Francisco Aélcio mencionou que o único que se manifestou contra foi o sargento Lucas Alves que, interpellando o oficial disse: “Coronel, o regulamento proíbe falar de política no quartel e o que o senhor está fazendo aí é política”. Segundo Aélcio, o coronel não respondeu, mas “[...] não era insubmissão, porque ele estava dizendo uma coisa que era verdade. Mas se ele mandou sentar e se ele não sentasse aí era um crime militar por não estar obedecendo, mas ele disse isso”.¹⁰⁴

O relato expressa uma dimensão política dos acontecimentos e a utilização da cultura militar a favor dos interesses dos sargentos, bem como uma demonstração de coragem entre os pares da categoria.

O sargento Gereba Farias, em depoimento no processo, lembrou Lucas como “[...] um indivíduo de cultura, politicamente evoluído”.¹⁰⁵ A citação é sucinta, mas demonstra o quanto era respeitado e admirado pelos colegas. A demonstração de coragem frente ao oficial era legítima, pois era uma exigência da carreira militar a proibição do debate político no quartel.

As fontes oficiais e os testemunhos orais demonstram que Lucas Alves e Nylander Laforet tiveram papel significativo na articulação da elegibilidade dos sargentos e na condução da diretoria do Ícaro Clube.

Apesar da evidência da participação do sargento Laforet, a documentação não aprofunda a atuação dele entre os militares, embora exista referência em ter sido o responsável pela arrecadação de contribuições em solidariedade aos familiares que tiveram sargentos presos na participação da Revolta dos Sargentos, em 12 de setembro de 1963, bem

¹⁰⁴ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélcio Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

¹⁰⁵ BNM; Processo 164, p.178.

como um dos principais articuladores na tentativa de fusão dos clubes e nas discussões sobre a elegibilidade dos sargentos.¹⁰⁶

A documentação não apresenta o período de permanência dos sargentos Lucas Alves e Laforet na Base Aérea de Fortaleza. O arquivo pessoal fornecido pelo entrevistado Gereba Farias permite constatar que serviram na Base até os últimos meses de 1963, momento em que João Lucas Alves deixou a presidência do Ícaro Clube e indicou o sargento Gereba Farias para o cargo. O documento propunha Farias com o propósito de manter a entidade no “[...] seu idealismo mais coerente”, tendo em vista que Gereba “[...] tinha grande capacidade de direção”. O abaixo-assinado favorável ao sargento Gereba era acompanhado de aproximadamente cinquenta assinaturas. Nota-se um documento cifrado, em razão da necessidade de manter o clube com a aparência de fraternidade e união entre os membros da categoria, porém a continuidade de um “idealismo coerente” estava relacionada à permanência dos interesses políticos dos sargentos, além das pretensões objetivadas pela cultura militar.¹⁰⁷

A escolha do presidente do clube era feita de maneira democrática, necessitando de apoio dos demais sargentos. Na época, Gereba Farias cursava Direito e estava entre os sargentos mais amadurecidos politicamente. O praça nasceu em Alagoas, município de Rio Largo, conforme relatou o entrevistado. O pai era jardineiro da prefeitura, a mãe trabalhava em uma fábrica de tecelagem, mantenedora de uma escola para os filhos dos operários. Nessa escola Gereba terminou os estudos e conseguiu uma bolsa para o ginásio em Maceió. Antes de terminar o ginásio, alguns colegas o incentivaram a prestar concurso para a Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Recife. Os amigos não passaram na prova e Gereba Farias foi aprovado. A partir desse momento ocorreram muitas transformações, revelou o militar em entrevista. Em meados dos anos 1950, o jovem de Rio Largo passou a viajar para Recife e, em seguida, para o interior de São Paulo, em Guaratinguetá, onde funcionava a Escola de Especialistas da Aeronáutica. A experiência era única e a convivência enriquecedora, pois, segundo Gereba, entrou em contato com vários militares do Brasil e quando terminou o curso de Especialista em Rádio de Avião, escolheu Fortaleza para seguir a carreira militar, pois na época não tinha unidade da Aeronáutica em Alagoas.

¹⁰⁶ *Ibid.*, pp.41, 62.

¹⁰⁷ Nos arquivos pessoais fornecidos pelo sargento anistiado Edson Gereba Farias consta uma lista com mais de 40 assinaturas colhida em outubro de 1963, ocasião em que a categoria escolheu o sargento como presidente do Ícaro Clube.

Sobre o assunto o sargento Gereba Farias recordou:

Naquele tempo os sargentos começaram a ter visões políticas [...]. Geralmente, a gente participava de reuniões sobre o nosso direito, nós apoiávamos o Garcia Filho. Eu assisti uma reunião, eu me sentia engajado, sempre achei que quem sabe mais tem que pensar nos mais fracos, e sempre me condoeu a situação do Brasil. Eu sempre gostei de ler. Lia coisas sobre a Petrobras [...]. [Eu] lia as atividades do Arraes, das ligas [camponesas] e achava mais do que justo a reforma dos lucros, as reformas de base. Nunca fui de Partido.¹⁰⁸

A profusão de experiência do sargento reflete os anos 1960, momento em que a categoria estava participando das discussões relacionadas aos interesses políticos dos sargentos. Nessas discussões muitos sargentos se identificavam com as demandas populares, sobretudo pela maioria ter origem nas camadas populares do campo e da cidade, como demonstra a trajetória de vida de Edson Gereba Farias e dos demais colegas.

Outro militar presente nos acontecimentos dos sargentos foi Francisco Gomes Soares, esquecido nas discussões do movimento estudantil da cidade de Fortaleza. O militar chegou a ser presidente e secretário do Centro Liceal Estudantil Cearense (CLEC), do Liceu do Ceará, entre 1963 e 1964, e recorda que na época da sua juventude o pai era muito rude e o concurso para a Aeronáutica foi uma forma de adquirir independência.¹⁰⁹ O sargento nasceu em Fortaleza e ingressou na Aeronáutica em 1956 ainda com 18 anos. No início dos anos 1960 era estudante do Liceu do Ceará, período que os estudantes “[...] estavam entre os mais ativos da época”.¹¹⁰

O sargento Gomes, como é conhecido entre os colegas, na época do Inquérito foi o único a se declarar comunista. Em entrevista revelou: “Era um militar e ia para o Partido Comunista fardado, você veja o nível de imbecilidade.”¹¹¹ Levando em conta a condição de

¹⁰⁸ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias em 4 de setembro de 2014 na sua residência no município de Guarulhos, São Paulo.

¹⁰⁹ BNM; Processo 164, p. 203.

¹¹⁰ FARIAS, Airton de. **Além das armas**: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Livro Técnico, 2007, p.48.

¹¹¹ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Gomes Soares em 31 de janeiro de 2012 na sua residência, em Fortaleza.

militar e a sua atuação no movimento estudantil pode-se dizer que era uma demonstração de coragem, pois, na época, esse tipo de atividade era condenada pelas Forças Armadas.¹¹²

Na entrevista realizada com Francisco Gomes Soares, apesar de breve, em função dos problemas de saúde do militar, não se pode deixar de destacar como umas das figuras pertinentes entre os sargentos. Gomes recorda os momentos das agitações políticas na cidade, onde o movimento estudantil do Liceu do Ceará era protagonista:

Uma vez, nós fizemos uma greve no Liceu e terminou em pancadaria e abrimos pelas ruas do Liceu, o pé era um rei, eu com 21, 22 anos. Aí eu andava com umas camisas que tinha verso e reverso. Se fosse hoje pensava que era ladrão, né? Eu correndo e tirando a roupa para trocar o visual.¹¹³

As atividades desenvolvidas pelo sargento no meio estudantil foram recordadas com fortes aproximações dos líderes estudantis e personalidades políticas da cidade, como Tarcísio Leitão, Renê Barreira, Blanchard Girão, Barros Pinho e Arquimedes Bruno. Na documentação do processo, é possível identificar as relações com os testemunhos prestados pelo sargento Gomes, pois entre as atividades do CLEC havia debates e homenagens às lideranças políticas da cidade e outras conhecidas nacionalmente no meio estudantil, militar e político, como o vice-governador do Ceará Figueiredo Correia, o professor Lauro de Oliveira Lima, o prefeito Murilo Borges, o professor Geraldo Nobre, o coronel Jocelyn Brasil e o Ozeas Duarte de Oliveira. Estiveram também presentes nesses encontros realizados pelo CLEC o jornalista Blanchard Girão e o sargento eleito Antônio Garcia Filho que “[...] teceu comentários sobre a política nacional”¹¹⁴, conforme relatou Gomes no depoimento do processo:

Perguntado [no IPM] como aquiesceu, na qualidade de Presidente, para a realização de debates com B. Girão e o Sargento Garcia, conhecidos como elementos extremistas, respondeu que o sargento Garcia era um Deputado de renome nacional e que estando presente em Fortaleza, toda a Diretoria achou por bem prestar-lhe uma homenagem; quanto ao Blanchard Girão é advogado e descendente de família ilustre.¹¹⁵

¹¹² BNM; Processo 164, p.208.

¹¹³ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Gomes Soares em 31 de janeiro de 2012 na sua residência, em Fortaleza.

¹¹⁴ *Ibid.*, p.203.

¹¹⁵ *Ibid.*, p.210.

No depoimento, a qualificação de “elementos extremistas” pelos inquiridores foi negada pelo sargento Gomes, pois tratavam-se de importantes personalidades políticas de âmbito estadual e nacional. O depoimento revela ainda a presença do Antônio Garcia Filho nas atividades do CLEC, defendendo a bandeira da elegibilidade dos sargentos e das “reformas de base”. Do mesmo modo, representa a participação do sargento Gomes nos debates da esquerda na época. Com isso, o sargento simbolizava um dos integrantes do movimento estudantil na cidade, no entanto, até a presente pesquisa não tinha sido lembrado pela bibliografia acadêmica da cidade.

O sargento Francisco Aélío Almeida Monteiro estava presente nos acontecimentos dos anos 1960, o militar é natural de Quixadá e entrou na Aeronáutica em 1953. Na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará cursou Geografia e foi representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE), juntamente com Manuel Aguiar de Arruda, tornando também o militar conhecido entre alguns integrantes do movimento estudantil. Anos depois, foi professor de Geografia e História e um dos personagens ativos nas discussões de 1962 sobre a estabilidade e a elegibilidade dos sargentos. Para o militar, essas discussões precisavam ser fomentadas na época, porque o regulamento causava temor aos praças, dada a instabilidade profissional. Assim, tal debate entre os sargentos era uma preocupação, sendo preciso unir a categoria frente às imposições das Forças Armadas. Unificar a categoria era necessário e, segundo o sargento:

Aí [eu] comecei a me encantar com a esquerda [...]. Desisti de ser oficial e queria me formar e ser professor, embora o salário de sargento fosse dez vezes melhor que o de professor. Eu comecei a tomar consciência das injustiças que eu era vítima [...]. Quanto mais antigo, mais medo o cara tinha, porque tinha o sargento que era formado na tropa, ganhava menos, [...] o sargento saído da escola saía engajado por cinco anos. Saía se comprometendo a permanecer na Aeronáutica por cinco anos, você não podia sair antes e nem ela podia lhe demitir, terminado os cinco anos você pedia reengajamento por mais três anos e ficava [...] de três em três anos fazendo um requerimento pedindo reengajamento. Quanto mais antigo você ficava mais você dependia daquele emprego e se um oficial cismasse com você e desse um conceito baixo não era reengajado e você era dispensado sem receber um tostão.¹¹⁶

¹¹⁶ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

Por isso, os sargentos, de maneira geral, tinham em conjunto a busca pelos interesses da categoria em razão das limitações e imposições da carreira militar, pois a qualquer momento poderiam ser desligados das fileiras das Forças Armadas, bastando uma perseguição política, pessoal ou um conceito baixo concedido por um oficial. A vida militar apresentada por Aélcio era permeada de regulamentos cuja pretensão da hierarquia era um enquadramento e fidelidade à cultura militar, ou seja, submissão às ordens emanadas pelos seus superiores.

Entretanto, apesar desses aspectos disciplinadores da instituição militar, os sargentos envolviam-se nas discussões políticas da época, como demonstram as trajetórias dos sargentos Gereba Farias, Francisco Gomes Soares, Lucas Alves, Laforet e Francisco Aélcio. A opressão da hierarquia e as imposições da vida militar obrigaram os praças ao longo do século XX e efetivamente nos anos 1960 a se engajarem nas lutas da categoria. As circunstâncias políticas do contexto histórico eram propícias, diante da aproximação dos militares de baixa patente com as propostas defendidas nas camadas populares, no meio estudantil e nas entidades dos trabalhadores.

Os militares Ernande Correia Ferreira, natural do Rio Grande do Sul, e Eródoto José Rodrigues, natural de São Paulo, estiveram presentes nos acontecimentos de 1 de abril e participaram da reunião dos sargentos, questionando o golpe e manifestando-se contra as arbitrariedades durante o “Movimento dos Sargentos”. Apesar das lacunas dos processos, foi possível perceber que ambos os sargentos estavam concatenados com as reflexões relacionadas à categoria, ao ponto de estarem de acordo com a oposição ao Golpe e em desacordo com as tentativas disciplinares de alguns oficiais, comprometidos com a ditadura na Base Aérea de Fortaleza.¹¹⁷

Outro militar presente nos eventos desencadeados pela reunião dos sargentos era José Arribamar Oliveira Santos. O praça anistiado começou a carreira militar em São Paulo e no Rio de Janeiro durante um longo período. Em entrevista revelou que entrou na Aeronáutica em 1952, chegando ao Ceará meses antes do Golpe de 1964. Durante o período em que servia no Rio de Janeiro, iniciou o curso de Psicologia, porém as constantes obrigações da função militar impediram que continuasse estudando. O militar recordou ainda que havia sargentos

¹¹⁷ BNM; Processo 164, pp.131,142.

esclarecidos nos anos 1960, mas mesmo sendo integrante da diretoria do Ícaro Clube, não apresentou vinculação com as discussões que se aproximavam da esquerda.¹¹⁸

O cabo Jamil Motta Vasconcelos foi o único cabo indiciado pelos acontecimentos na noite de 1 de abril. Jamil nasceu em Camocim e no início da década de 1950, entrou na Aeronáutica, momento em que já era formado em Contabilidade. Na família, dois irmãos eram militares, um do Exército e outro da Marinha. O militar revelou em entrevista que tinha sido presidente da Casa do Cabo, na Base Aérea de Fortaleza, quando a entidade passou a receber informativos de cunho esquerdista e socialista. No entanto, afirmou que achou melhor rasgá-los e destruí-los. A sua presença na entidade ocorreu em razão de uma escolha do comandante da Unidade em 1962, em função da confiança depositada nele. Segundo Jamil, a Casa do Cabo não tinha conotações políticas, mas aos poucos os informes e comunicados enviados, principalmente, pela categoria do Rio de Janeiro apresentavam-se cada vez mais políticos. Acerca desse assunto, o militar anistiado mencionou em entrevista:

Eu ainda respondi vários ofícios e eu notei que o negócio era político e pela instrução que eu tinha recebido: “Militar não podia ser político”, pelo menos praça inferior que era cabo, soldado taifeiro. [...] Toda vida eu fui apolítico, nunca gostei de política, nem pra discutir, nem pra falar. Eu leio, mas pra falar [...]. Eu recebi um boletim em 1964, incitando mesmo pra brigar. Eu recebi isso e fui falar com o meu capitão Tarso Magnus da Cunha Frota [...]. Ele leu e disse: “De onde você recebeu isso?”, “Como você recebeu isso? Rapaz, isso aqui é um barril de pólvora, isso aqui é coisa de comunista e ativo!”¹¹⁹

Os procedimentos internos realizados pelo cabo Jamil para se desvencilhar da Casa do Cabo foram tomados, contudo não impediu o seu indiciamento e prisão pelo próprio capitão após o “Movimento dos Sargentos”, em 1 de abril de 1964. O cabo Jamil estudou no colégio Liceu do Ceará, época em que havia conhecido Gustavo e se tornado muito amigo do futuro colega da Base Aérea Fortaleza. Conforme o militar revelou em entrevista, o sargento Gustavo era muito próximo das atividades estudantis do Liceu e foi um dos acusados no IPM por fazer parte da chapa do processo eleitoral para escolha da nova diretoria quando cursava Direito, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Segundo o depoimento prestado no IPM,

¹¹⁸ Entrevista realizada em 05 de janeiro de 2014 com José Arribamar Oliveira Santos em sua residência no município de Eusébio, no Ceará.

¹¹⁹ Entrevista realizada com militar anistiado Jamil Motta Vasconcelos em 14 de outubro de 2014 na sua residência, em Fortaleza.

Gustavo estava como candidato a terceiro suplente, mas não sabia quem havia lançado seu nome na época da candidatura.¹²⁰ Pelas informações coletadas entre os entrevistados, tudo indica que o sargento tivesse proximidade com as discussões estudantis, porém em relação às discussões da categoria dos sargentos Gustavo não era um assíduo participante.

As trajetórias desses praças esboçam dimensões das práticas políticas presentes no movimento estudantil, na esquerda, na categoria dos sargentos e uma limitação à disciplina militar. Desse modo, identificam-se diferentes características políticas entre os militares de baixa patente na Aeronáutica cearense.

Em relação às patentes superiores, aos suboficiais podem ser notados esboços biográficos, como o oficial indiciado Pecala Rae, natural do Rio de Janeiro, em diferentes depoimentos apareceu ligado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante o tempo em que serviu em Porto Alegre.¹²¹ Entretanto, em seu testemunho justificou o porquê dessa aproximação:

[...] cinco conferências [foram] patrocinadas pelo Círculo Militar de Porto Alegre, cujos conferencistas eram professores do I.S.E.B. [...]. Perguntado que assuntos eram ventilados [...], respondeu que eram teses desenvolvimentistas e apoiavam as metas governamentais da época: PETRÓLEO, EDUCAÇÃO [...].¹²²

O depoimento do oficial expressa uma gama de discussões e, do mesmo modo, as contradições existentes nos quartéis, quando em determinado momento democrático aos oficiais eram permitidas tais participações, mas em decorrência do Golpe passaram a ser perseguidos pelos envolvimento políticos, anteriormente concedidos e incentivados pelas próprias unidades militares. Nesse contexto, Nelson Werneck Sodré era militar e professor do

¹²⁰ BNM; Processo 164, p.56.

¹²¹ Segundo Nelson Sodré, o ISEB surgiu no governo Café Filho, mas instalado durante a presidência do Juscelino Kubitschek, como oposição da Escola Superior de Guerra (ESG). Enquanto esta entidade tinha a finalidade de arregimentar as “elites” civis e militares a serviço do imperialismo, além do caráter conservador, a ESG era fiel aos interesses dos Estados Unidos, por isso, seus membros foram atores no golpe civil-militar em 1964, em razão das resistências às mudanças exigidas pelo povo e apoiadas pelo Presidente João Goulart. O ISEB, segundo Sodré, representava a mudança “[...] refletindo os interesses da burguesia nacional e da pequena burguesia urbana” com preocupações focadas no desenvolvimento nacional sem cunho revolucionário e conspirativo. Ver SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

¹²² *Ibid.*, p.223.

ISEB, instituição que tinha uma preocupação com necessidades do Brasil, buscando soluções entre os próprios pensadores brasileiros.¹²³

O oficial Nilton Bezerra da Silva, natural do Rio de Janeiro, foi o militar mais acusado de proximidade com a esquerda. Em muitos momentos Silva recepcionou os aspirantes que faziam cursos em Fortaleza. Muitos deles afirmaram que durante os passeios na cidade o oficial apresentava a capital a partir de contrastes sociais entre pobres e ricos. Além disso, em muitos momentos, levou os aspirantes para o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), cujo local havia livros e propaganda esquerdista.¹²⁴

Outro dado importante era a aproximação entre os oficiais Pecala Rae e Nilton Bezerra da Silva, ao ponto daquele ter forte influência política sobre este.¹²⁵ Acerca desse assunto, o sargento Francisco Aélío relembrou: “Pecala Rae era inteligentíssimo e [...] fez a cabeça dele [B. Silva] para ser de esquerda”.¹²⁶ Em diferentes depoimentos do IPM foi possível perceber relações de proximidade entre os militares Rae e Silva e a defesa de perspectivas defendidas pela esquerda e entre os nacionalistas dos anos 1960.

No Inquérito, há também a presença dos oficiais capitão-médico Paulo Fernandes e do major José Alencar Paiva como indiciados. Acerca do oficial Paulo Fernandes poucas referências existem no processo, prevalecendo mais as insinuações dos responsáveis pelo IPM do que a constatação de um ideal político. Ao oficial Paiva atribuiu-se que julgava os sargentos da unidade disciplinados e era favorável que estudassem.¹²⁷ O sargento Francisco Aélío afirmou em entrevista que “[...] não sabia a cor política” do oficial José Alencar Paiva.¹²⁸

Porém, ao oficial Paiva os responsáveis pelo IPM tentaram atribuir aspectos de esquerda, pois durante a época em que era estudante tinha sido membro da União Nacional

¹²³ SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, pp.562-563.

¹²⁴ BNM; Processo 164, pp. 50, 51, 71, 139, 196.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 190.

¹²⁶ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

¹²⁷ BNM; Processo 164, p. 227, 228.

¹²⁸ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

dos Estudantes (UNE), mas como militar afirmava-se “nacionalista reformista”. Em depoimento o militar chegou a afirmar:

[...] favorável a que determinados setores da economia nacional que interessem à segurança do país estejam controlados efetivamente pelo Governo. Considera que isso é possível dentro da Democracia Representativa, sem prejuízo da iniciativa privada. Perguntado por que é tido como um oficial de ideias esquerdistas, respondeu que não se considera como esquerdista.¹²⁹

Além dessa referência e da tentativa de acusá-lo de “esquerdista”, os responsáveis pelo IPM objetivavam aproximá-lo do general comunista Francisco Teixeira, mas Paiva defendeu-se afirmando que as únicas relações estabelecidas com o general ocorreram durante a eleição para o Clube da Aeronáutica no Rio de Janeiro.¹³⁰

As trajetórias dos oficiais, suboficiais e praças expressam aspectos das práticas políticas, mas a análise exige cautela em função da documentação elaborada pelo regime repressor apresentar de maneira exacerbada aspectos políticos aos indiciados. O professor Marcelo Ridente que é um dos principais pesquisadores dos arquivos do “Brasil Nunca Mais” menciona que esses arquivos da ditadura são processos que dizem “[...] mais sobre o sistema judiciário da ditadura do que propriamente sobre o conteúdo das atividades investigadas nos processos”.¹³¹

Por isso, é preciso evitar a reprodução das interpretações elaboradas pelo IPM, havendo a necessidade de relacionar os documentos oficiais e as entrevistas, de maneira que permitam entender as aproximações políticas. Embora os encarregados do Inquérito tivessem o objetivo de envolver diferentes patentes nos acontecimentos dos sargentos, os envolvimento entre os oficiais e os praças eram limitados. Além disso, mesmo diante de uma grande quantidade de sargentos na Aeronáutica cearense, os contatos entre eles também eram permeados de limitações, ao ponto de muitos membros da categoria não se conhecerem. Quando isso acontecia era em razão de servirem na mesma repartição do quartel ou pelas atividades no Clube dos Sargentos. Na época, existia também os Clubes dos Oficiais, dos Cabos e Soldados, mas todos tinham suas atividades recreativas separadas, fragmentando a

¹²⁹ *Ibid.*, p.154.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 226.

¹³¹ RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2014, p.157.

integração das diferentes patentes, fazendo prevalecer o poder da hierarquia de uma categoria sobre as outras.

Em relação à categoria de sargentos, quando o assunto era a preocupação com as demandas da categoria, havia uma aproximação, como pode ser evidenciada a presença de alguns livros no Centro de Instrução Técnica (CIT) e a vontade deles organizarem uma “escolinha” para ajudar outros sargentos a retornarem aos estudos e, possivelmente, ingressarem na Universidade.

O sargento Francisco Aélío afirmou em entrevista que havia uma “escolinha” iniciada algumas semanas antes do Golpe de março de 1964 no CIT. O espaço era aproveitado para a formação dos sargentos em áreas, como: História, Geografia, Física, Matemática e Biologia. Todas as disciplinas eram ministradas pelos sargentos da Base Aérea de Fortaleza de diferentes áreas do conhecimento, inclusive pelo pessoal que estudava Medicina na época. A escola era denominada de Presidente Goulart. Segundo Aélío, quando ocorreu o “31 de março... (eu disse) rapaz vamos mudar o nome para Presidente Castelo Branco, na gozação”.¹³² A proposta de mudança de nome da escola, mesmo na gozação, era para evitar o conflito com o regime e dar continuidade aos anseios da categoria, objetivando reduzir a defasagem educacional de muitos sargentos.

A necessidade de estudar entre os membros da categoria de sargentos vinha acompanhada de uma aproximação com a literatura política dos anos 1960, presente nos livros e nos jornais do contexto. No IPM instaurado existe uma lista de livros (Ver Anexo 8) atribuída ao sargento Ernande Correia Ferreira, mas quando apresentada às fontes orais nenhum dos entrevistados confirmou os 46 livros que constam citados no documento. Mesmo o sargento Ernande confirmando em depoimento do IPM que a lista era de sua propriedade, é preciso duvidar dessa afirmação. Os objetivos acusatórios do processo e as condições em que os interrogatórios ocorriam dão margem a dúvidas, sobretudo porque nenhum entrevistado confirmou a quantidade de livros que constavam em uma lista no processo.

Levar em conta essas atribuições apresentadas no IPM é ratificar as intensões do regime militar que estava materializado nos oficiais responsáveis pela elaboração de

¹³² Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

processos comprometedores. Com esse objetivo, a máquina repressora da ditadura civil-militar em um dos seus manuais de interrogatório propunha:

Se forem obtidas algumas informações sobre o passado de um prisioneiro, através do exame dos objetos encontrados em seu poder (revista), da observação ou do inquérito de outros presos, isso pode ser usado para impressioná-lo ou deprimi-lo e, dessa maneira, persuadi-lo a proporcionar as informações desejadas. Essas informações podem ser usadas, também, para jogar um prisioneiro contra o outro, utilizando-se de ardis, tais como a leitura, correta ou incorreta, de depoimentos e, dessa maneira, obter a cooperação de um ou do outro.¹³³

Diante das técnicas de colidir os sargentos usando “ardis” e uma “leitura, correta ou incorreta, de depoimentos” coube ao sargento Ernande assumir a “propriedade” dos livros. Dada as pressões e ignomínias em que os indiciados eram submetidos não havia outra alternativa senão assumir a culpa, dada a técnica sutil e vexatória utilizada, no sentido de evitar possíveis perseguições a outros colegas.

Como sugere o *Manual*, os depoimentos eram utilizados conforme a conveniência dos interrogadores, sendo permitido que fossem forjados e alterados, dando margem às vontades dos encarregados do IPM, objetivando responsabilizá-los pelo “Movimento dos Sargentos” e comprometê-los perante a Justiça Militar.

A exacerbação das evidências contra os sargentos era uma prática para endossar o Inquérito no sentido de comprometê-los politicamente. Sobre a existência da biblioteca o sargento Aélcio disse em entrevista:

Lá tinha livro que eu e o Lucas emprestavamos, mas não tinha uma biblioteca. [...] Também na escolinha de sargentos a gente emprestava, mas não tinha aquela biblioteca. [...] Foi tudo exagero. Era meia dúzia que eu tinha, meia dúzia que o Lucas tinha que a gente emprestava.¹³⁴

¹³³ **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, n°40, 2004, Editora UFPR, pp.213-214.

¹³⁴ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélcio Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

Embora houvesse a intenção dos sargentos organizarem uma biblioteca, de maneira que ficasse à disposição da categoria no CIT, não foi concretizada como desejavam os sargentos.

Mesmo diante de um processo conduzido com objetivos punitivos e atribuições políticas, é possível notar um universo de práticas políticas nas trajetórias dos sargentos: Francisco Aélío, Gustavo Rodrigues, Francisco Gomes, Lucas Alves, Ernande Correia Ferreira, Nylander Laforet e Gereba Farias. Esses militares demonstraram aproximações com as propostas das esquerdas dos anos 1960. Em relação aos sargentos Gomes, Lucas e Laforet o cruzamento das fontes apontam que eram os únicos sargentos vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por isso, é provável que alguns deles tentassem organizar na Aeronáutica cearense uma célula do Partido, visando à sedimentação de uma esquerda militar na unidade, contudo, os documentos e as entrevistas indicam que tal fato não ocorreu ou não houve tempo suficiente para a sua concretização.

Ao sargento Gereba Farias foi perguntado em entrevista se naquele contexto considerava-se de esquerda e afirmou: “Nunca nos classificamos, seria um socialista. Porque o socialismo pregava aquelas coisas de controlar lucros, dividir”.¹³⁵

Francisco Aélío disse também que nos anos 1960 encantou-se com a esquerda e passou a “[...] tomar consciência do que era vítima”. Por isso, juntamente com os sargentos Gerardo Praciano de Castro, Rômulo Leão Prado, Rêmo Prado, Ezequias Esteves de Moraes, Ernande Correia Ferreira e Edson Gereba de Farias preocupavam-se em organizar uma escola para os sargentos no Centro de Instrução Técnica (CIT). No entanto, Francisco Aélío era contrário ao radicalismo da esquerda, pois quando Antônio Garcia Filho esteve na cidade afirmou que era necessário “[...] enforcar os gorilas nas tripas dos capitalistas”. Segundo Aélío, esse tipo de radicalismo estava mais “[...] a serviço dos golpistas que do lado do governo João Goulart”.¹³⁶

Os oficiais Pecala Rae e B. Silva também esboçaram aspectos políticos que podiam ser enquadrados na perspectiva de esquerda dos anos 1960, mas durante o processo e as

¹³⁵ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias em 04 de setembro de 2014 na sua residência no município de Guarulhos, São Paulo.

¹³⁶ Segunda parte da entrevista realizada com Francisco Aélío Almeida Monteiro no dia 30 de agosto de 2014 em sua residência, em Fortaleza.

entrevistas não existiram referências apresentando uma vinculação ou aproximação com algum partido.

Ampliar a teia de práticas políticas entre os praças e oficiais indiciados seria corroborar com as intensões dos responsáveis pelo IPM, que atribuíram intencionalmente aspectos políticos de conotação esquerdista para perseguir e expulsar os militares envolvidos com as discussões políticas da época.

Relacionando o processo e as entrevistas, no sentido de compreender os praças e os oficiais, são possíveis identificações com as propostas da esquerda entre os militares Lucas Alves, Nylander Laforet, Francisco Aélío, Francisco Gomes, Gustavo Rodrigues, Eródoto Rodrigues, Ernande Ferreira, Gereba Farias, B. Silva e Pecala Rae, mas em relação à maioria dos sargentos presentes na reunião e indiciados não havia um engajamento nas perspectivas da esquerda. A atuação de muitos deles voltava-se para as demandas da categoria dos sargentos, cuja participação era conscientemente realizada dentro do quartel. Em relação aos demais indiciados e ouvidos no Inquérito havia uma identificação com a cultura militar pregada nos quartéis. As fontes apontam que os sargentos comprometidos com as demandas da categoria e os seguidores da cultura militar eram a maioria dos sargentos da Aeronáutica cearense. Entretanto, muitos deles estavam familiarizados com as reflexões políticas dos anos 1960, por isso, foram favoráveis ao “Movimento dos Sargentos”, em 1 de abril de 1964. O posicionamento sem fortes conotações de práticas políticas em muitos deles evitou que outros sargentos fossem identificados e indiciados no IPM.

O tipo de vinculação política nos anos 1960 foi fator de imputabilidade e acusações no Inquérito, mesmo não tendo sido uma regra, haja vista que muitos foram acusados, provavelmente por razões pessoais na Base Aérea de Fortaleza. Da mesma forma os envolvimento a partir de 1962 e 1963 na capital cearense. Nessa época, os sargentos do Exército e da Aeronáutica no Ceará passaram a se aproximar, objetivando fortalecer os seus clubes para participar do processo eleitoral, propiciando experiências e um enfrentamento dos opositores das transformações sociais e dos oficiais golpistas, como será discutido no Capítulo seguinte.

3 OS PRAÇAS CEARENSES E O “MOVIMENTO DOS SARGENTOS” NA AERONÁUTICA CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR

“[...] a chegada de João Goulart ao poder assinala o retorno dos praças à cena política”.
Maud Chirio, 2012.

“Os fatos que se desenrolaram entre 31 de março [...] de uma coisa se tinha certeza: é que se tratava de um movimento armado para depor o governo constituído.”
BNM; Processo 164, p.936.

Os embates dos sargentos na década de 1960 e a aproximação de muitos membros da categoria com as culturas políticas da época levaram a um enfrentamento com os oficiais e com os setores conservadores da sociedade brasileira. A participação no processo eleitoral de 1962 permitiu ganhos políticos, bem como a divulgação das imposições que os sargentos eram submetidos em diferentes Estados, chegando ao ponto de alguns deles serem eleitos, mas foram impedidos de assumir os cargos, dadas as pressões dos comandos militares, fato que motivou a Revolta dos Sargentos em setembro de 1963.

Esse quadro político e histórico no Ceará foi acompanhado de relevantes fatos, tendo os sargentos do Exército e da Aeronáutica importante participação. O caloroso debate dos militares subalternos cariocas passou a ser acirrado quando se manifestaram contra os setores golpistas. A ameaça de perseguições aos sargentos no Rio de Janeiro fomentou manifestos de apoio às categorias de outros Estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará.

Entre os sargentos cearenses, dois militares do Exército foram responsabilizados pela divulgação do “Manifesto” divulgado na capital. O documento veiculado estimulou debates na Assembleia Legislativa do Ceará, na Câmara dos Vereadores de Fortaleza e nos quartéis da capital. Apesar da pressão exercida pelo comandante da 10ª Região Militar sobre os sargentos, não foi divulgada a lista de signatários do manifesto, pois aumentaria o número de punidos disciplinarmente na caserna cearense. Embora tenha havido essas perseguições, a categoria dos sargentos do Exército e da Aeronáutica demonstrou o poder político e o esclarecimento acerca dos embates vividos na época.

Esses conflitos políticos e o anticomunismo repercutiram no Ceará com a divulgação do folheto elaborado pelo coronel Hélio Lemos, em fevereiro de 1964. O comandante do

Exército cearense saiu em defesa da cultura militar e criticou a atitude do coronel, pois tratava-se de um documento que fazia críticas ao Presidente João Goulart, aproximando sua administração do comunismo e, além disso, defendia o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

O folheto divulgado pelo coronel criou uma crise na caserna cearense e a necessidade de uma prisão disciplinar. O fato desagradou grupos econômicos, políticos, militares e midiáticos que apoiavam a iniciativa anticomunista.

Os acirrados conflitos a favor e contrários ao Presidente João Goulart desencadearam as forças golpistas civis e militares, em março de 1964, principalmente quando diferentes setores urbanos e rurais das camadas populares passaram a pressionar João Goulart na concretização das “reformas de base”. O Presidente Jango reafirmou essas intenções no Comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, onde compareceram amplos movimentos de esquerda e líderes políticos. A greve dos marinheiros, no Rio de Janeiro, no final de março, e a anistia dos envolvidos, bem como o discurso do Presidente no Automóvel Clube, foram fatores importantes para arregimentarem os oficiais indecisos no apoio ao golpe civil-militar.

A notícia do início do golpe foi veiculada durante o dia 31 de março e havia indecisões sobre a sua materialização. Jango confiava no “dispositivo militar”, mas foi informado do apoio militar norte-americano ao golpe. No dia seguinte, os sargentos da Base Aérea de Fortaleza decidiram marcar uma reunião para as 19 horas, objetivando demonstrar, enquanto categoria, um posicionamento diante do golpe em curso. Ao final da reunião, resolveram marchar em tropa disciplinada ao comando e afirmar que estavam ao lado da democracia e das autoridades legalmente constituídas.

O comandante interino da Base Aérea de Fortaleza, Ivan Teixeira Leite, mostrou-se calmo e complacente com as preocupações dos sargentos e afirmou que a situação política e militar não era motivo para desespero, por isso, deu ordem para os sargentos irem assistir a um filme. Essa tranquilidade e compreensão do coronel não eram uma realidade, pois a unidade de prontidão, naqueles últimos dias, passou a preocupar-se com as possíveis reações dos praças, por isso era necessário vigiá-los e coagi-los diante de uma nova reivindicação.

Isso pode ser exemplificado ainda na noite de 1 de abril de 1964 e dias depois quando alguns sargentos foram presos e transferidos para o Rio de Janeiro, ainda no início do mês. A

Sindicância para apurar o “Movimento dos Sargentos” ocorreu no dia 13 de abril e com uma investigação carregada de acusações infundadas, fato que se repetiu de maneira aprofundada no IPM.

3.1 OS SARGENTOS “NA POLÍTICA”: MANIFESTO DOS SARGENTOS E O ANTICOMUNISMO NO CEARÁ

A pressão sofrida por João Goulart no momento da posse, em 1961, não era hegemônica, por isso afirmou o general Golbery: “Em 1961, os chefes militares agiram contra a opinião pública e tiveram que retroceder”.¹³⁷ Como pode ser identificado na fala do general, o movimento foi organizado pelos “chefes militares” e pelos setores conservadores da sociedade brasileira. Em contrapartida, outros saíram a campo para defender a democracia, a legalidade e inserir-se nas discussões políticas da época.

O envolvimento dos sargentos nesse processo legalista teve ampla participação nas três armas, pois havia planos de interceptar o avião do Presidente em Porto Alegre, mas o sargento Prestes de Paula que era da área administrativa, tomou conhecimento do plano, facilitando a sabotagem com apoio dos praças, dessa forma, “[...] desarmaram os aviões impedindo que levantassem voo”.¹³⁸ Essa pertinente participação dos militares a favor de João Goulart demonstrou o posicionamento político, democrático e aproximação do Presidente com essa camada de militares.

Alguns setores da imprensa, da Igreja, do empresariado e dos oficiais tentaram impedir que Jango assumisse o poder, obrigando-o a recorrer aos militares legalistas e nacionalistas na manutenção da sua presidência. João Goulart no poder representava para alguns setores políticos e econômicos uma aproximação com a política varguista, sobretudo com os trabalhadores, havendo a possibilidade de “[...] alterar as estruturas econômicas e sociais do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social”.¹³⁹

¹³⁷ STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.74.

¹³⁸ MACIEL, Wilma Antunes. São Paulo. **Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)**. São Paulo: Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 2009, p.86.

¹³⁹ FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p.522.

Nesse sentido, os movimentos populares, urbanos e rurais viam na administração de João Goulart uma possibilidade de garantia e efetivação de direitos, sendo um momento “[...] fértil para a organização da classe trabalhadora”.¹⁴⁰ O momento histórico era de realização das demandas sociais e fruto de um acúmulo histórico das décadas anteriores, principalmente pelo consentimento do governo Jango em realizá-las, haja vista que ele tinha sido Ministro do Trabalho do Presidente Getúlio Vargas nos anos 1950 e manteve uma estreita relação com os trabalhadores.

Os sargentos estavam inseridos nessas reivindicações e o contexto de 1962 era favorável à categoria para participar do processo eleitoral. Nesse contexto, Jango aproximou-se dos praças que naturalmente tinham mais contato com o corpo da tropa. Por isso, o PTB, do qual Jango era presidente, aproximava-se dos militares de baixa patente.

Os sargentos desejavam direitos políticos e melhoria da categoria, como:

As demandas de ordem interna podem, por sua vez, ser subdivididas: a) questões relativas à carreira militar (soldo, promoções, estabilidade); b) questões envolvendo os aspectos disciplinares (atualização e humanização dos regulamentos, alterações nos critérios de comportamento, os quais repercutiam sobre a carreira quanto a engajamentos, reengajamentos ou promoções); c) questões relativas a ingerência da instituição sobre a vida privada do graduado (casamento, traje civil etc.).¹⁴¹

Esses anseios eram desejados pelos militares de baixa patente, mas estavam impedidos de questionarem o regulamento militar, pois havia o temor da prisão ou expulsão das fileiras das Forças Armadas, como relatou anteriormente o sargento Francisco Aélío. A década de 1960 foi um momento relevante e passível de atuação dos praças, sobretudo pela força militar e política que passaram a perceber que tinham. Apesar da *instituição total* pregar o afastamento dos militares do mundo civil, os acontecimentos do período evidenciam um momento propício para a negação da opressora disciplina das Forças Armadas.

Isso pode ser notado no folheto da campanha eleitoral dos sargentos no Rio Grande do Sul, reproduzido no livro *O tentente vermelho*: “Os sargentos candidatos, Leão e Almoré são os candidatos dos Sargentos! Mas elegendo-os, agimos não na qualidade de profissionais, e

¹⁴⁰ ALVES, *op.cit.*, p.22.

¹⁴¹ PARUNKER, *op.cit.*, p.88.

sim de simples cidadãos. Portanto, eles representarão o cidadão sargento e, por extensão, todos os cidadãos”.¹⁴²

A condição de cidadania e de aproximação com os interesses do povo pressupõem uma “saúdavel” quebra de hierarquia dos militares que vivenciaram o contexto. O general Ernesto Geisel, décadas depois do golpe, afirmou em entrevista que “[...] o militar não deixa de ser cidadão e, individualmente, tem o direito de ter pensamento político”.¹⁴³ Porém, na década de 1960, essa cidadania era negada pela maioria dos oficiais, ao ponto da manifestação política ser interpretada como uma indisciplina nos quartéis. A diferença nesse novo contexto era que os sargentos estavam unidos e organizados em seus objetivos políticos e contavam com o apoio de alguns oficiais e do próprio Presidente da República.

Em relação aos militares cearenses, esse aspecto fica mais evidente a partir de 1962. O pleito eleitoral estava marcado para o final daquele ano, mas havia dubiedade na Constituição desde a década de 1930, refletida também na de 1946, porque “[...] no artigo 132, permitia-se o direito de voto, embora o artigo 138 restringisse”.¹⁴⁴ A saída encontrada pelos sargentos no sentido de terem participação política e obterem o direito de votar era a unificação das diferentes corporações da categoria, como Polícia Militar, Aeronáutica, Marinha, Bombeiros e Exército, principalmente pelo peso político no processo eleitoral.¹⁴⁵

Esse objetivo fica expresso nas duas viagens do sargento eleito, Antônio Garcia Filho, à Fortaleza, no primeiro semestre de 1963. As reuniões realizadas entre os diferentes sargentos da capital tinham esse caráter político, além de ser defendida a bandeira das “reformas de base” propostas por Jango.

Na época, os discursos eleitorais dos sargentos relacionavam-se com os interesses do povo, mas essas aproximações não eram discursivas e os estudos de diferentes autores apresentam a origem social nas classes populares. As pesquisas desenvolvidas por Alfred Stepan no livro *Os militares na política* permitem compreender a origem social dos militares que, na década de 1940, era representada, na maioria, por filhos de comerciantes, militares e funcionários públicos. Entretanto, para o autor, “[...] quanto ao recrutamento na classe baixa, o Exército é considerado frequentemente um meio bastante importante de mobilidade social

¹⁴² SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Tchê, 1987, p.32.

¹⁴³ D'ARAUJO, *op. cit.*, 1997, p.111.

¹⁴⁴ ALVES, *op. cit.*, p. 88.

¹⁴⁵ PARUCKER, *op. cit.*, p.63.

ascensional no Brasil”.¹⁴⁶ Assim, o *slogan*: “Sargento também é povo” não estava distante da realidade e não era uma falácia em 1962, quando os sargentos objetivavam candidatura política.

Na Marinha, as baixas patentes também demonstram uma origem popular. Em dissertação de mestrado, defendida pelo historiador Anderson Almeida, o autor expõe que, no final da década de 1950, as escolas de aprendizes de marinheiro eram situadas “[...] nos Estados de Pernambuco, Ceará, Bahia e Santa Catarina” e cerca de 1500 “[...] jovens ingressaram através dessas escolas”. Naquela época, o Ministro da Marinha, Jorge do Paço Mattoso Maia, afirmou que o objetivo era recrutar “[...] alunos entre as famílias mais pobres daqueles estados”.¹⁴⁷

Por isso, associar as candidaturas dos militares de baixa patente aos interesses do povo não estava distante da realidade brasileira, apesar do regimento militar objetivar apartá-los da sociedade. Evitar essa aproximação com o povo tinha uma função política corporativista, pois uma vez incorporado nas Forças Armadas, era incutido no militar o seu pertencimento à instituição e à hierarquia militar, afastando-o dos interesses, dos anseios e das perspectivas do povo.

No entanto, os militares de baixa patente, ao seguirem carreira nas Forças Armadas, vivenciavam a recusa de direitos, benefícios e maus-tratos. Isso foi sentido ao longo das décadas do século XX, a partir da presidência de João Goulart, havendo uma aproximação plausível em relação às reivindicações dos sargentos.

No caso dos militares cearenses em estudo, o envolvimento político ocorreu a partir de 1962 com aspectos de união dos interesses políticos em uma entidade que congregasse os anseios dos sargentos do Estado, de maneira que pudessem concorrer ao processo eleitoral daquele ano.

Nessa ebulição política em busca de legitimidade entre os militares, a eleição do sargento Antônio Garcia Filho, na Guanabara, propiciou uma nova configuração histórica aos pares de patente, chegando a ser o principal porta-voz dos sargentos e interlocutor junto ao governo João Goulart.

¹⁴⁶ STEPAN, *op. cit.*, p.29.

¹⁴⁷ ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o Leme a Bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia. Niterói: Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, pp.28-29.

Apesar da eleição do sargento Antônio Garcia Filho, outros militares foram impedidos de assumir os cargos e recorreram ao Superior Tribunal de Justiça, que deu parecer contra a elegibilidade dos sargentos, em setembro de 1963. Em razão desse fato, no dia 12 de setembro de 1963, teve início a Revolta dos Sargentos de Brasília com apoio dos militares da Marinha, tendo como principal líder o sargento Antônio Prestes de Paula, da Aeronáutica. Entretanto, os militares rebelados foram aos poucos baixando as armas, quando houve reação do Exército.¹⁴⁸

A revolta dos sargentos demonstra o grau de politização e os diferentes aspectos a serem observados na revolta, como o poder político dos sargentos, uma necessidade de cidadania, a consciência política em consonância com o contexto internacional das guerrilhas e a oposição às estruturas rígidas das Forças Armadas.¹⁴⁹

No contexto da presença do sargento Antônio Garcia Filho, muitos militares participaram ativamente e se engajaram nos interesses dos sargentos. Garcia Filho foi recebido por sargentos, políticos e líderes de movimentos variados no aeroporto de Fortaleza. A presença do deputado duas vezes no Estado, uma em 11 de fevereiro e outra em 16 junho de 1963, objetivava fomentar as discussões acerca da fusão dos clubes. Embora tal esforço não tenha sido concretizado, houve reuniões, encontros e envolvimento que geraram aproximações entre os clubes e ganhos de amadurecimento político para a categoria de sargentos, bem como identificação, comprometimento e o convívio entre eles. Nesses bastidores, como foi discutido no Capítulo anterior, Lucas Alves Nilander Laforet, Francisco Aélío e Francisco Soares e outros tiveram participação significativa.

Antônio Garcia Filho foi recepcionado pelo sargento do Exército Lenine de Castro Perdigão. É provável que estivessem com ele outros colegas de categoria, como Climério Chaves que se candidatou no processo eleitoral em 1962 e que acompanhou Garcia Filho durante o período de permanência em Fortaleza, além de ficar hospedado em sua casa. O sargento Lenine relatou, em processo na Anistia 64/68, que estava como um dos responsáveis pela organização das atividades para a recepção do sargento eleito. Esses envolvimento contribuíram para o indiciamento depois do golpe.¹⁵⁰

¹⁴⁸ PARUCKER, *op.cit.*, p.138.

¹⁴⁹ *Ibid.*, pp.203-206.

¹⁵⁰ Anistia 64/68, Processo nº 2008 01.61.954.

O contexto de politização dos sargentos, em 1962 e início de 1963, e a presença de Antônio Garcia Filho na cidade fortaleceram discussões relevantes na elaboração do “Manifesto dos sargentos” cearense. Porém, a sua veiculação estava em consonância com as inquietações dos sargentos que fizeram críticas ao Alto Comando das Forças Armadas e aos grupos econômicos não comprometidos com as reivindicações das camadas populares urbanas e rurais.

O fator decisivo que motivou o “Manifesto” da categoria dos sargentos na capital foi o incidente político e militar ocorrido no Estado da Guanabara, Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1963, no Auditório do Instituto de Aposentadoria e Previdência do Comércio (IAPC). Na entidade estavam presentes em torno de mil sargentos para homenagear o general Osvino Alves, mas, em razão de sua ausência, transferiram as homenagens ao ex-governador do Rio Grande do Sul, na época o deputado federal Leonel Brizola. O evento contou com a participação de diferentes entidades, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Congresso Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

O discurso mais aplaudido no IAPC foi proferido pelo suboficial paraquedista Gelcy Correia que “[...] abordou assuntos como imperialismo, golpismo, legalismo e condições sociais do povo brasileiro”.¹⁵¹ O fato gerou reações dos oficiais e apoio dos praças. Os acontecimentos ocorridos demonstraram o grau de consciência política dos militares legalistas, quando foi lido o “manifesto” elaborados pelos sargentos cariocas que advertiam as forças do golpismo:

[...] não tentem reviver 1954, 1961 porque se isto fizerem terão desta vez que encarar-nos de frente como vanguarda e sentinela que somos do nosso povo [...] quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se no país aí então iniciaremos a nossa marcha e o ruflar dos nossos tambores confundir-se-á com o martelo das oficinas e a canção da nossa luta será inspirada no choro desesperado das crianças do Nordeste, [...] faremos retornar as suas jaulas os gorilas que teimam em continuar as soltas.¹⁵²

¹⁵¹ SANTOS, Stepan Freitas. **Batalha pela democracia: 1961-1964 – Outras visões, os Sargentos e ao Governo** João Goulart. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getúlio Vargas, 2010, p.65.

¹⁵² **Correio do Ceará**, Fortaleza, 15 maio 1963, pp.1-2.

A citação demonstra a dimensão do debate e o esclarecimento político e histórico dos sargentos e, além disso, uma vinculação com o povo e os trabalhadores brasileiros. Antônio Garcia Filho estava presente nesses acontecimentos e era um dos principais interlocutores afirmando que os sargentos e os subtenentes “[...] exigiam a saída do general Amaury Kruel do Ministério da Guerra”, pois só assim o movimento teria fim.¹⁵³

As manifestações políticas dos militares subalternos no Rio de Janeiro não foram isoladas. Militares da mesma patente dos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Ceará lançaram manifestos apoiando os militares cariocas, de modo que todos esses sargentos passaram a ser hostilizados e ameaçados de prisão disciplinar.¹⁵⁴

No Rio Grande do Sul, o general Jair Dantas Ribeiro afirmou que não deu ordem de prisão aos 128 sargentos que apoiaram a indisciplina no Rio de Janeiro, porque “[...] vários oficiais superiores de Porto Alegre e Santa Maria se declararam solidários com os termos do Manifesto e fizeram saber ao comandante do Terceiro Exército que suas ordens nesse sentido não serão cumpridas.”¹⁵⁵

No Ceará, os sargentos contrariaram a hierarquia e lançaram um “Manifesto” que foi lido na Rádio Dragão do Mar, em 20 de maio de 1963, apoiando os sargentos do Rio de Janeiro.¹⁵⁶ Esse posicionamento gerou embates políticos e militares na sociedade cearense. A não divulgação da autoria do “Manifesto” pela emissora de rádio foi questionada pelo comandante da 10ª Região Militar, Almério de Castro Neves, afirmando que a rádio “[...] não estava conduzindo com o necessário equilíbrio na divulgação e comentário dos fatos”. Na mesma matéria veiculada, o deputado estadual Blanchard Girão, que era um dos proprietários da rádio e tinha aproximações com a esquerda, respondeu que o manifesto “[...] não fizera qualquer comentário mencionando personalidades do Exército”.¹⁵⁷

O conflito foi aprofundado dias depois quando o capitão e deputado Adauto Bezerra discursou na Assembleia Legislativa do Ceará contra o “Manifesto” lido na Rádio Dragão do Mar, afirmando que estavam sendo adotadas “[...] todas as providências visando descobrir a

¹⁵³ **Correio do Ceará**, Fortaleza, 21 maio 1963, pp.1-2.

¹⁵⁴ **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 22 maio 1963, pp.1-3.

¹⁵⁵ **O Estado**, Fortaleza, 18 de maio 1963, p.1.

¹⁵⁶ Durante o processo de pesquisa notou-se menções na imprensa de que havia duas emissoras que teriam revelado o “Manifesto”, mas o nome de uma delas não foi revelado nas notícias veiculadas. Isso demonstra a perseguição sofrida pela Rádio Dragão do Mar em virtude da aproximação estabelecida com a esquerda, os setores populares, estudantes e sindicais.

¹⁵⁷ **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 13 maio 1963, pp.8-9.

verdadeira história do manifesto dos sargentos” e, para isso, interpelaria a direção das emissoras que o divulgaram.¹⁵⁸

O comandante do Exército cearense, Almério de Castro Neves, pressionou o proprietário da Rádio Dragão do Mar acerca da autoria do “Manifesto” divulgado e explicou as ações tomadas, intencionando preservar os princípios da disciplina e hierarquia militar, diante de “[...] um ‘Manifesto’ atribuído aos Sargentos da Guarnição de Fortaleza, que a totalidade da imprensa [...] recusou publicar por não ter assinatura nem responsável”.

Na mesma matéria, o deputado estadual Blanchard Girão informou novamente em ofício que apenas possuía o documento e não sabia “[...] dizer a quem cabia a responsabilidade pela sua divulgação”.¹⁵⁹ O político afirmou anos depois que a 10ª Região Militar o pressionou objetivando a revelação do “[...] nome da fonte e dos assinantes do polêmico manifesto”, mas negou-se optando pela honra dos princípios jornalísticos.¹⁶⁰

A afirmação do deputado décadas depois contrasta com a que afirmara na época, ou seja, o jornalista sabia quais foram os principais autores do “Manifesto” e negou a autoria para proteger os sargentos indisciplinados. A revelação dos seus nomes imputaria em prisões disciplinares dada a gravidade do ato político dos sargentos.

Acerca do conteúdo do “Manifesto”, a pesquisa não teve acesso, porém, de acordo com as notícias nos periódicos pesquisados, pode-se notar parte do “conteúdo”. Assim, nota-se que o documento foi resultado de uma reunião da Comissão de Sargentos no Ceará e representava os sargentos que defendiam os companheiros de farda que se envolveram “[...] no incidente gerado dias passados no auditório do Instituto de Aposentadoria e Previdência do Comércio (IAPC)”.¹⁶¹

A princípio, o “Manifesto” tinha a proposta de defender a participação política dos sargentos no processo eleitoral, mas incorporou os anseios das discussões ocorridas no Rio de Janeiro. O documento lançado em Fortaleza fazia críticas também a algumas autoridades do Exército Nacional e defendia os colegas de farda que lançaram manifestos em outros Estados.

¹⁵⁸ **Unitário**, Fortaleza, 22 maio 1963, p.1.

¹⁵⁹ **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 3 jun. 1963, pp.1-2.

¹⁶⁰ GIRÃO, Blanchard. **Só as armas calaram a Dragão**. Fortaleza: ABC, 2005, p.92.

¹⁶¹ **Unitário**, Fortaleza, 21 maio 1963, p.1.

O comandante da 10ª Região Militar ameaçou os responsáveis declarando: “[...] se comprovar que o manifesto divulgado [...] foi obra de militares, estes serão punidos com rigor.”¹⁶²

O debate acirrou-se quando o deputado e capitão Adata Bezerra fez críticas ao “Manifesto” e ao Presidente João Goulart, acusando Brizola e Antônio Garcia Filho de serem os responsáveis pelos desvios dos sargentos no Brasil, chamando-os de “débeis mentais”. Acerca dos sargentos cearenses, disse que “[...] não passavam de covardes” por não terem assinado o documento.

No mesmo discurso, Adata mencionou as possibilidades de golpe no contexto da época. Segundo o parlamentar, havia a iminente ameaça de uma “[...] República Sindicalista, transformada em satélite de Moscou, uma ditadura, ou consolidaremos a democracia”. Na mesma matéria veiculada no periódico *O Estado*, o deputado Raimundo Ivan rebateu ironicamente: “Se V. Excia. prevê tanta coisa [...] certamente é de estar se preparando, em caso de um golpe de direita, para ser o Interventor do Ceará...”¹⁶³

Tais embates políticos demonstram o desencadeamento dos fatos gerados pelo “Manifesto dos sargentos” e o quanto estavam inseridos no processo político brasileiro. A veemência do discurso do deputado Adata Bezerra, eleito pela União Democrática Nacional (UDN) de Juazeiro, não era gratuita, pois antes de ser deputado tinha uma carreira militar de oficial do Exército.¹⁶⁴

Os praças eram considerados categoria militar inferior, como “covardes”, no entendimento do capitão Adata Bezerra, e estavam sendo manipulados por Brizola e pelo sargento deputado Antônio Garcia Filho. Esse tipo de postura por parte de um oficial era o que estava sendo colocado em cheque pelos sargentos, na década de 1960.

¹⁶² **Gazeta de Notícias**, Fortaleza, 22 maio 1963, pp.1-3.

¹⁶³ **O Estado**, Fortaleza, 22 maio 1963, p.3.

¹⁶⁴ O deputado estadual e capitão Adata Bezerra representava o grupo político e empresarial de Juazeiro e inseriu-se na política pela União Democrática Nacional (UDN), sendo eleito para deputado estadual por duas candidaturas em 1958 e 1962. Em 1962 seu irmão gêmeo Humberto Bezerra foi eleito para a prefeitura de Juazeiro e o irmão Orlando Bezerra elegeu-se para deputado estadual em 1974. Segundo Maria Auxiliadora Lemenhe, a família Bezerra é extensa e enquadra-se numa conjuntura política que não se restringe somente ao clientelismo, mas também a uma prática moderna de permanecer no poder por meio da cooptação e do jogo político e inserção no grupo empresarial do Estado. Em função da influência política, econômica e militar foi indicado por Geisel em 1974 para governar o Ceará, fazendo parte do “ciclo dos coronéis” que administraram o Estado durante o Regime Militar. Ver LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder**. São Paulo: ANNABLLUME/Edições UFC, 1995.

O debate político sobre o “Manifesto” dos sargentos esteve também presente na Câmara dos Vereadores de Fortaleza, ao ponto do documento ser lido pelo vereador Luciano Barreira, como na época, não havia a prática taquigráfica não foi registrado o conteúdo do documento. Contudo, mencionou-se em ata que: “O vereador Luciano Barreira tece considerações sobre a necessidade das reformas de base e lê o manifesto dos sargentos das Forças Armadas sediadas em Fortaleza”.¹⁶⁵ Em função disso, evidencia-se que o documento teve uma discussão política relevante, em razão de ter sido discutido na Assembleia Legislativa do Ceará, na Câmara Municipal, na imprensa e nos quartéis.

Em consequência desses eventos, o comandante da 10ª Região Militar entrevistou no Clube dos Sargentos do Exército, objetivando evitar novas agitações. O comandante do Exército cearense, Almério de Castro Neves, dias depois esteve no Clube e foi “escolhido” pelos sargentos como Presidente de Honra da entidade, onde provavelmente foi elaborado o “Manifesto”. Durante o discurso, o general fez críticas às forças desagregadoras que serviam a ideologias estranhas que procuravam confrontar “[...] civis com militares e sargentos com oficiais”.¹⁶⁶

A posse do comandante denota a tentativa de inibir ações e organizações políticas dos militares no clube e de certa forma controlar os sargentos do Exército, impedindo novas organizações e reuniões que contrariassem à hierarquia.

As notícias veiculadas na imprensa dias depois apontavam os sargentos do Exército como responsáveis pelo “Manifesto”. Climério Chaves e Milton Freitas foram os sargentos do Exército responsabilizados pela elaboração do documento, por isso foram punidos com prisão disciplinar, sendo Climério transferido para o Piauí e Milton, para o Maranhão.¹⁶⁷

A barreira militar e o impedimento das atividades políticas dos sargentos do Exército estavam expressos quando a mesma matéria veiculada no jornal *Correio do Ceará* citou a presença do deputado Antônio Garcia Filho em Fortaleza, pois acerca “[...] da prisão dos sargentos [...], o líder nacional da classe não quis falar aos jornalistas. Todavia, nesta manhã, visitou o comando do 23º BC, em cujo quartel encontrava-se preso o sargento Climério”.¹⁶⁸

¹⁶⁵ Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Fortaleza, 20 maio 1963.

¹⁶⁶ Tribuna do Ceará, Fortaleza, 24 maio 1963, pp.2-7.

¹⁶⁷ Correio do Ceará, Fortaleza, 17 jun. 1963, p.3.

¹⁶⁸ Ibid., p.3.

Diante da pressão disciplinar sobre os sargentos do Exército, coube a Garcia Filho discursar somente aos sargentos da Aeronáutica, no Ícaro Clube, onde elogiou o novo Ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, por ser “[...] compreensivo com os seus subordinados”. Além disso, atacou “[...] os grupos minoritários privilegiados, que através da divulgação [...] de notícias tendenciosas, apenas desejam manter o atual estado de coisas”, causando uma divisão e sufocamento dos interesses do povo.¹⁶⁹ A referência feita pelo jornal *Tribuna do Ceará*, de propriedade da União das Classes Produtoras (UCP), é relevante e apresenta aspectos dúbios, pois demonstra uma crítica dirigida não só ao próprio veículo impresso, mas também à apresentação de um discurso radical por parte do periódico, objetivando uma representação exacerbada nas palavras de Antônio Garcia Filho.

O sargento da Aeronáutica, Francisco Aélío, esteve presente nos bastidores no momento da veiculação do “Manifesto” na cidade e revelou que “[...] quem levou para a rádio foram Climério e Milton e os dois foram presos por causa disso”.¹⁷⁰ Como não foram reveladas as assinaturas do documento, as punições caíram sobre os responsáveis que o divulgaram.

Entretanto, outros sargentos, em diferentes unidades da capital, podem ter assinado o documento. Os indícios demonstram a existência de sargentos da Base Aérea de Fortaleza signatários do documento, não podendo ser aceita a versão da imprensa, apresentando os dois sargentos do Exército como os responsáveis. A hipótese mais provável é que assumiram a autoria, evitando perseguições aos demais sargentos.

A ausência de militares da Base Aérea de Fortaleza penalizados pelo envolvimento e elaboração do “Manifesto” permite a hipótese de continuidade das relações políticas entre os sargentos da Aeronáutica e uma obstrução aos colegas do Exército, cujo clube passou a ser acompanhado de perto pelo comandante da 10ª Região Militar.

Em função dos manifestos dos sargentos em maio de 1963, tanto no Ceará como em outros Estados, a hierarquia militar passou a ser exigida com rigor. Um exemplo disso, em 1963, foi a Revolta dos Sargentos em Brasília, iniciada em 12 de setembro do mesmo ano. O major Idalécio Nogueira Diógenes, da 10ª Região Militar, afirmou, na época, que reinava

¹⁶⁹ **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 17 jun. 1963, p.2.

¹⁷⁰ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro, em 20 de dezembro de 2013, na sua residência, em Fortaleza.

absoluta calma.¹⁷¹ Essa calma não estava presente na fala do governador Virgílio Távora, que afirmou: “Tomei conhecimento dos acontecimentos de Brasília ocorridos ontem, por intermédio de um rádio-amador. Determinei imediatamente todas as providências necessárias pondo a Polícia de prontidão. Agirei com mão de ferro ante qualquer ameaça de subversão no Ceará.”¹⁷²

As fontes disponíveis no Estado não apontam indícios de manifestação a respeito, mas é necessário levar em conta que a fala do Governador tinha “endereço”, provavelmente aos militares envolvidos no “Manifesto dos sargentos”, que não estavam alheios ao processo político e histórico, mas as perseguições dos colegas meses anteriores exigiam cautelas das categorias dos sargentos na capital.

Outro acontecimento no Exército cearense foi o folheto anticomunista veiculado pelo coronel Hélio Lemos, na época comandante do Grupo de Obuses da 10ª Região Militar. O informativo publicado na época mencionava Lacerda como o melhor administrador público. Esta e outras partes do folheto foram publicadas pelo periódico *Correio do Ceará* que defendeu a veiculação por ser um documento normal de pregação anticomunista. A publicação do documento revelava a parcialidade do periódico a favor do coronel, como uma prática “normal” em oposição aos comunistas. Diante de um processo político vigoroso, havia polarizações, a mídia com suas inclinações expressou de que lado estava. Por isso, nesse tipo de contexto, sugere Jean-Noël Jeanneney que os interesses, “[...] na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se refletem constantemente na vida política de um país”.¹⁷³

Dessa forma, o “folheto” defendendo o governador Carlos Lacerda, em detrimento do Presidente João Goulart, evidenciava a proteção do periódico ao coronel Hélio Lemos. Assim, o *Correio do Ceará* não levou em conta ou ignorou a gravidade política e indisciplinar do oficial que incorria em uma quebra da hierarquia, principalmente por instar politicamente os demais militares. O documento apresentava polarizações entre o comunismo e a sociedade brasileira, demonstrando as limitações, as precariedades e a ameaça do comunismo ao país. No folheto, o coronel afirmava em frases categóricas: “O comunismo é imperialista!”; “Hoje os comunistas estão destruindo tudo no Brasil”; “Será que o operário brasileiro suportaria um

¹⁷¹ **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 12 set. 1963, p.1.

¹⁷² **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 13 set. 1963, p.7.

¹⁷³ JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: **Por Uma História Política**. RÉMOND, René. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp.224-225.

regime de chicote?” De maneira mais enfática fazia comparações negativas em relação ao comunismo e os prejuízos que poderia trazer ao país, bem como as consequências aos trabalhadores e estudantes. Em outros trechos, expressava de modo incisivo:

TERROR: Os estudantes, na Rússia, não podem fazer manifestação. Se desejam conversar com os estrangeiros, têm de fazê-lo às escondidas – fora das vistas da política. Assim é o comunismo.

RIQUEZAS: Ser comunista é trair o BRASIL e os brasileiros, em favor da Rússia, que deseja dominar o Mundo. Para isto, precisa apoderar-se de nossas riquezas, a fim de fortalecer ainda mais o seu já poderoso IMPÉRIO SOVIÉTICO! NÃO SEJAMOS TOLOS! COMUNISTA É INIMIGO DA PÁTRIA!¹⁷⁴

O comandante da 10ª Região Militar exigiu respeito à hierarquia. Além disso, o acontecimento permitiu compreender outros aspectos acerca da cultura militar na caserna cearense. A indisciplina e a manifestação política eram condenadas e sujeitas a punições, mesmo em consonância com o conservadorismo pregado entre a maioria dos oficiais das Forças Armadas, desde os anos 1930 e reforçados na década de 1960.

Diante desses fatos, o comandante da 10ª Região Militar, Almério de Castro Neves, publicou uma nota na imprensa explicando a sucessão dos fatos e justificando a prisão disciplinar do oficial Hélio Lemos. A nota argumentava que a prisão teve “[...] caráter exclusivamente disciplinar por motivos políticos ou ideológicos”.¹⁷⁵ Para o general, a falta mais grave do oficial foi ter “[...] abusado da sua autoridade hierárquica e funcional, por ser Comandante da Unidade” do 10º Grupo de Obuses. Além disso, declarava que não estava “[...] de acordo [com] aqueles que, buscando apenas notoriedade ou proveito pessoal, querem fazer do anticomunismo um instrumento de propaganda político-partidária e de ataque à autoridade constituída.”¹⁷⁶ Desse modo, a exacerbação anticomunista presente no folheto produzido pelo coronel Lemos fazia parte de uma propaganda contra o Presidente João Goulart e que se aproximava dos oficiais golpistas.

O prestígio do coronel na cidade não impediu a sua prisão disciplinar. Segundo João Ciro Saraiva, Hélio Lemos “[...] fora preso e logo em seguida transferido para [...] Ribeirão Preto, São Paulo”, em razão das suas ligações com os conspiradores.¹⁷⁷ Antes houve uma

¹⁷⁴ **Correio do Ceará**, Fortaleza, 6 fev. 1964, p.1.

¹⁷⁵ **Correio do Ceará**, Fortaleza, 8 fev. 1964, p.3.

¹⁷⁶ **Correio do Ceará**, Fortaleza, 8 fev. 1964, p.3.

¹⁷⁷ SARAIVA, J. Ciro. **No Tempo dos Coronéis**. Fortaleza: ABC, 2011, p.57.

prisão disciplinar “[...] estipulada em 20 dias e cumprida no Quartel do 23º BC [Batalhão de Caçadores]”.¹⁷⁸

O documento elaborado pelo coronel Hélio Lemos permite compreender os diferentes aspectos políticos presentes nas Forças Armadas da época, bem como uma mostra de que nas suas fileiras não havia o predomínio de uma polarização política, mas uma heterogeneidade de aspectos políticos e militares que defendia o anticomunismo e uma associação aos setores golpistas; militares objetivando preservar a hierarquia militar e o respeito à disciplina, como foi expresso na nota do comandante da 10ª Região Militar, Almério de Castro Neves; militares na época simpatizantes do comunismo ou das transformações sociais, como o brigadeiro Francisco Teixeira e outros militares em diferentes patentes; o marechal Teixeira Lott que defendia algumas causas dos sargentos, o nacionalismo e a democracia em oposição ao comunismo. Esse aspecto esboça nas três armas as práticas políticas presentes também na sociedade brasileira, mesmo que a *instituição total* objetivasse impedi-la entre os militares. Além disso, esses aspectos apresentam que a hierarquia militar do alto comando aos praças demonstrava-se distanciar-se da doutrina militar.

Essa profusão de fatos evidencia também o confronto no Exército cearense, onde a cultura militar precisava ser respeitada. Em função do documento anticomunista o coronel foi punido, mas continuou recebendo apoios de diferentes personalidades da capital, como representantes de instituições, políticos, grupos econômicos, imprensa e militares. Muitos passaram a lhe fazer visitas e homenageá-lo durante o tempo em que esteve preso no 23º Batalhão de Caçadores¹⁷⁹, antes de ser transferido para o interior de São Paulo.¹⁸⁰ Os grupos políticos e os empresários ligados à imprensa demonstraram apoio ao posicionamento político do coronel, ou seja, os mesmos que defenderam ataques ao Presidente João Goulart, como salientou o comandante do Exército cearense.

¹⁷⁸ **Unitário**, Fortaleza, 23 fev. 1964, p.1.

¹⁷⁹ **Correio do Ceará**, Fortaleza, 25 fev. 1964, pp.1-3.

¹⁸⁰ Dado o golpe civil-militar em 31 de março, a Assembleia Legislativa do Ceará concedeu meses depois o “[...] título de cidadão fortalezense ao coronel Hélio Lemos”. **Unitário**, Fortaleza, 2 jun. 1964, p. 8. Outra referência importante sobre o coronel é o trabalho da pesquisadora Maud Chirio que em exaustivo trabalho sobre **A política nos quartéis** apresenta o coronel Hélio Lemos como um dos integrantes dos 28 coronéis da “linha dura” após o golpe. Além disso, o coronel chegou a trabalhar no gabinete do general Golbery e no Serviço Nacional de Informação (SNI). Entretanto, devido a postura “linha dura” defendida pelo grupo ao qual fazia parte, o coronel Lemos hostilizou a permissão dos governadores eleitos assumirem os seus mandatos, em 1965. Em função disso, Hélio Lemos e outros oficiais foram transferidos. Tal discussão é relevante para problematizar que durante o golpe civil-militar não havia uma homogeneidade política no alto escalão militar. **Ver CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

Esses fatos antecederam em um mês o golpe civil-militar e, do mesmo modo, expressaram aspectos políticos refletindo os embates dos anos 1960. Muitos grupos econômicos, como afirmou de maneira indireta o comandante, atribuíam ao governo João Goulart o aspecto comunista pelo fato de objetivar as “reformas de base” exigidas pelo povo brasileiro, aliados de direitos e de garantias sociais. A mácula de comunista fazia parte das intenções dos grupos políticos que se opunham às reformas pretendidas por Jango e com significativo apoio do povo brasileiro, sendo uma forma de intensificar representações pejorativas sobre personalidades políticas e intelectuais. Nesse sentido, afirma Rodrigo Patto Sá Motta:

[...] o temor ao comunismo foi o cimento da mobilização antiGoulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente [...], os líderes do golpe de 1964 não estavam apenas usando o anticomunismo como fachada para justificar ações. O temor expressado por eles durante a crise era efetivo.¹⁸¹

A máquina de propaganda anticomunista era uma arma política e foi usada nos anos 1960, inclusive com financiamentos norte-americanos a entidades de fachada, como Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IBAD). Mesmo com esse complô, havia, em diferentes setores brasileiros, a crença e o apoio nas reformas sociais, haja vista o longo período da História do Brasil, alijando os interesses das camadas populares, dos estudantes e trabalhadores do campo e da cidade.

Diante desse quadro histórico, as culturas políticas entraram em choque em março de 1964. O embate era forçado na imprensa por setores econômicos, da classe média e da igreja, objetivando macular o Presidente João Goulart. Desse modo, as pressões ao governo Jango não emanavam somente dos setores conservadores. Segundo o historiador Jorge Ferreira, as qualidades do Presidente eram:

[...] costurar acordos, tecer negociações e buscar o entendimento entre as partes eram repudiadas pelas suas próprias bases de sustentação: as esquerdas. Para elas, tudo não passava de “política de conciliação”, cujo significado, nesse momento, exprimia o que havia de pior em uma liderança popular. Para o PTB radical, o sindicalismo, os camponeses em suas Ligas, o movimento estudantil e as

¹⁸¹ MOTTA, *op.cit.*, p.146.

organizações de subalternos das Forças Armadas, somente a “política do confronto” poderia levar a resultados promissores para as forças populares, somente o embate, sem qualquer recuo, poderia implementar, verdadeiramente, as reformas de base.¹⁸²

Entretanto, ocorreu uma sucessão de acontecimentos e pressões políticas, cuja efervescência ficou evidente no discurso da Central do Brasil, quando Jango reafirmou as reformas, tendo, a partir daí, um dos momentos para embasar o desencadeamento do golpe civil-militar iniciado em 31 de março de 1964. Esse acontecimento mudou os rumos do país e ocasionou movimentos e reações em defesa da democracia, como a movimentação da categoria de sargentos na Base Aérea de Fortaleza discutida em tópico seguinte.

3.2 DITADURA CIVIL-MILITAR *VERSUS* “PATRIOTAS DE VERDADE”: O “MOVIMENTOS DOS SARGENTOS” EM DEFESA “DAS AUTORIDADES LEGALMENTE CONSTITUÍDAS”

“A política baseia-se na pluralidade dos homens.”
Hannah Arendt, 2013.

“[...] o episódio de 1964 foi [...] caracterizado pela vitória momentânea das correntes que se opõem à reformulação de nossas estruturas obsoletas, ao fortalecimento das instituições democráticas, a maior participação do povo na formulação e nas decisões do poder”.
Hélio Silva, 1988.

Em 31 de março de 1964, o marechal Humberto Castelo Branco foi pego de surpresa com o golpe iniciado em Minas Gerais sob o comando do general Olympio Mourão. O marechal era figura militar unificadora no alto escalão militar e defendia o golpe para o dia 2 de abril.¹⁸³ Nesses acontecimentos, a Marinha ainda estava permeada pelas agitações da greve dos marinheiros ocorrida nos dias 25 e 27 de março.

Segundo o historiador Jorge Ferreira, a Aeronáutica encontrava-se obstacularizada pelas articulações dos sargentos, sendo as decisões tomadas pelo Exército. Além disso, em 31 de março, o III Exército no Sul confirmou lealdade ao Presidente João Goulart. O silêncio do

¹⁸² FERREIRA, *op. cit.*, 2013, p.380.

¹⁸³ SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1984, p.369.

IV Exército no Nordeste significava apoio ao golpe em curso. Jango não acreditava que o amigo general Kruehl, comandante do II Exército, iria abandoná-lo, mas o general apoiou o governador Ademar de Barros, ligado ao governador golpista do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Além disso, segundo o historiador, havia o apoio militar norte-americano que “[...] interviria militarmente no país, se fosse necessário.”¹⁸⁴

Acerca do comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, nos dias 31 de março e 1 de abril, demonstrou preocupação em garantir a efetivação do golpe que marchava sobre a democracia brasileira. Isso se evidencia em mensagens via rádio transmitidas naqueles dias decisivos. As comunicações travadas entre o IV Exército¹⁸⁵ e a 10ª Região Militar esboçam o início da implantação da ditadura no Ceará e no Nordeste. As mensagens trocadas entre os quartéis nordestinos são elucidativas:

-Radiograma recebido do Exmo. Sr. Gen. Cmt. do IV Ex.:

DE RECIFE-URGENTE CMT 10ª RM FZ-NR 76/E2 DE 31 MAR 64 pt
CIRCULAR pt SITUAÇÃO CALMA TODO TERRITÓRIO 4º EXÉRCITO pt
TROPAS MANTIDAS PRONTIDÃO pt QG COBERTO DISPOSITIVO
SEGURANÇA APROXIMADA pt DEVEIS INDICAR AO GOVERNADOR
ABSOLUTA CONVENIENCIA PROIBIÇÃO QUALQUER COMÍCIOS gv
REUNIOES PASSEATAS PUBLICAS OU MANIFESTAÇÕES SINDICAIS pt
PROVIDENCIAS DEVEM SER TOMADAS PARA OUTROSSIM EVITAR
ECLOSAO DE GREVES pt RADIO E IMPRENSA DEVEM SER GARANTIDOS
TUDO VISANDO A PRESERVAÇÃO DA ORDEM ET SEGURANÇA POVO pt
GENERAL JUSTINO ALVES BASTOS CMT 4º EX.¹⁸⁶

Essas ordens, a princípio, não foram acompanhadas de justificativas, porém a prontidão e as proibições demonstram que o general apoiava os golpistas. As notícias veiculadas nas emissoras de rádio durante o dia 31 de março demonstravam que as medidas tomadas pelo comandante do IV Exército tinham cunho preventivo e pendiam para o lado antidemocrático, pois proibiam comícios, passeatas e greves para dar prosseguimento à ditadura civil-militar que iniciava seu curso histórico.

¹⁸⁴ FERREIRA, *op.cit.*, 2013, pp.394-397.

¹⁸⁵ O I Exército tinha jurisdição sobre as tropas do Rio de Janeiro, sede do comando, e também Minas Gerais e Espírito Santo; o II Exército tinha sede em São Paulo e estava sob sua jurisdição militar o Mato Grosso; III Exército compreendia o Rio Grande do Sul com sede em Porto Alegre, tendo jurisdição ainda sobre Santa Catarina; o IV Exército correspondia uma representação militar dos estados do Norte e Nordeste, mas com sede em Recife.

¹⁸⁶ Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais, nº70, 13 abr. 1964, p.656.

O comandante da 10ª RM pediu informações detalhadas sobre o posicionamento do comando do IV Exército, pois a imprensa divulgava o seu apoio ao golpe. As informações contidas no Boletim do Exército cearense são precisas e elucidativas sobre o avanço da ditadura no Nordeste.

1 de abril, ao amanhecer, a 10ª RM enviou rádio, msg

“Solicitação de esclarecimento sobre atitude adotada pelo Cmt do IV Exército. Foi enviada ao amanhecer de 1º de Abr 64 um rádio do Cmt da 10ª RM ao Cmt do IV Ex, solicitando confirmação de notícias propaladas pelas estações de rádio sobre a sua adesão ao movimento eclodido no E de Minas Gerais, e ter assumido o Governo do E de Pernambuco”.

[...] Resposta do Cmt. do IV Ex.

Resposta do Cmt do IV EX. Na manhã deste dia, 1º de abril 64, às 8.15hs, foi recebido, em rádio, a seguinte resposta ao pedido de esclarecimentos do Cmt da 10ª RM: “Rádio nº 81-E2, 1º Abr 64, do Cmt do IV EX, RERA 6/OS/NORMAL DE HOJE pt RESPONDO AFIRMATIVAMENTE pt ÊSTE COMANDO ET TODO O QUARTO EX ESTÃO SOLIDÁRIOS COMPANHEIROS QUE SE BATEM PELO RESTABELECIMENTO DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA pt LANÇAREI PROXIMOS MOMENTOS PROCLAMAÇÃO AH NAÇÃO pt GEN JUSTINO ALVES BASTOS CMT 4º EX”.¹⁸⁷

Entre o término do dia 31 de março e o início de 1 de abril, a ditadura civil-militar em curso se fortaleceu. Segundo o Boletim Interno do Exército cearense, o comandante Aluísio Brígido Borba deu prosseguimento à cadeia de comando e entre os oficiais “[...] não se verificou atitude contrária àquela decisão por parte dos oficiais do EMG [Estado Maior Geral]”. Do mesmo modo, afirma o documento que, entre os praças, a reunião realizada com os Subtenentes e Sargentos do Quartel General Regional: “Foi completo o acatamento à decisão do Cmt da 10ª RM”.¹⁸⁸

O documento acima, quando relacionado com os arquivos da Anistia 64/68, demonstram outros aspectos, pois oficiais, praças e civis foram presos na capital e no interior do Estado no início de abril de 1964, provavelmente pelo não alinhamento político com os militares golpistas e pelos engajamentos políticos anteriores ao golpe.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais, nº83, 30 abr. 1964, P1, p.780.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 780.

¹⁸⁹ No Processo do sargento Lenine de Castro Perdigão consta uma lista com 217 presos civis e 12 militares presos na capital e interior. Anistia 64/68 Processo nº 200801.61.954.

O Ceará entrou nesse cenário histórico com indecisões, como se evidenciaram os confrontos entre algumas lideranças políticas e militares com o governador Virgílio Távora, que era um político próximo ao Presidente João Goulart e comprometido com suas propostas. Em razão dessa aproximação, quando teve início o golpe civil-militar, o Governador foi pressionado nos bastidores da administração pública, em razão da sua íntima relação com o Presidente. Segundo o pesquisador José Sydrião Alencar Junior, Virgílio usou da sua amizade pessoal e familiar junto ao general Justino Alves Bastos, ao general Castelo Branco, ao tio Juarez Távora e ao senador Paulo Sarasate, pois havia no Ceará uma ameaça do 10º Grupo de Obuses contra o governo de Virgílio. Outra razão que arregimentou o conflito estava relacionada ao comandante do 10º GO, major Egmont Bastos, “[...] filho do ex-deputado estadual Joaquim Bastos, político filiado à Liga Eleitoral Católica nos anos 30 e inimigos dos Távora”. Além disso, houve apoio de políticos para depor o Governador, mas quando a “queda de braço” político no Estado foi vencida por Virgílio Távora muitos deles deixaram o major Egmont Bastos sozinho.¹⁹⁰ Essas informações são reveladoras e demonstram o jogo político e militar no Estado do Ceará, porém novas pesquisas precisam ser realizadas no sentido de entender os principais atores desses bastidores históricos.

A notícia de apoio do IV Exército e da 10ª RM ao golpe circularam nas emissoras de rádio cearenses. Segundo o militar anistiado José Arribamar, os sargentos na época tinham essas informações, porque o colega Eródoto José Rodriguês prestava serviço na área de transmissão e recebimentos das comunicações via rádio da Aeronáutica cearense e as notícias do golpe militar foram captadas pelo sargento. As mesmas eram veiculadas nas emissoras de rádio, permitindo a confirmação dos sargentos.¹⁹¹

Diante desses acontecimentos, os sargentos da Base Aérea de Fortaleza reuniram-se às 19 horas do dia 1 de abril de 1964, objetivando deixar claro ao comandante da Unidade que a categoria estava a favor da democracia no país. O “movimento” dos praças não era esperado pelos oficiais, por isso, foi instalada uma Sindicância em 13 de abril de 1964, no sentido de punir os responsáveis e acusá-los de organizar o “motim” e promover uma “subversão”.¹⁹²

¹⁹⁰ ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. Fortaleza: Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, 2006, pp.125-126.

¹⁹¹ BNM; Processo 164, p.123.

¹⁹² A Sindicância foi instaurada em 13 de abril de 1964 pelo major aviador Ary Petrarca de Mesquita e anexada ao processo. Foram ouvidos os sargentos: José Arribamar Oliveira Souza, Jamil Motta Vasconcelos, Clovis Holanda de Vasconcelos, João Xerez Frota, Eródoto José Rodriguês, José Tabosa, José Salviano de Souza,

A necessidade de entender os fatos ocorridos, objetivando indiciar os envolvidos, motivou a produção de uma documentação permeada de informações eivadas de lacunas e contradições. Além disso, os oficiais responsáveis pela Sindicância materializavam, a partir das suas subjetividades, os interesses do regime civil-militar. A Sindicância que não tinha o poder de punir, mas sim investigar foi utilizada como verdade no Inquérito a ser instaurado. Por isso, na intenção de apurar os fatos ocorridos no “Movimento dos Sargentos”, em 1 de abril, os sindicantes produziram documentos carregados de insinuações, opiniões tendenciosas e aspectos políticos, em função da urgência em identificar os “cabeças” entre os sargentos. Apesar desse aspecto, a documentação apresenta os acontecimentos daquela noite que levaram ao posicionamento democrático da categoria de sargentos.¹⁹³

Em razão do golpe, houve um “[...] impulso dos inquisidores no sentido de buscar a verdade (a verdade deles, naturalmente) nos legou uma documentação extremamente rica decerto, mas profundamente distorcida pelas pressões físicas e psicológicas que caracterizavam os processos”.¹⁹⁴ O historiador italiano Carlo Ginzburg, mesmo fazendo essa discussão sobre os inquisidores no início do período da Idade Moderna, apresenta práticas de justiça que permaneceram em diferentes instituições ao longo dos séculos, pois os processos instaurados durante o regime militar objetivavam perscrutar as sucessões dos fatos, cujas interpretações ganharam dimensões além das praticadas, pois as perguntas eram permeadas de pré-julgamentos, levando a uma culpa antecipada.

No *Documento: Manual do Interrogatório* elaborado pelo Ministério do Exército, em 1971, demonstra-se como deve ser aparelhado o interrogatório, o próprio interrogador e o ambiente. Segundo o *Manual*, um ponto “extremamente importante” é o interrogador estar bem preparado, pois ele “[...] vai confrontar-se com o prisioneiro e é essencial que o impressione com um desempenho eficiente”. E, enquanto a inquirição estiver acontecendo, “[...] deve ser fora das vistas e ouvidos dos outros prisioneiros” e colocados “[...] numa posição de inferioridade em relação ao interrogador”.¹⁹⁵

Gustavo Rodrigues, Antônio Ribeiro Neto, Francisco das Chagas Feitosa Feijó, Ernande Correia Ferreira, Orlando de Souza Rebouças e o suboficial Pedro Laborne. BNM; Processo 164, pp.267-290.

¹⁹³ *Ibid.*, pp.224, 306, 311.

¹⁹⁴ GINZBURG, Carlo. **O fio e os ratos**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.284.

¹⁹⁵ Conforme apresentado pela professora Marion Brepohl de Magalhães, o *Manual* foi encontrado no acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) sob a guarda do Arquivo Público do Paraná. O documento tem o timbre do Ministério do Exército com a seguinte observação: “ESTAS NOTAS CORRESPONDEM A

Com isso, a documentação produzida pelo Estado Maior da Aeronáutica estava cercada de dúvidas, em virtude de ter sido uma produção com intenções acusatórias e testemunhos extraídos arbitrariamente. Por esses motivos, são arquivos que devem ser questionados, pois muitas das informações eram “[...] conseguidas através de ações legais e ilegais, incluindo violências física e psicológica. São produto de situações limites, onde a intolerância é parte vital do sistema”.¹⁹⁶ A pesquisa nesse tipo de arquivo produzido pelos órgãos repressores exige uma dúvida permanente, sendo necessário o confronto com outras fontes disponíveis, no sentido de evitar exclusivamente as versões oficiais.

Apesar desse aspecto duvidoso, são documentos que podem contribuir para o entendimento de uma história que precisa ser revelada. As omissões e as acusações nesse tipo de arquivo permitem entender como agiam as malhas do sistema repressivo dentro e fora dos quartéis. Essas fontes forjadas pelo regime tinham um objetivo para os golpistas: punir, macular e atingir todos aqueles que não se enquadrassem nos ditames da ditadura militar em curso.

Levando em conta o golpe de 1964 e as constantes perseguições aos civis e militares, havia urgência em neutralizar as manifestações políticas, militares ou revolucionárias contra o regime, isto é, perseguir as culturas políticas que se opuseram à ditadura civil-militar no Brasil. Para isso, havia as “medidas de segurança” que, na prática, eram coações e liberdade cerceada no intuito de eliminar qualquer ação contrária ao regime militar. Por isso, o “Movimento dos Sargentos” foi uma informação omitida pela Base Aérea de Fortaleza na noite de 1 de abril de 1964. O silêncio sobre esse movimento democrático permanece até hoje, pois não existe a veiculação da sua existência na mídia e na bibliografia cearense e a única menção está no livro *Brasil Nunca Mais*.¹⁹⁷

UMA TRADUÇÃO ADAPTADA DE DOCUMENTAÇÃO SIGILOSA DE PAÍS AMIGO”. A natureza do *Manual* estava inserido no contexto da Operação Condor nos anos 1970. No entanto, os ditames do *Manual* foram colocados em prática em diferentes IPM realizados no Brasil durante 1964. Assim, a catilha do interrogador apresenta as técnicas utilizadas para inquirir e manipular os presos a partir da conveniência dos encarregados do Inquérito. O documento auxilia os pesquisadores que se debruçam sobre os processos instaurados durante a ditadura, demonstrando os procedimentos adotados pela ditadura em diferentes aspectos para a manutenção do regime de exceção. Diante da importância do documento oficial, a Revista História: Questões & Debates publicou integralmente o documento. **Revista História: Questões & Debates**, Curitiba, nº40, 2004, Editora UFPR, pp.214-215.

¹⁹⁶ BAUER, Carolina Silveira. Arquivos de Regime Repressivo: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; Luca, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, p.177.

¹⁹⁷ **BRASIL NUNCA MAIS**, *op.cit.*, 2001, p.122.

O “Movimento dos Sargentos” necessitou ser reconstituído pelos oficiais a partir de perguntas às testemunhas e aos indiciados. Os responsáveis pelo IPM tinham a urgência em responsabilizar “os cabeças”. Essa emergência em punir ocasionou um Inquérito cheio de vícios e intenções acusatórias, exigindo o choque constante entre as fontes oficiais, no sentido de contradizê-las e também relacioná-las com as fontes orais dos militares perseguidos, evitando uma reprodução acusatória do processo. Assim, a história oral é importante porque:

[...] há nela uma vivacidade, um tom especial, característico de documentos pessoais. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso, dá vida a conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes.¹⁹⁸

Mesmo esta pesquisa não tendo como foco problematizar a história oral, a riqueza da sua metodologia contribui de maneira significativa nas discussões levantadas sobre os fatos ocorridos durante o “Movimento dos Sargentos” e os acontecimentos gerados pela oposição ao golpe. Além disso, a história oral permite revelar as condições a que os indiciados eram submetidos, os modos como ocorreram as perseguições viabilizam confrontar as versões das fontes oficiais. Mas o que aconteceu naquela noite de 1 de abril de 1964, na Base Aérea de Fortaleza? Relacionando os testemunhos dos militares perseguidos e o IPM, é possível entender os incidentes, a discordância do golpe e a sucessão dos fatos.

A reunião dos sargentos no Cassino dos Suboficiais e Sargentos objetivava discutir as informações sobre o golpe que teve início no dia anterior. As informações sobre a ditadura circulavam entre eles ao longo do dia, mas só no final da tarde era possível marcar uma reunião, quando estavam os integrantes da categoria no jantar, exclusivamente no Rancho, local de alimentação dos militares, sendo o comunicado passado aos demais da categoria.¹⁹⁹

O sargento Francisco Aélío confirma essa versão presente nos documentos. Segundo o militar: “Quando foi na hora do jantar, nós fomos passando de mesa em mesa avisando que a gente ia se reunir. Todo mundo foi para o Cassino, direita, esquerda.”²⁰⁰ E por estar a Base

¹⁹⁸ ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.13.

¹⁹⁹ BNM; Processo 164, pp.181, 204.

²⁰⁰ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

Aérea de Fortaleza de prontidão, devido aos fatos iniciados no dia 31 de março, muitos sargentos estavam presentes na reunião marcada para as 19 horas. Poucos militares ficaram do lado de fora do Cassino. Na parte interna as discussões estavam centradas nos acontecimentos do dia anterior e no avanço das tropas de Minas Gerais, comandadas pelo general Olympio Mourão.

Até então, os sargentos não tinham conhecimento do posicionamento do comandante a respeito dos fatos.²⁰¹ Na ânsia por notícias, ficaram sabendo pelo rádio que a 10ª Região Militar havia apoiado as tropas de Minas Gerais e do II Exército, com isso temeram uma possível invasão do Exército na Base Aérea de Fortaleza. Essa motivação aglutinou mais a presença da categoria na reunião.²⁰²

Com a bandeira da legalidade constitucional, decidiram em conjunto colocar na mesa de discussão o juramento militar em defesa das autoridades constituídas. Naquela noite de 1 de abril, às 19 horas, uma polifonia de vozes foi ouvida: ora sobre o palanque improvisado na mesa de bilhar, ora em outros locais do ambiente do Cassino dos Subtenentes e Sargentos. Na reunião, houve “[...] uma manifestação nunca vista antes”, obrigando um dos colegas a pronunciar em tom de brincadeira: “Cala a boca, plebe rude”.²⁰³ Uma certeza sobressaía entre as muitas vozes: “Nós vamos ao comando. Precisamos saber de que lado está”.²⁰⁴ E não “[...] deveria haver precipitação e que não se fizesse nada contra o regulamento militar”.²⁰⁵

Os depoimentos presentes no IPM expressam uma atmosfera politicamente calorosa, participativa e mobilizadora. Entre os militares presentes, havia uma certeza: ir até a sede do comandante da Aeronáutica cearense para demonstrar apoio ao Presidente deposto, mas como fazer isso? A importância da união da tropa de sargentos esboçava-se como solução, principalmente pela demonstração de força frente ao comando da Unidade.

Enquanto os sargentos discutiam de que modo iriam se organizar, entrou o capitão Nilton Bezerra da Silva, conhecido entre os sargentos como B. Silva, que gozava de prestígio

²⁰¹ Na época, o comandante interino da Base Aérea de Fortaleza era o coronel Augusto Teixeira Coimbra, no entanto, diante da sua ausência, a unidade estava sob o comando interino do coronel aviador Ivan Teixeira Leite, responsável pelo IPM instaurado para apurar o “Movimento dos Sargentos”.

²⁰² BNM; Processo 164, p.282.

²⁰³ *Ibid.*, p.75.

²⁰⁴ *Ibid.*, p.35.

²⁰⁵ *Ibid.*, p.89.

entre alguns deles. A presença do oficial no Cassino foi acompanhada de surpresa, alegria e falas do tipo: “Chegou nosso líder legalista”, “Esse é um dos nossos”.²⁰⁶

Durante a fala do oficial, foi preciso pedir: “Fale mais alto, ninguém está ouvindo”.²⁰⁷ Em seu depoimento no IPM, B. Silva foi sereno e não negou sua presença na reunião dos sargentos. Além disso, estava de acordo que os sargentos precisavam falar ao comandante, provavelmente não em tropa, por isso, afirmou que concordou com as preocupações da tropa de sargentos. Em seu depoimento no Inquérito, o oficial afirmou que fez um breve discurso que corrobora com os que foram relatados pelos sargentos:

Senhores, não aprovo, não vão. A Nação tem passado momentos difíceis e não é hora de ficar torrando qualquer tipo de atitude. Compreendo a preocupação de vocês [...] e que os oficiais também estão como os senhores, preocupados. Nêsse meio tempo ouvia-se êsse tipo de insinuações: “E se forem os mais antigos?”; “Um de cada Esquadrão!”; “Uma Comissão!” e coisas assim. O depoente respondeu que se fôssem seriam responsabilizados, sentindo um relaxamento total das preocupações existentes.²⁰⁸

Em diferentes depoimentos presentes no processo, a fala do capitão é negativa em relação ao “Movimento dos Sargentos”.²⁰⁹ Sendo dito ao oficial “[...] não adianta, os ânimos estão muito exaltados”.²¹⁰ O capitão Silva revelou ainda em seu depoimento que “[...] não considere rebelião e sim uma atitude de homens preocupados”.²¹¹ A fala do oficial é pertinente e nega a atribuição dos encarregados do IPM que qualificaram o “Movimento” como “motim”, “rebelião” e “subversão”.

A participação do capitão na reunião dos sargentos e a sua negação em relação ao modo deles se organizarem revelam uma reflexão pertinente para esta pesquisa: o “Movimento” foi obra dos sargentos. A existência de oficiais no processo não implica uma participação direta e indireta em estimular os sargentos no desencadeamento das decisões tomadas naquela noite. Desse modo, mesmo conscientes dos riscos, os sargentos esboçaram

²⁰⁶ *Ibid.*, pp.36, 84.

²⁰⁷ *Ibid.*, p.89.

²⁰⁸ *Ibid.*, p.231.

²⁰⁹ *Ibid.*, pp.36, 42, 84.

²¹⁰ *Ibid.*, p.84.

²¹¹ *Ibid.*, p.66.

uma continuidade com os posicionamentos políticos desde 1961, ou seja, a manutenção da legalidade constitucional.

O sentimento democrático nesse contexto, provavelmente, foi um pensamento comum em alguns oficiais e muitos militares de baixa patente, porque os praças foram os principais atingidos durante o ano de 1964. A demonstração favorável ao preceito constitucional dava-se também em razão dos militares subalternos estarem avançando nas suas conquistas negadas ao longo do processo republicano brasileiro.

A defesa da democracia pelos sargentos da Aeronáutica cearense pode ser evidenciada na entrevista realizada com o sargento cearense Jamiro Dias Oliveira, que servia na Vila Militar, no Rio de Janeiro. Jamiro afirmou que houve um impedimento da continuidade da carreira militar.

Lá o comandante praticamente pediu uma definição de quem estava contra ou a favor. Eu e mais uma centena demos um passo em frente dizendo que nós estávamos do lado do Presidente da República. Pronto, foi o suficiente para ele mandar prender todo mundo, abrir um inquérito, o IPM, que era o Inquérito Policial Militar e antes de concluir esse inquérito ele mandou todo mundo se apresentar ao Ministério da Guerra, porque não queria nenhum subversivo lá, daí todo mundo se apresentou no Ministério da Guerra e de lá espalharam... a mim coube ir para Salvador.²¹²

A partir daí o militar foi preso transferido para outra unidade e, em seguida, expulso juntamente com os demais colegas que se posicionaram a favor da manutenção da democracia. O testemunho do militar anistiado apresenta a exigência de posicionamento por parte de um comandante na Vila Militar, mas a negação de concordância com a ditadura desencadeou perseguições comuns a muitos outros militares dissidentes da época.

Na Aeronáutica cearense a indecisão do comandante da Unidade fomentou entre os sargentos a coragem para demonstrar a posição da categoria dos sargentos diante do golpe civil-militar. Além da presença do oficial B. Silva, foi relatado que o tenente indiciado Pecala Rae esteve na reunião dos sargentos acompanhando o capitão Silva; em outros depoimentos afirmou-se que o oficial esperou dentro do carro a saída do capitão B. Silva.²¹³ Notou-se nos

²¹² Entrevista realizada com o militar anistiado Exército Jamiro Dias Oliveira em 28 de junho de 2012 nas dependências do Espaço Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza.

²¹³ *Ibid.*, pp. 51, 54, 85, 221.

diferentes depoimentos que os encarregados do Inquérito não estavam preocupados em esclarecer os fatos detidamente, mas sim atribuir culpas, seguindo informações e interpretações em consonância com a ordem golpista. Os acontecimentos exigiram a confecção de mapas/croquis para entender a locomoção passo-a-passo dos militares (Ver Anexos 1, 2, 3, 4, 5 e 6), no sentido de tentar elucidar e embasar a culpabilidade dos indiciados.

Após a saída do capitão B. Silva do Cassino dos Sargentos, duas propostas com objetivos democráticos foram levantadas na reunião: uma comissão de sargentos para ir até o comando; outra proposta era para os sargentos marcharem em tropa disciplinada à sede do comando.²¹⁴ Esta foi a proposta votada e vencida, ficando acertado que falaria ao comando o sargento Edson Gereba Farias, em razão de ser o presidente do Ícaro Clube, órgão que representava os sargentos. O teor da sua fala representava o posicionamento dos sargentos acerca dos últimos acontecimentos, isto é, a favor da manutenção da Constituição e o apoio dos sargentos ao comandante nesse sentido.²¹⁵

Acertado o que Gereba Farias diria ao comandante em nome da categoria, alguns sargentos disseram uns aos outros: “Grupamento dos sargentos, em forma!”, “Entrar em forma!”, “Vamos em forma!”, “Base em forma!”²¹⁶ Seguindo a disciplina militar, a tropa só podia ser conduzida por uma patente superior ou o militar mais antigo da tropa. Na saída do Cassino, encontraram o suboficial Leite e afirmaram-lhe que a tropa ia falar ao comando. Diante de tantos sargentos não houve recusa, conforme afirmou o sargento anistiado Francisco Aélío.²¹⁷

Antes da tropa de sargentos marchar em direção à sede do comando existem duas versões pertinentes: uma diz respeito à ordem entre eles para que alguns sargentos ficassem encarregados de organizar as tropas de cabos e soldados para apoiarem a decisão dos sargentos nos seus objetivos democráticos.²¹⁸ Outra versão está relacionada à decisão particular de alguns sargentos colocarem em forma os cabos e soldados para apoiarem a tropa de sargentos.²¹⁹ Tais fatos durante o processo não foram desvendados pelos encarregados do

²¹⁴ *Ibid.*, pp. 76, 123.

²¹⁵ *Ibid.*, pp.185, 186.

²¹⁶ *Ibid.*, pp.89, 99.

²¹⁷ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

²¹⁸ BNM; Processo 164, pp.61, 76, 101.

²¹⁹ *Ibid.*, p.76.

Inquérito, havendo uma preocupação maior: identificar os “cabeças” do movimento. Em função disso, evitou-se a particularização de determinadas ações, sobretudo, pela urgência dos encarregados em punir os responsáveis pela “indisciplina”.

Desse modo, a organização das tropas de cabos e soldados demonstra a influência que os sargentos tinham sobre os praças na hierarquia militar, sendo a categoria forte inserção de poder entre os subalternos, pois os sargentos, cabos e soldados representavam boa parte da tropa de uma unidade militar e, por isso, “[...] eram a maior força dentro dos quartéis”.²²⁰ Tal consciência não era fruto dos anos 1960. Desde a década de 1930 havia essa clareza, pois, segundo Vanda Costa, “Eles desempenham um papel crucial na articulação entre a base e o ápice da hierarquia. Estão no ponto de quebra”.²²¹ Nesse sentido, os sargentos eram a patente que mais tinha contato com os cabos e soldados, conseguindo mobilizar a maioria do contingente militar presente na Base Aérea de Fortaleza, demonstrando uma clareza de ação política ante os fatos daqueles últimos dias e, provavelmente, a categoria mais comprometida com a manutenção da democracia.

A partir da documentação e das entrevistas, os cálculos revelam em torno de 300 praças mobilizados naquela noite.²²² É oportuno lembrar que os cabos e soldados nesse processo só estavam cumprindo ordens superiores e, enquanto eram organizados, os sargentos deram início à marcha em direção ao comando.²²³

Objetivando entender as diferentes locomoções, os encarregados do Inquérito precisavam saber a exatidão das localizações e respectivos horários das diferentes locomoções. Desse modo, foram esboçados os trajetos dos oficiais e dos praças indiciados e a sucessão dos fatos ocorridos. Assim, com base nos croquis elaborados (Ver Anexos 1, 2, 3, 4, 5, 6) e nos diferentes depoimentos, os sargentos saíram do Cassino dos Suboficiais e Sargentos sob o comando do suboficial Leite, passaram pelo Posto do Correio Aéreo Nacional (CAN), cuja alameda era arborizada e entraram à direita. Nesta esquina, conforme os mapas, funcionava o Cinema da Base Aérea de Fortaleza. Ao entrar na alameda, os sargentos

²²⁰ MENDES, *op.cit.*, p.64.

²²¹ COSTA, *op.cit.*, p.17.

²²² BNM; Processo 164, p.7. A existência de mais de 300 praças é confirmada também pelo militar anistiado Jamil Motta Vasconcelos. Na época, o militar tinha patente de cabo e trabalhava na mobilizadora cuja repartição na Base Aérea de Fortaleza era responsável pela documentação e incorporação de novos militares, bem como da administração dos demais efetivos.

²²³ BNM; Processo 164, pp.76, 101, 103.

chegaram ao Monumento do Avião F-47 por volta das 19h 35 horas.²²⁴ Nesse momento, assumiu o comando da tropa o suboficial Laborne, em razão de ter patente superior a do suboficial Leite. Laborne relatou em seu depoimento que indagou a razão da marcha e o sargento Gereba Farias saiu de forma e explicou que a função do suboficial seria apenas conduzir o agrupamento de sargentos até a presença do comandante da Base.²²⁵

Dada a explicação, a tropa seguiu sob o comando do suboficial Laborne, passando pela Praça ajardinada e chegando à sede do comandante da Base Aérea de Fortaleza. O mesmo suboficial apresentou a tropa, e o comandante pediu que descansassem; em seguida, Gereba Farias toma a palavra, representando o sentimento dos sargentos:

Havíamos tido uma reunião [...] onde ficou resolvido que os sargentos iriam ao Comando da Base pedir informações a respeito da situação do país, pois todos estavam muito apreensivos; que iriam disciplinados e em ordem e que a ida dos sargentos ao Comando não seria uma insinuação; que os suboficiais e sargentos não pretendiam apoiar nenhum movimento golpista, mas que eram constitucionistas e patriotas verde-amarelo; que iriam ao Comando sem nenhuma intenção de danos materiais ou de vida; que eram patriotas de verdade.²²⁶

Conforme ficou combinado no Cassino, Gereba Farias falou ao comando e expressou o sentimento dos sargentos diante dos acontecimentos dos últimos dias, frisando que a tropa não objetivava “[...] nenhuma intenção de danos materiais ou de vida”.

Além da fala do sargento Gereba Farias, pediu a palavra ao comandante Ivan Teixeira Leite o sargento Ernande Correia Ferreira. O praça gostaria de confirmar se a 10ª RM havia apoiado as tropas do general Olympio Mourão e se havia o temor do Exército invadir a Aeronáutica cearense. No Inquérito, consta que o sargento Ernande perguntou ao comandante:

[...] horas antes havia escutado pelo rádio que o Cel. que respondia pelo comando da 10ª RM havia dado uma nota que estava solidário com os companheiros de Minas Gerais e [o] II Exército, tendo perguntado ao Comandante se ele tinha conhecimento dessa nota e qual seria a atitude do Comando da Base.

²²⁴ Nos acontecimentos de 1 de abril de 1964, na Base Aérea de Fortaleza não existia o “Monumento F-47”, sendo construído depois dos fatos políticos ocorridos na Base. Os sargentos entrevistados apresentam no mapa como sendo o local onde o suboficial Leite passou o comando da tropa de sargentos para o suboficial Laborne.

²²⁵ BNM; Processo 164, pp.76, 82, 90, 99, 280, 304.

²²⁶ *Ibid.*, pp.76, 82, 90, 179.

Em função dessa pergunta, o sargento Ernande foi repreendido pelos inquiridores do processo por não ser “[...] o mais antigo em forma”. O praça respondeu que tomou essa atitude porque a situação emocional da tropa estava abalada, em virtude dos boatos que circulavam acerca da invasão do Exército na Base Aérea de Fortaleza.²²⁷ Como os demais colegas, o sargento Ernande estava preocupado com os fatos ocorridos naquelas últimas horas.

Em seguida, o comandante respondeu “[...] a situação não era para desespero e que, tão logo tivesse informações oficiais, falaria aos militares”.²²⁸ Existe uma imprecisão durante o momento da conversa travada com o comandante. O fato mais provável é que durante a fala do coronel Ivan Teixeira Leite, chegaram as tropas dos cabos e soldados organizadas inicialmente por alguns sargentos.

Jamil Motta Vasconcelos, único cabo indiciado, afirmou: “Os cabos e soldados estavam no cinema, tinham ido ver um filme [...]. Quando eu vinha, estavam [...] botando os cabos e soldados em forma para irem prestar solidariedade ao comandante da Base, para dizer que a gente ia prestar solidariedade ao governo.”²²⁹

Apesar das ordens iniciais de entrar em forma serem dadas pelos sargentos, as tropas de cabos e soldados foram conduzidas pelo cabo Jamil à sede do comando. Antes do contingente de cabos e soldados chegar, um oficial foi avisado da marcha dessas tropas, por isso saiu da sacada da sede para interceptar na “[...] altura da sala do Comando da GSG [Guarnição de Serviço de Guarda], próximo à Secretaria do Material Bélico”.²³⁰ O aviso partiu de um oficial que, no calor dos acontecimentos, pensou que “[...] se tratasse de um movimento visando apoderar-se do Material Bélico”. Assim, “[...] determinou aos aspirantes que apanhassem suas armas e se dirigissem para o Comando da Base”.²³¹

A interceptação da tropa de cabos e soldados veio acompanhada de uma pergunta: quem estava comandando aquelas tropas? O cabo Jamil respondeu que comandava as tropas

²²⁷ *Ibid.*, p.282.

²²⁸ *Ibid.*, p.91.

²²⁹ Entrevista realizada com militar anistiado Jamil Motta Vasconcelos em 14 de outubro de 2014 na sua residência, em Fortaleza. BNM; Processo 164, pp.91, 92, 104.

²³⁰ *Ibid.*, p.109.

²³¹ *Ibid.*, pp.109, 292.

sob as ordens dos sargentos.²³² Na documentação, diferentes fatos estão sucedendo neste momento, dificultando precisar novamente a ordem dos eventos. O fato mais provável é que, durante as conversas realizadas com o comandante da unidade e a presença das tropas em frente à sede do comando, chegou também uma tropa pequena, mas armada com metralhadoras, comandada por dois capitães. Segundo o sargento Francisco Aélío, a tropa armada foi interpelada pelo comandante da Base Aérea, no sentido de que os oficiais responsáveis pela tropa tivessem calma.²³³

Segundo consta na documentação e entre alguns entrevistados, “[...] muitos dos integrantes não notaram a aproximação desse grupo” armado que objetivava intimidar e cercar as tropas de praças.²³⁴ Apesar disso, houve aqueles que perceberam tal pressão, por isso um sargento exclamou: “Provocação!” ou “Que provocação!” Em razão dessa afronta, um oficial tentou identificar o autor da indignação, mas não conseguiu encontrá-lo e exclamou: “É um covarde que se esconde no anonimato da multidão”.²³⁵

A partir desses episódios, sobressaem algumas reflexões relevantes, pois houve cautela entre os oficiais e praças evitando um confronto direto. Desse modo, mesmo com a presença do pequeno agrupamento armado, o confronto foi evitado, em razão dos mais de trezentos praças em frente à sede do comando.

A mediação na noite de 1 de abril de 1964 na Base Aérea de Fortaleza era urgente. A presença de uma “tropa de combate” era ponderada pelo comandante da unidade, sobretudo porque entre os sargentos havia também muitos armados. Segundo o entrevistado Francisco Aélío, o conflito foi apaziguado depois do sargento Gereba expressar o sentimento da categoria. Aélío relembra que o coronel Ivan Teixeira Leite disse aos sargentos: “[...] a situação não era para desespero” e que tivessem calma, pedindo ao suboficial Laborne que conduzisse o agrupamento de sargentos ao Cinema da Base para assistirem a um filme.²³⁶ E aos cabos e soldados, segundo o cabo Jamil: “[...] disse pra gente sair de forma e cada qual

²³² *Ibid.*, pp.89, 90, 109.

²³³ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

²³⁴ BNM; Processo 164, pp.676, 677.

²³⁵ *Ibid.*, pp.76,109, 110, 111.

²³⁶ *Ibid.*, p.91.

fosse para o seu alojamento e os oficiais olhando... e disse: “Nós não queremos ver ninguém andando ou perambulando pela Base.”²³⁷

Assim, os cabos e soldados foram para os seus alojamentos, mas muitos sargentos ficaram desconfiados, porque o Cinema era um espaço vulnerável e fechado, facilitando uma possível coação em caso de represália ou perseguições pelos acontecimentos daquela noite.

Ao chegar ao Cinema, dois fatos novos surgiram: circulou a notícia entre os sargentos de que havia um ou dois colegas presos; outro fato era a presença, no Cinema, de um dos capitães que conduzia o agrupamento armado. A presença do capitão demonstra que os sargentos estavam sob vigilância no sentido de evitar nova “movimentação”. Diante da notícia de um colega preso, alguns sargentos se recusaram a entrar no Cinema e decidiram que iriam se apresentar presos “[...] em solidariedade ao colega”, ameaçando entrar em forma novamente. Entretanto, foram interpelados pelo capitão que ordenou disciplina e: “Sentido!” Contudo, ouviu-se de um dos sargentos: “A tropa não está sob o comando do senhor!” Em função disso, o capitão Montefusco Arraes fez um discurso exigindo disciplina.²³⁸

A partir desse momento, a documentação não é clara a respeito do que aconteceu em seguida, o mais provável, conforme foi relatado pelos entrevistados, é o fato de poucos sargentos assistirem, ironicamente, ao filme *O grande motim*²³⁹, programado para aquela noite; outros foram para os alojamentos e alguns tentaram telefonar aos familiares, como relatou Gereba Farias.²⁴⁰ Essa sucessão de fatos ocorreu após os sargentos se dispersarem no Cinema da Base, em função de não ser uma obrigação assistir ao filme programado.

Mesmo os sargentos, cabos e soldados, tendo regressado para os seus respectivos alojamentos, tudo leva a crer que os passos dos sargentos estavam sendo vigiados pelos oficiais após terem se manifestado a favor da constitucionalidade do Presidente João Goulart. Entre os sargentos, houve um temor de retaliação, mas, evitando um confronto maior, as perseguições e prisões ocorreram dias depois.

²³⁷ Entrevista realizada com militar anistiado Jamil Motta Vasconcelos em 14 de outubro de 2014 na sua residência, em Fortaleza.

²³⁸ BNM; Processo 164, p.103,150, 280, 281.

²³⁹ Tudo indica que o filme tenha sido escolhido propositalmente, mas durante a pesquisa não foi possível constatar quem teria escolhido exclusivamente o filme *O grande motim*, que trata justamente de uma revolta na marinha inglesa no final do século XVIII.

²⁴⁰ *Ibid.*, p.205.

As circunstâncias golpistas do dia 31 de março de 1964 exigiram, naturalmente, da Base Aérea de Fortaleza uma prontidão, porém, em razão do “Movimento dos Sargentos” na noite de 1 de abril, a diligência passou a ser sobre as fileiras de praças da unidade. Um cabo relatou que, por volta da meia-noite, “[...] encontrava-se em seu alojamento [quando] entrou o sargento Clovis Vasconcelos perguntando por que razão o depoente estava armado, tendo êste respondido que havia recebido ordem do Comandante do Esquadrão”.²⁴¹

Esse tipo de coação raramente foi revelado nos documentos oficiais. As fontes orais expressam as ameaças e intimidações dias antes das prisões. Jamil Motta Vasconcelos revelou que não foi dormir no alojamento dos cabos, temendo perseguição naquela noite e achou melhor dormir na seção mobilizadora, onde trabalhava.²⁴²

O sargento Gereba Farias também ficou receoso e temeu perseguições, achando melhor não dormir em sua cama, mas em local reservado sob a proteção da sua arma. Antes de ser preso, Farias recorda que foi obrigado a prestar serviço de guarda em local isolado, onde nunca havia ficado de guarda. Segundo Gereba: “[...] um comandante foi lá e eu nem sabia o que fazer com a arma... se apresentava... atrapalhei-me todo, depois ele foi embora, era uma pressão sobre nós, porque eu nunca ia tirar plantão naqueles postos”.²⁴³

Em razão da ditadura civil-militar em curso, o “Movimento dos Sargentos” era imperdoável pelos oficiais, mesmo não oferecendo graves riscos, como pode ser verificado na tropa organizada e disciplinada naquela noite. A proporção de praças em relação aos oficiais demonstra o respeito à cultura militar, entretanto, dias depois, alguns sargentos foram presos e uma Sindicância foi instaurada, confirmando a urgência em responsabilizá-los.

Na noite de 1 de abril de 1964, os oficiais não sabiam a quem atribuir a culpa pela movimentação dos sargentos. Havia uma dúvida entre eles: qual a participação dos oficiais e suboficiais da Base Aérea de Fortaleza no “Movimento dos Sargentos”? Em diferentes depoimentos, os encarregados do IPM indagaram: havia alguns oficiais no cassino?²⁴⁴ Por isso, tudo leva a crer que os encarregados do Inquérito pensaram na hipótese daqueles fatos terem sido obra dos oficiais ou suboficiais, mas durante o processo essa suposição foi colocada

²⁴¹ *Ibid.*, p.38.

²⁴² Entrevista realizada com o militar anistiado Jamil Motta Vasconcelos em 14 de outubro de 2014 na sua residência, em Fortaleza.

²⁴³ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias em 4 de setembro de 2014 na sua residência, no município de Guarulhos, São Paulo.

²⁴⁴ BNM; Processo 164, pp. 94, 270, 278, 282

de lado, o que não significou isentar oficiais e suboficiais de práticas políticas em desacordo com o novo regime ou pelo fato de se identificarem com os governos democráticos das décadas de 1950 e de 1960.

Os depoimentos prestados pelos militares evidenciam que havia outra hipótese levantada pelos encarregados do Inquérito: os sargentos indiciados da Base Aérea de Fortaleza e do Exército tentaram se organizar em conjunto frente ao golpe civil-militar no Estado? Com base nessa suposição, os sargentos do Exército Maurileno Jocundo e Margarino Jocundo foram intimados a prestar depoimentos no IPM instaurado pela Base Aérea de Fortaleza e, do mesmo modo, os sargentos da Aeronáutica Francisco Gomes Soares e Gereba Farias prestaram depoimentos no Exército.²⁴⁵

O depoimento do sargento Francisco Gomes Soares, no Exército, se deu em razão das suas ligações com o movimento estudantil da capital, fato que interessava ao comandante do 23º BC, mas foi perguntado a ele se conhecia algum sargento do Exército e ele respondeu negativamente.²⁴⁶ Em relação ao sargento Gereba, o depoimento ocorreu devido à tentativa de aproximação com Margarino Jocundo, pois era um dos integrantes da diretoria do Clube dos Sargentos do Exército. Gereba foi indagado também acerca dos contatos que teve com os sargentos Climério Chaves Ribeiro e Rosendo Lopes dos Reis, mas respondeu que as relações se deram no período da fusão dos clubes, tendo mais contato com o sargento Rosendo em razão da sua proximidade com o Clube General Sampaio. Foi perguntado ainda se ele conhecia o tenente Manuel Ferreira dos Anjos, do 4º Batalhão de Engenharia de Crateús (4º BEC). Farias respondeu que não, pois a época em que se estabeleceram esses contatos entre os clubes dos sargentos foi durante a presença do Antônio Garcia Filho no Ceará, período em que se encontrava na Base Aérea de Natal.²⁴⁷

Apesar dessa tentativa de aproximação, evidencia-se pelos depoimentos que os sargentos não tinham muita proximidade, dificultando qualquer confirmação de uma organização entre os sargentos do Exército e da Aeronáutica cearense, contrariando o

²⁴⁵ *Ibid.*, pp.151,152, 185, 186, 209, 299.

²⁴⁶ *Ibid.*, p.211.

²⁴⁷ *Ibid.*, pp.185,186.

pensamento dos encarregados do Inquérito de que havia uma “[...] articulação de um movimento dos sargentos em defesa do ex-Presidente Goulart”.²⁴⁸

Durante o processo, muitos sargentos foram perguntados acerca da presença de alguns oficiais na reunião, alguns afirmaram que não se lembravam. Em outros depoimentos, citaram a presença do capitão B. Silva que fez um breve discurso contrário ao movimento. Dando motivos aos responsáveis pelo IPM elaborarem a seguinte hipótese: se o capitão Nilton Bezerra da Silva sabia do movimento, por que não avisou ao comandante da Base antecipadamente? Nesse sentido, o encarregado do Inquérito afirmou que se o oficial “[...] não teve a dignidade de comunicar seu esquadrão” sobre o movimento, deveria ser responsabilizado.²⁴⁹

A afirmação de que o capitão soube da reunião antecipadamente foi negada por ele e a sua presença no local: “[...] foi para avisar o seu sargento do 1º/4º GAV [Guarnição de

²⁴⁸ *Ibid.*, p.211. Mesmo não existindo a articulação entre os sargentos da Aeronáutica e do Exército, houve perseguições nos quartéis do Exército na capital e no interior do Ceará em dois momentos, um em 1964 e outro em 1968, conforme coletado até o momento. No Arquivo da Anistia 64/68, consta o Processo do sargento Lenine de Castro Perdigão com uma lista contendo 217 presos civis e 12 militares presos na capital e no interior, entre os membros do Exército são citados como “subversivos” o coronel Joaquim Miranda P. de Andrade, o capitão José de Lima Meireles, o tenente Manuel Ferreira dos Anjos, os sargentos Antônio Shirley Cruz Jucá, Francisco Marinaldo de Freitas, Alder Gomes de Lima, Rosendo Lopes dos Reis, Climério Chaves Ribeiro, Margarino Jocundo de Oliveira, Lenine de Castro Perdigão, José Alves Filho, João Batista de Mendonça. Anistia 64/68 Processo nº 200801.61.954. Outras fontes indicam que as prisões do sargento Antônio Shirley Cruz Jucá e do tenente Manuel Ferreira dos Anjos estavam associadas a prisões ocorridas no 4º Batalhão de Engenharia de Crateús (4ºBEC), sendo presos também na região os civis Antônio Cruz Ribeiro José Bezerra de Melo, Antonio Paulino dos Santos, Luiz Francelino de França, Francisco Colares de Oliveira, José Fernandes da Silva, João Soares dos Santos, Edmundo Pinho Braz, José Soares da Silva, Antonio José de Oliveira, Francisco Silva Araújo, José da Silva Palhano, José Gomes Moreira, Norberto Ferreira Filho, João Aragão, Vicente Lopes Lima e Antônio Fonseca, sendo todos acusados de integrarem o “Grupo dos Onze” em Crateús, conforme o Processo 152 presente no Arquivo Brasil Nunca Mais. Na época, foi veiculada uma fotografia dos presos políticos, chegando a ser publicada no Jornal carioca *Última Hora*, permitindo denunciar as prisões arbitrárias no interior cearense (Ver Anexo 9) Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=89991&Pesq=>>. Acesso em: 21 maio 2015. O segundo momento das perseguições a militares, depois de 1964, ocorreu no município de Crateús, em 1968, quando houve a transferência do coronel e comandante do 4º BEC, José Hugo Ligneul. O oficial foi exonerado e transferido para o Rio de Janeiro, em razão da proximidade do coronel e sua esposa Elis Lott (filha do marechal Teixeira Lott) com Dom Fragoso, que, na época, era acusado pela imprensa e pelos militares de aproximação com a esquerda. A punição ao comandante do 4º BEC gerou inconformismo entre os oficiais do quartel local, ao ponto do capitão José Fernandes da Silva e o subcomandante Gilson elaborarem um documento contra a punição recebida pelo coronel. Os oficiais receberam apoio de outros colegas da categoria, e em torno de quatorze militares assinaram o documento contrário às sanções aplicadas ao comandante. Com isso, esses oficiais foram presos por 15 dias em João Pessoa, onde ficava a sede do 4º Grupamento de Engenharia, ao qual o 4º BEC é submetido. Segundo o ex-oficial Almir Sabino de Souza, em seguida eles foram transferidos e presos separadamente por mais 15 dias em diferentes unidades do Nordeste, como Recife, Natal e Fortaleza. Por conta desses acontecimentos, os oficiais Fernandes, Crisanto e Fugita pediram licenciamento do Exército. Ver MELO, Luis Carlos Leite de. **Igreja e Estado no Brasil: Encontros e Desencontros o Caso de Crateús-CE. (1964-1974).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Recife, 2000.

²⁴⁹ BNM; Processo 164, p.318.

Aviação] que o pessoal de serviço sairia às 19:30h” daquela noite.²⁵⁰ Mesmo após o capitão ter saído do Cassino dos Suboficiais e Sargentos e ter seguido para o Cassino dos Oficiais para avisar os integrantes da sua categoria sobre a movimentação dos sargentos, os responsáveis pelo IPM não levaram em conta a fidelidade do militar naquela noite e o indiciaram.

As malhas do regime civil-militar avançavam e seus representantes nas instituições da sociedade arregimentavam-se em uma “limpeza” nas unidades militares, não sendo admitido no seio dos quartéis qualquer identificação com o governo anterior, muito menos com o nacionalismo ou a democracia.

Nesse intento, não foram poupados os militares que se identificavam com o processo político democrático. O capitão indiciado, B. Silva, foi sincero em seu depoimento e afirmou: “Sou nacionalista puro, verde amarelo”.²⁵¹ Ao ser perguntado sobre o novo regime, disse que o considerava um “[...] movimento revolucionário” desconhecendo-o como golpe de Estado. O encarregado do Inquérito realizava perguntas objetivando extrair do depoente a caracterização do golpe.²⁵² Esse tipo de pergunta irônica foi constante no processo aos diferentes indiciados, que sabiamente evitaram discordar do regime ditatorial em curso.

O tenente Pecala Rae estava entre os oficiais indiciados e não esboçou ações participativas na noite de 1 de abril e avisou aos oficiais que os “[...] sargentos estavam marchando em direção ao Material Bélico ou ao Prédio do Comando.”²⁵³ O tenente estava na sede do comando quando os sargentos falavam ao comandante, mas o fato de estar sem sua arma diante dos acontecimentos daquela noite gerou motivo para se conjecturar acerca da sua lealdade militar, porque era comandante da Esquadrilha de Serviço, logo, tinha que estar armado. Além disso, pesava sobre o tenente Pecala Rae a acusação de algumas testemunhas de que tinha tendências esquerdistas e que participou de algumas reuniões no ISEB, quando servia em Porto Alegre.²⁵⁴ No entanto, o tenente afirmou em sua defesa que as reuniões foram patrocinadas pelo Círculo Militar de Porto Alegre, sendo discutidos assuntos sobre desenvolvimento e metas de governo na época.²⁵⁵

²⁵⁰ *Ibid.*, pp.230, 231, 318.

²⁵¹ *Ibid.*, pp.175, 233.

²⁵² *Ibid.*, p.233.

²⁵³ *Ibid.*, p.52.

²⁵⁴ *Ibid.*, pp.50, 175, 190, 219.

²⁵⁵ *Ibid.*, p.232.

Como ao capitão B. Silva, os responsáveis pelo Inquérito perguntaram também ao tenente Rae sobre o regime, ele respondeu: “[...] não considerava um golpe de Estado e sim uma Revolução”.²⁵⁶ Apesar dessa afirmação estratégica no sentido de evitar perseguições, levou-se em consideração os indícios históricos de identificações com os governos democráticos da época, dando margem ao seu indiciamento.

Outros oficiais foram indiciados, como o major José Alencar de Paiva e o capitão Médico Paulo Fernandes, que estiveram na reunião dos sargentos, mas foram incluídos no Inquérito em razão das testemunhas e dos indiciados relatarem tendências nacionalistas ou aproximações com as ideias de esquerda.²⁵⁷

O capitão médico Paulo Fernandes saiu da Base Aérea de Fortaleza na noite de 1 de abril para atender um suboficial e não esteve presente na reunião dos sargentos.²⁵⁸ Pesando sobre ele mais os testemunhos acusatórios de outros depoentes e as atividades ligadas ao movimento estudantil exercidas na juventude. O encarregado da Sindicância, Ary Petrarca de Mesquita, mesmo não ouvindo o oficial Paulo Fernandes, seguiu os ditames do regime civil-militar em curso e concluiu: “[...] consta que é comunista confesso”.²⁵⁹

Os fatos políticos relacionados ao major José Alencar de Paiva, comandante do Esquadrão de Intendência, não se diferenciam dos demais oficiais indiciados. Sobre os acontecimentos daquela noite, o oficial foi informado por um sargento que não estava presente no movimento. Além disso, o sargento Gerardo Praciano testemunhou que recebeu ordem do major para que “[...] o pessoal do Esquadrão não se afastasse da unidade” com finalidade de mantê-la protegida sobre quaisquer circunstâncias.²⁶⁰

O major Paiva, na busca de informações, encontrou o agrupamento dos sargentos no momento em que a tropa tinha retornado da sede do comando e estava em forma em frente ao Cinema da Base. O oficial afirmou a um dos sargentos que servia na unidade em que comandava: “Tabosa, [...] venho chegando agora. Não sei de nada, diga aos sargentos que mantenham a calma”.²⁶¹ Em outros testemunhos foi acrescentado que o militar apoiava a causa dos sargentos, gerando um comprometimento político e margem para indiciá-lo. O

²⁵⁶ *Ibid.*, p.233.

²⁵⁷ *Ibid.*, pp.175, 191, 219.

²⁵⁸ *Ibid.*, pp.156, 159.

²⁵⁹ *Ibid.*, p.319.

²⁶⁰ *Ibid.*, p.168.

²⁶¹ *Ibid.*, pp.61,84, 147.

major foi acusado ainda de ser o responsável pela divulgação da notícia sobre a ameaça do Exército invadir a Aeronáutica. O militar reconheceu que conversou com o comandante acerca desse assunto, contudo essa informação foi levada ao extremo pelos inquiridores, pois para eles a informação foi disseminada na Base Aérea de Fortaleza, sendo usada “[...] como Forte Motivação” pelos sargentos.²⁶²

Desse modo, foram presos e indiciados os oficiais e suboficiais, mesmo não existindo uma vinculação política direta e indireta com os sargentos. Mesmo Pecala Rae e B. Silva tendo avisado os oficiais sobre a movimentação dos sargentos, e o major Paiva tomado a precaução de proteger sua repartição, os oficiais não foram poupados pelo sistema opressor do Estado Maior da Aeronáutica.

A documentação demonstra que o indiciamento ocorreu pelas suas trajetórias políticas nacionalistas, patrióticas e democráticas. Os suboficiais Pedro Laborne e João da Silveira foram enquadrados em atos indisciplinares, porque conduziram o agrupamento dos sargentos e não informaram os superiores antecipadamente sobre os acontecimentos daquela noite.²⁶³

Antes da Sindicância ser iniciada, em 13 de abril de 1964, os sargentos estavam sendo presos e transferidos da Base Aérea de Fortaleza. Tais perseguições e prisões não foram relatadas nos documentos do processo, demonstrando o caráter revelador da fonte oral. Por isso, o testemunho oral é elucidativo e esclarecedor, sobretudo em aspectos omitidos pelas fontes oficiais elaboradas pelos órgãos repressores.

Esses diferentes sargentos e seus testemunhos demonstram uma gama de fatos em que a Base Aérea de Fortaleza estava envolvida na noite de 1 de abril de 1964. Do mesmo modo, evidenciam que a organização do “Movimento” foi democrática e que estava esclarecida acerca da ameaça que corriam naqueles acontecimentos que mudaram o rumo do país e, consequentemente, a vida dos sargentos e de muitos civis na sociedade brasileira.

As discussões acima fazem parte de um processo histórico com diferentes correntes de interpretações, mas necessita ser ampliada, pois muitos documentos ainda necessitam ser revelados. Dessa forma, segundo Jacques Julliard: “Quer seja marxista ou não, o historiador

²⁶² *Ibid.*, pp.225, 319.

²⁶³ *Ibid.*, p.286.

não pode desinteressar-se do problema da natureza social do poder político”.²⁶⁴ Principalmente por este trabalho levar em consideração diferentes interpretações que podem contribuir para problematizações e elucidações desta pesquisa. Esse debate é travado também por Antoine Prost que sugere não existir uma autonomia da História Cultural entre os demais campos da História: “Pois sendo a história de grupos, de coletividades – quer sejam religiosas, étnicas, sociais, nacionais ou outras, pouco importa-, toda história é social [...]. Toda história é, ao mesmo tempo e indissociavelmente, social e cultural.”²⁶⁵

René Rémond acompanha essa discussão historiográfica levando em conta os diferentes aspectos presentes na renovada História Política.

[...] se militei pela história do político [...] cheguei ali por outras vias. Retomando a excelente expressão de Nicholas Rousselier em sua defesa de tese: interessei-me pelos fatos políticos “como expressão de fatos culturais”, como revelador de coisas mais profundas. Foi a opinião que me levou ao político.²⁶⁶

Nesse sentido, os campos históricos se relacionam e permite a ampliação das discussões aos historiadores que se debruçam sobre os fatos políticos. Nessa perspectiva de abordagem, o “Movimento dos Sargentos” está presente em um longo percurso de demandas dos militares de baixa patente, havendo desde o início do século XX um acúmulo histórico de inserções, envolvimento com outras questões relacionadas às demandas sociais, permitindo um aprofundamento das ações e relações ocorridas nos anos 1960, por isso, “[...] a história política não se reduz ao acontecimento”.²⁶⁷

Assim, o movimento dos praças está inseridos em um longo contexto de embates políticos e reivindicações, em que o conceito de culturas políticas fornece possibilidades de entendimento e problematização. Entretanto, em razão das suas práticas políticas, muitos sargentos foram indiciados e delatados no Ceará e em outros Estados pelos “companheiros” de farda. Os fatos ocorridos na noite de 1 de abril de 1964 na Base Aérea de Fortaleza

²⁶⁴ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p.186.

²⁶⁵ PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa; Estampa, 1998, p.137.

²⁶⁶ In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999, p.57.

²⁶⁷ RÉMOND, *op.cit.*, 1999, p.54.

necessitam de aprofundamento, sobretudo no sentido de evitar reproduzir as versões oficiais presentes em uma documentação confeccionada pelos órgãos repressores. Por isso, é necessário entender e analisar como ocorreram as perseguições, as prisões, as torturas, as expulsões, a volta à vida civil e o hiato de quase quarenta anos para que fossem anistiados, reincorporados às Forças Armadas e reparados economicamente.

4 PRISÕES, EXPULSÕES E ANISTIA: RECOMEÇANDO A VIDA CIVIL

“[...] o primeiro momento da entrada na Aeronáutica é um começo, depois ela mesma lhe impõe um recomeço forçado como filho indigno, maculado, leproso, morto, um peso.”
Sargento anistiado Luiz Gonzaga R. Bandeira

As consequências geradas pelo “Movimento dos Sargentos” foram irremediáveis diante de um regime repressor, cujos agentes da ditadura tinham a função na Aeronáutica cearense de imputar infrações políticas, objetivando comprometer os militares. Os oficiais da Base Aérea de Fortaleza, na ânsia de punir, produziram na Sindicância e no IPM uma documentação carregada de contradições e aspectos subjetivos que contribuíram para o indiciamento de oficiais, suboficiais e praças. Dessa forma, aumentaram os números de acusados, ao ponto de todos os envolvidos terem sido enquadrados nos Atos Institucionais e nos decretos administrativos elaborados pela ditadura após os primeiros dias de abril de 1964.

Em função de um processo elaborado com a intenção de perseguir arbitrariamente os envolvidos, as prisões foram constantes durante o período da ditadura militar, ou seja, as prisões sem culpa formada foram comuns aos civis e aos militares. Em relação aos acusados da Base Aérea de Fortaleza, apesar do IPM ter sido concluído em julho de 1964, o julgamento foi realizado somente no início do ano seguinte. O Inquérito permaneceu quatro meses parado na Auditoria da 7ª Região Militar, em Recife, sem um parecer. A justificativa foi dada em razão da Auditoria da 10ª Região Militar, em Fortaleza, estar em fase de organização. Essa inoperância da Justiça Militar dificultou os trâmites jurídicos em benefício dos indiciados que estavam presos desde maio de 1964, mas foram libertados somente em novembro de 1964.

Durante o período do IPM, diferentes fatos foram relatados pelos militares entrevistados, permitindo contrariar e esclarecer pontos que não estavam presentes no Inquérito, como as torturas físicas, psicológicas e o modo como o interrogatório era realizado. A reflexão sobre os arquivos produzidos durante o regime repressor é pertinente para identificar as contradições, as intenções e as acusações realizadas no processo produzido pelos representantes da ditadura.

Apesar das omissões e da finalidade acusatória do IPM, pode ser observada a resistência dos militares indiciados, tanto no sentido de se defenderem usando a própria cultura militar, como críticas ao golpe e, do mesmo modo, uma contraposição acerca da

maneira arbitrária que estava sendo conduzido o processo. Além disso, nos documentos são constatados agentes da Aeronáutica cearense prestando testemunhos que comprometeram oficiais e praças.

Nesse sentido, os objetivos dos oficiais da Aeronáutica alinhavam-se ao regime repressor, cuja prática processual era vincular os indiciados às diferentes tendências políticas da época. Isso pode ser evidenciado pela permanência dos mesmos oficiais na Sindicância, no IPM e no Conselho Permanente de Justiça junto à Auditoria da 10ª RM.

A habilidade dos advogados de defesa, diante de um processo eivado de contradições, permitiu demonstrar que naquela noite os sargentos agiram democraticamente e seguiram a função inerente à vida militar, ou seja, a manutenção das autoridades constituídas, conforme o juramento prestado diante da bandeira nacional. Por isso foram absolvidos pela Auditoria da 10ª RM, mas não conseguiram retornar à vida militar, porque uns haviam sido expulsos em setembro de 1964 e outros no início de 1965.

A saída para muitos era voltar à vida civil e adequarem-se aos empregos possíveis, pois suas especialidades estavam atreladas às necessidades das carreiras que haviam escolhido para ingressar na Força Aérea Brasileira. Os militares expulsos recorreram ao trabalho no comércio como forma imediata de sobrevivência, havendo entre eles uma rede de solidariedade e ajuda mútua. Alguns não conseguiram trabalho em função da continuidade das perseguições, restando uma migração forçada para outras regiões do Brasil ou mesmo para fora do país.

A Anistia de 1979 aos civis não foi a mesma aos militares, pois estes continuaram cassados. Com isso, muitos se organizaram de maneira efetiva no início dos anos 1980, mas a anistia aos militares de baixa patente ocorreu somente em 2002, quando foram reparados e reincorporados as Forças Armadas.

4.1 PROCESSO, PRISÕES E TORTURAS: HISTÓRIAS A SEREM PASSADAS “A LIMPO”

A leitura do IPM induz o pesquisador a ter muitas dúvidas sobre os procedimentos adotados no Inquérito instaurado na Base Aérea de Fortaleza. Explicitar as características acerca do modo como foi elaborado o processo é necessário para entender os indiciamentos,

as prisões e as expulsões dos militares. Assim, o Processo 164, denominado pelo Arquivo *Brasil Nunca Mais*, era conhecido como Processo 11/65 nas instituições militares e chegou ao Superior Tribunal Militar (STM) como Apelação 35.065.

Após o “Movimento dos Sargentos”, em 1 de abril, não houve imediata prisão dos principais envolvidos. Provavelmente, os oficiais ligados ao alto comando da Base Aérea de Fortaleza temeram uma nova reação dos sargentos, por isso, as perseguições e as prisões foram acontecendo aos poucos e de maneira discreta. Entretanto, no dia 13 de abril foi instaurada a Sindicância, como uma fase inicial do IPM que só começou no início do mês de maio. Aparentemente, a Sindicância tinha a função de fazer as averiguações necessárias, como investigar os fatos ocorridos na noite de 1 de abril de 1964, concluindo que os fatos apurados constituíam “[...] grave transgressão da disciplina militar”, sendo responsabilizados, em um primeiro momento, suboficiais e praças.²⁶⁸

A documentação não apresenta as prisões realizadas a partir do dia 4 de abril de 1964, relatadas pelos militares que tiveram uma atuação destacada naquela noite, bem como as perseguições sofridas antes da instauração da Sindicância. Não existem dados suficientes no IPM de maneira que permita compreender como ocorreram as prisões e as agressões sofridas por muitos dos militares indiciados na Base Aérea de Fortaleza. Certamente elas existiram, pois são observadas nas entrelinhas do processo e os entrevistados relataram esses fatos.

As apurações realizadas na Sindicância permitiram o início da instauração do Inquérito Policial Militar (IPM), no início de maio de 1964, aumentando o número de indiciados, passando a ser responsabilizados também os oficiais, além dos suboficiais e dos praças. Essa primeira fase apresenta-se permeada de aspectos subjetivos imputados pelo major Ary Petrarca de Mesquita, demonstrando aspectos políticos tendenciosos e comprometedores aos militares de diferentes patentes. Tais indícios representam um breve esboço de como foram

²⁶⁸ Sendo responsabilizados “[...] com maior ou menor parcela de culpa”: os suboficiais João Salviano de Souza Leite e Pedro Laborne; os sargentos José Arribamar de Oliveira Souza, Clovis Holanda de Vasconcelos, Eródoto José Rodrigues, Gustavo Rodrigues, Ernande Correia Ferreira, João Xerez Frota, José Tabosa, Francisco das Chagas Feitosa Feijó, Antônio Ribeiro Neto e o cabo Jamil Motta Vasconcelos. E entre os citados na Sindicância foi colocado “[...] à disposição da Comissão de Inquérito presidida pelo Exmo Sr Maj Brig do Ar GUEDEZ MUNIZ” os sargentos: Eródoto José Rodrigues, Ernande Correia Ferreira, Gustavo Rodrigues, Clovis Holanda de Vasconcelos e José Arribamar de Oliveira Souza. Além disso, os sargentos Salviano de Souza Leite, José Tabosa, João Frota Xerez e o cabo Jamil Motta Vasconcelos foram aplicados 15 dias de prisão “[...] por terem estimulado manifestação coletiva de indisciplina, deixando de comunicar o fato aos seus superiores em tempo” E também punir com dez dias de detenção os suboficiais Pedro Laborne e os sargentos Francisco das Chagas Feitosa Feijó e Antônio Ribeiro Neto “[...] por terem participado de certa forma da manifestação coletiva de interelação ao Comando”. BNM; Processo 164, p.286.

conduzidas as demais etapas do processo, ou seja, permeadas de perseguições e aspectos políticos. O major sindicante responsável, provavelmente, atribuiu aspectos pessoais sob “às vistas” do alto escalão da Base Aérea de Fortaleza, objetivando comprometer os militares indesejados que esboçavam ideias democráticas.

Após a Sindicância foi ordenada a instauração do Inquérito, via rádio, pelo Ministro da Aeronáutica Correia de Melo²⁶⁹, em 20 de abril:

DETERMINO SEJA INSTAURADO [...] INQUERITO POLICIAL MILITAR VG BEM COMO NAS RESPECTIVAS SEDES U VG SENDO NOMEADO PARA CADA LOCAL UM OFICIAL ENCARREGADO DO MESMO MODO VG QUE DEVERAH REQUISITAR PROMOTOR PARA ACOMPANHA LO VG (...) COM O FIM DE APURAR QUALQUER ATIVIDADES SUBVERSIVAS PRATICADAS POR ELEMENTOS INDICIADOS VG QUE IMPORTEM NA PRATICA DE CRIMES PREVISTOS QUER NO CODIGO PENAL MILITAR VG QUER NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL PT SERÃO ENVIADAS OPORTUNAMENTE NORMAS ADOTADAS NO IPM CENTRAL DA AERONAUTICA DO QUAL EH ENCARREGADO MAJ BRIG ANTONIO GUEDES MUNIZ PT INFORME URGENTE NOME OFICIAIS ENCARREGADOS PT.²⁷⁰

O documento expressa a ordem de instauração de IPMs em toda a jurisdição da 2ª Zona Aérea no Nordeste e os trâmites judiciais militares para o seu encaminhamento, cujas orientações e normas de procedimentos seriam em breve transmitidas aos encarregados. A mensagem expressa que outros inquéritos estavam sendo instaurados e que outros militares estavam sendo perseguidos, possivelmente por não se enquadrarem na nova ordem ditatorial.

O comandante da Aeronáutica cearense Walter Feliu Tavares deu prosseguimento às ordens nomeando como encarregado do IPM o tenente coronel aviador Ivan Teixeira Leite, o mesmo que interinamente comandava a unidade na noite de 1 de abril, pois o comandante

²⁶⁹ O brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (1903-1971) assumiu o cargo de Ministro da Aeronáutica em 1964, função que tinha exercido também entre 1957 e 1961. No dia 4 de abril de 1964 foi nomeado por Pascoal Ranieri Mazzilli, permanecendo no cargo até 20 de abril, momento em que o cargo foi transferido para o brigadeiro Nelson Lavenère Wanderley. O oficial Correia de Melo foi signatário do Ato Institucional n. 1 e ocupou ainda a Presidência da Comissão Militar Mista Brasil-Estado Unidos em 1965 e o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

²⁷⁰ BNM; Processo 164, p.18.

Augusto Teixeira Coimbra estava ausente naquela noite.²⁷¹ Apesar da nomeação ter seguido a hierarquia militar, houve conveniência na escolha, sobretudo porque era o comandante na noite em que ocorreu o “Movimento dos Sargentos”, facilitando a identificação dos sargentos que lhe dirigiram a palavra, do mesmo modo, segundo suas interpretações, atribuiu a quem tinha ou não contrariado a disciplina militar.

As coincidências não foram somente essas. Ivan Teixeira Leite, como encarregado do Inquérito, nomeou seus auxiliares no dia 12 de maio de 1964, ou seja, os mesmos presentes nos acontecimentos daquela noite, inclusive alguns que receberam reprovação dos sargentos pelas imposições hierárquicas. Além disso, foi nomeado também para auxiliar no IPM o próprio encarregado da Sindicância, Ary Petrarca de Mesquita.²⁷²

Essas duas fases iniciais do processo, a Sindicância e o IPM, apresentam de maneira embrionária o caráter duvidoso das investigações, demonstrando que o processo seguiu convicções e interesses do encarregado e de seus auxiliares.²⁷³ O Inquérito indiciou 28 militares e convocou 38 testemunhas, enquanto na Sindicância os indiciados eram apenas 12 militares. Assim, oficiais, suboficiais e praças tiveram prisões preventivas decretadas e foram isolados em prisões incomunicáveis.

Os procedimentos das prisões não estão no processo, mas as fontes orais, quando postas a dialogar com as fontes oficiais, demonstram coações e torturas psicológicas antes mesmo da Sindicância realizada no dia 13 de abril. O sargento Gereba Farias revelou em entrevista que foi preso no dia 6 de abril:

[...] durante a formatura em frente ao prédio do comando [...] fui retirado da tropa e preso. Entregue a militares que já me aguardavam com viatura pronta, fui conduzido a avião estacionado no 1º/4º Esquadrão. Daí seguiria para o Rio de Janeiro, fazendo escala em Recife e depois em Salvador, Base Aérea onde “dormi” com guarda à

²⁷¹ A nomeação seguiu a hierarquia militar, em que o oficial mais antigo na unidade ficou encarregado de dar prosseguimento ao IPM. Durante o processo de pesquisa, não foi possível identificar as razões do coronel Coimbra não ter retornado para o Comando da Base Aérea de Fortaleza, porém os testemunhos dos sargentos Francisco Aélis Almeida Monteiro, Edson Gereba de Farias e José Arribamar Oliveira Souza revelaram que o coronel era janguista, dificultando o retorno dele para a unidade. BNM; Processo 164, p.21.

²⁷² *Ibid.*, p.46.

²⁷³ *Ibid.*, p.12-14.

porta. Na manhã seguinte, este mesmo avião levaria os militares presos em Salvador, esses arrebanhados de surpresa.²⁷⁴

O relato do militar é pertinente em diferentes aspectos. Além da sua prisão, provavelmente por ter sido o sargento que representou a categoria diante do comandante, Gereba Farias testemunhou que militares de outras unidades estavam sendo presos. Esse tipo de medida do alto comando da Aeronáutica ocorreu para isolar os militares que eram interpretados como “os cabeças” dos militares de baixas patentes. Apesar do processo não explicitar o envio de outros sargentos, as entrevistas realizadas com Gereba e Arribamar revelam que outros colegas da categoria foram enviados para o Rio de Janeiro, como o próprio Arribamar, e os sargentos Clovis Holanda Vasconcelos, Eródoto José Rodrigues e o oficial Paulo Fernandes.

Enquanto esteve preso no Rio de Janeiro, Gereba identificou o seu colega do Ícaro Clube, João Lucas Alves: “[...] perto de um grande hangar e vi passarem com o Lucas [...] parece que ele ia para um depoimento”.²⁷⁵ Essa foi a última imagem do colega Lucas antes de ser assassinado pelos torturadores.²⁷⁶

Ainda no mês de abril de 1964, foram presos os sargentos João Xerez Frota, Ernande Correia Ferreira, João Salviano de Souza Leite.²⁷⁷ No início do mês de maio, foram presos os oficiais Reino Pecala Rae e Nilton Bezerra da Silva, juntamente com os sargentos Clovis Holanda de Vasconcelos, Gustavo Rodrigues, Ernande Correia Ferreira, José Tabosa, Rubens Gomes Colares, Francisco Aélío de Almeida Monteiro e Francisco Gomes Soares.²⁷⁸ É provável que outras prisões tenham sido realizadas, mas não constam no processo.

²⁷⁴ Além da entrevista concedida no dia 4 de setembro de 2014, o anistiado Edson Gereba Farias forneceu um documento digitado com um breve resumo da sua carreira militar e das prisões a que foi submetido após o golpe civil-militar de 1964.

²⁷⁵ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias em 4 de setembro de 2014 na sua residência, no município de Guarulhos, São Paulo.

²⁷⁶ O sargento da Aeronáutica, João Lucas Alves, após o golpe civil-militar foi integrante do Comando de Libertação Nacional (Colina) e preso em meados de 1970. Depois de submetido a inúmeras torturas no Dops do Rio de Janeiro, Lucas passou por um detector de mentiras no 1º Batalhão da Polícia do Exército, como os torturadores não conseguiram extrair delações, o passo seguinte da polícia política foi transferi-lo de volta para o Dops e em seguida, clandestinamente, para Belo Horizonte, onde foi torturado e assassinado, estando o seu corpo e os olhos cheios de perfurações e as unhas dos pés arrancadas. Ver SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio (Orgs.). **Os advogados e a Ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2010.

²⁷⁷ BNM; Processo 164, pp.742, 751, 759, 782, 795, 806, 842.

²⁷⁸ *Ibid.*, pp.22, 25 31, 46, 68.

O período entre abril e maio foi um momento de intensas prisões dos oficiais, suboficiais e praças devido à realização do IPM. Nessa segunda fase do processo, muitos militares indiciados passaram um longo período presos. Os sargentos entrevistados recordam os momentos das prisões com profunda inquietação. O cabo Jamil Motta Vasconcelos em entrevista revelou:

Eu passei dez dias preso e não falava com ninguém. No quarto onde eu tava não tinha banheiro... para fazer xixi ou cocô mandaram uma lata de tinta. Duas latas, uma pra fazer cocô e outra pra fazer xixi, eu não saía, quando já não prestava mais eu batia, eles abriam e mandavam outra. Dez dias nesse negócio. Não ouvia rádio, não ouvia nada e o pau quebrando. Aí dez dias depois, doze horas da noite chegou um tenente e um soldado tudo armado e me levaram para o comando dez horas da noite, fui prestar depoimento, meu primeiro depoimento. Rapaz, você sabe o que é uma ruma de gente que é seu amigo e fica contra você?²⁷⁹

O relato do militar expressa uma diversidade de fatos, sobretudo um ambiente de tortura psicológica, visando reduzir a dignidade do militar, cujos amigos passaram a ser integrantes do regime repressor.

Segundo os entrevistados, a maioria das prisões foi cumprida no alojamento dos oficiais da Aeronáutica cearense, pois não havia celas para tantos militares. Jamil esboça a dinâmica punitiva e a opressão sofrida na prisão improvisada no quartel, bem como os amigos que passaram a servir ao regime repressor. O referido alojamento foi adaptado como prisão, dificultando as conversas entre os militares presos. Além desse tipo de confinamento, o modo como eram realizados os interrogatórios não se diferenciavam dos demais durante o período da ditadura.

O militar Francisco Aélío Almeida informou aspectos relevantes sobre os procedimentos dos interrogatórios:

Quando a gente era interrogado, o banco era numa altura alta, pernas perto uma da outra, você não tinha onde apoiar os pés, você ficava ali se equilibrando para não cair e o oficial interrogador ficava perguntando e “arrudiando” você. [Diziam:]

²⁷⁹ Entrevista realizada com o militar anistiado da Aeronáutica Jamil Motta Vasconcelos em 18 de janeiro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

Partido Comunista, revolução, que a gente tinha uma célula para tomar o país. Aí vinha outro e perguntava. Era uma espécie de tortura, durava duas ou três horas.²⁸⁰

As torturas psicológicas e físicas eram comuns no regime; coagir os indiciados era rotina, tanto em relação aos civis como aos militares. Desse modo, o temor e as acusações faziam parte do repertório da ditadura. As associações políticas eram forjadas, no sentido de aproximar os acusados com os grupos de esquerda, dando margem para atribuições de crimes políticos e, assim, aumentar a pena do indiciado. Como a tortura psicológica não foi relatada no processo as entrevistas dos militares possuem uma capacidade reveladora em razão dos procedimentos adotados nos interrogatórios estarem omitidos.

O sargento José Arribamar relatou em entrevista as torturas durante a prisão cumprida com o colega Eródoto José Rodrigues. Segundo Arribamar, na Base Aérea de Fortaleza: “Estávamos nós dois na seção de tortura, quando “o cabra” bateu na cabeça dele que formou um coágulo, eu botei o meu braço para defender a cabeça dele [...]. Esmagaram o meu braço e foi um ano e dois meses de tratamento”.²⁸¹

Durante o depoimento do oficial Reino Pecala Rae no IPM pode ser constatada a sua indignação em relação à maneira truculenta das prisões. O documento é revelador e demonstra as condições a que os oficiais, suboficiais e praças estavam submetidos. No depoimento do dia 5 de junho de 1964, o oficial Pecala Rae foi perguntado sobre a opinião que tinha acerca do colega Nilton B. da Silva. O oficial respondeu que o considerava uma pessoa normal e emotiva. Além disso, afirmou ao encarregado do IPM que o longo período de prisão incomunicável em que estava submetido o oficial B. Silva “[...] não era recomendável para a sua saúde mental”.²⁸²

Isso demonstra a discordância do oficial acerca do modo como estavam acontecendo as prisões, a incomunicabilidade e as torturas psicológicas a que estavam submetidos os indiciados. Ao amigo B. Silva foi perguntado em sentido acusatório “[...] por que é dado a leituras de caráter subversivo”, ele respondeu: “Leio de tudo, pois devemos conhecer o

²⁸⁰ Segunda parte da entrevista realizada com Francisco Aélis Almeida Monteiro no dia 30 de agosto de 2014 em sua residência, em Fortaleza.

²⁸¹ Entrevista realizada em 5 de janeiro de 2014 com José Arribamar Oliveira em sua residência no município de Eusébio, Ceará.

²⁸² BNM; Processo 164, pp.221-223.

inimigo melhor do que a nós mesmos”.²⁸³ A resposta demonstrava a estratégia presente nos militares diante de um Inquérito tendencioso. Nesse sentido, sugere Berstein: “[...] o cultural prepara o terreno do político e aparece desde já como uma evidência de que alguns retiram estratégias”.²⁸⁴ Essas táticas eram a forma dos militares indiciados se protegerem e demonstrarem que não estavam submissos a um processo que, em linhas gerais, objetivava incriminá-los pelas posições políticas.

A afirmação do capitão B. Silva sobre a necessidade de conhecer o inimigo não era descontextualizada. A cultura militar justificava o conhecimento da literatura política da época, sobretudo no contexto da Guerra Fria e da criação da ESG, momento em que as Forças Armadas passaram a se preocupar com possíveis agressões indiretas. O manual da ESG, segundo a professora Maria Helena Moreira Alves, apresentava a possibilidade de subversão interna com uma guerra insurrecional com aspectos de um “[...] conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo”. A autora afirma ainda que a guerra revolucionária é um “[...] conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressista da nação”.²⁸⁵ Assim, a patente de capitão do oficial B. Silva enquadrava-se nas necessidades das Forças Armadas acerca do conhecimento desse tipo de literatura subversiva.

Durante o processo, o sargento e estudante do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará Gustavo Rodrigues expressou também a cultura militar a seu favor. Mesmo inquirido com perguntas afirmativas objetivando incriminá-lo, o sargento elaborou estratégias para responsabilizar os seus superiores, desvinculando-se das tendências políticas atribuídas pelos inquiridores. Com esse objetivo, Gustavo afirmou que o capitão Tarso Magnus da Cunha Frota, que estudava Direito na UFC chegou a lhe emprestar livros, demonstrando o exemplo de “[...] confiança daquele oficial à pessoa do depoente”. Gustavo disse ainda em depoimento:

Se naquela época das eleições o Capitão Cunha Frota, com a mesma gentileza com que soube emprestar ao depoente os livros de Direito, o tivesse esclarecido de que

²⁸³ *Ibid.*, p.233.

²⁸⁴ BERSTEIN, *op.cit.*, 1998, p.357.

²⁸⁵ ALVES, *op.cit.*, p.37.

aquela chapa era manobrada por elementos de esquerda, imediatamente teria tomado uma atitude de repúdio e estaria hoje imensamente grato àquele oficial.²⁸⁶

Nesse sentido, mesmo o processo sendo conduzido de maneira contraditória e tendenciosa, o sargento atribuiu a culpa e a negligência ao oficial cujo papel hierárquico exigia esclarecimento aos seus subordinados, mesmo fora dos muros do quartel. A argumentação do sargento coloca a exigência da hierarquia a seu favor, no sentido de inocentá-lo e privá-lo da culpa pretendida pelos interrogadores. Esse tipo de estratégia entre os indiciados demonstra uma documentação rica em possibilidades de reflexão, em que os sargentos foram atores questionadores, revertendo aspectos da cultura militar a favor deles, mesmo sabendo que o processo estava sendo elaborado de maneira contraditória e punitiva.

Ainda no período de maio, foi divulgada uma nota no periódico *O Globo*, que reproduzia as intenções do regime nas perseguições aos militares e civis acusados de indisciplina e crimes políticos. A nota do jornal foi anexada ao processo e mencionava:

[...] muitos dêles além de fomentarem a discórdia no seio do Quadro de Oficial, iludindo os companheiros, doutrinando-os para a subversão da ordem democrática, organizaram comitês-volantes que viajavam em aviões da FAB e de empresas comerciais, por autorização direta do então Ministro da Aeronáutica para incitar a desobediência, à indisciplina e à prática de atos contrários ao clube, resolveu excluir do Quadro Social, sem prejuízo de ação penal cabível, os seguintes sócios [...] José Arribamar Oliveira Souza, [...] João Lucas Alves [...] Nilander Romildo Perreault de Lafforet.²⁸⁷

Esse tipo de informação na mídia impressa reproduzia a mentalidade do golpe civil-militar que o periódico apoiou. Entretanto, ao longo do processo, nota-se que as relações estabelecidas nas acusações não tinham fundamento, pois durante o período em que João Lucas Alves e Nilander Lafforet serviram na Base Aérea de Fortaleza, o sargento Arribamar estava no Rio de Janeiro. O contato do sargento Arribamar com Lucas ocorreu quando aquele esteve no Rio de Janeiro e recebeu em nome do Clube dos Sargentos da Aeronáutica bolsas de

²⁸⁶ BNM; Processo 164, p.56.

²⁸⁷ *Ibid.*, p.66.

estudo para os filhos dos sargentos e doações de alguns livros para a biblioteca que pensavam organizar no Centro de Instrução Técnica (CIT).²⁸⁸

A associação política feita pelo jornal demonstra a ligação de boa parte da imprensa com o golpe, objetivando macular a imagem de personalidades civis, políticas e militares. A pesquisadora Beatriz Kushnir demonstra de maneira detalhada como um periódico pertencente ao Grupo *Folha de São Paulo* fazia esse tipo de serviço. Segundo a autora:

No caso da *Folha da Tarde*, os jornalistas responsáveis, íntimos do círculo policial repressivo, trocaram intencionalmente a narrativa de um acontecimento pela publicação de versões que corroborassem o ideário autoritário oficial. Certamente, acreditavam em suas ações, compactuando sempre com o poder vigente. A essa atitude se pode dar o nome de autocensura, como também colaboração. Fiéis aos seus “donos”, esses *cães de guarda* farejaram uma brecha, protegeram uma suposta morada e, principalmente, ao defender o *castelo*, venderam à sociedade uma imagem errônea. Quando o “tabuleiro do poder” modificou-se, muitos desses *servidores* foram aposentados, outros construíram para si uma imagem positiva e até mesmo heróica, distanciando-se do que haviam feito.²⁸⁹

A dimensão da discussão sobre a imprensa apresentada pela pesquisadora expressa o quadro de conveniência e apoio percebido em diferentes Estados brasileiros. No Boletim da 10ª RM, uma referência chama atenção nesse sentido, quando, em 22 de abril, foi organizada uma “[...] reunião com a Imprensa falada e escrita e televisionada do E. do Ceará estavam presentes os diretores dos principais órgãos da Imprensa” e a alta oficialidade do Exército cearense. O documento informava ainda:

O objetivo principal era proporcionar uma orientação segura à Imprensa, a fim de que ficasse bem a par da técnica leninista-marxista para a tomada do poder, tal como vinha sendo desenvolvida pelo Governo deposto, e, também:
-bem informar a Imprensa dos verdadeiros objetivos da Revolução;
-motivar a conclamação de todos aqueles em condições de movimentar a opinião pública para que colaborassem, decisivamente, nesta fase vital da consolidação da Revolução.²⁹⁰

²⁸⁸ *Ibid.*, p.63.

²⁸⁹ KUSHNIR, Beatriz. Entre sensores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: **1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.89.

²⁹⁰ Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais (Aditivo), n° 83, 30 abr. 1964, L3, p.780.

Desse modo, a mídia contribuiu com a implantação e efetivação da ditadura, no sentido de criar uma “opinião pública” e apoio ao regime na “limpeza” dos comunistas. Esse tipo de abordagem foi sentido na época por Francisco Dias Oliveira, que era estudante e militante do Partido Comunista Brasileiro em Fortaleza. Em seu livro escrito na prisão, o estudante relatou que “[...] nenhum noticiário cuidava de aprofundar a questão. A notícia tinha única fonte: o poder estabelecido”.²⁹¹ Com isso, o regime repressor materializava-se na sociedade brasileira com apoio declarado de diferentes grupos empresariais nacionais e estrangeiros, antes e durante o golpe de 31 de março de 1964, como apresentou o relatório da Comissão Nacional da Verdade.²⁹²

O IPM instaurado na Base Aérea de Fortaleza terminou em 20 de julho de 1964 e, em seguida, foi encaminhado para a Auditoria da 7ª Região Militar, em Recife.²⁹³ O envio do Inquérito para uma jurisdição militar em Pernambuco ocorreu porque a Auditoria da 10ª Região Militar no Ceará estava passando por uma organização, conforme expressou o documento enviado pela Auditoria da 7ª Região Militar:

É bem verdade que este Juízo tem conhecimento de que a Auditoria da 10ª RM está em fase de organização cujo território jurisdicional abrange os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, devendo, em consequência, oportunamente, serem remetidos os presentes autos àquela Auditoria, juízo indiscutivelmente competente para apreciar e julgar este processo. Todavia, segundo rádio de fls.-258-AD, do Superior Tribunal Militar, de 1/9/64, tem-se que aguardar ordem da Presidência do mesmo tribunal para a remessa do processo à Auditoria da 10ª RM.²⁹⁴

A referência esboça a morosidade da Justiça Militar, enquanto militares na Base Aérea de Fortaleza aguardavam presos a formação da denúncia pela Auditoria de Recife. Diante da inoperância das auditorias militares, cearense e pernambucana, o advogado do sargento Eródoto José Rodrigues pediu relaxamento da sua prisão. Não existe no processo a participação de outro advogado intercedendo pelos demais militares durante o momento em que o processo ficou paralizado na Auditoria da 7ª Região Militar. Tudo leva a crer que não

²⁹¹ OLIVEIRA, Francisco Dias de. **Prisão que liberta**. Fortaleza: Editora Evolutivo, 2003, p.66.

²⁹² Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume II, 2014, pp.311-322. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

²⁹³ BNM; Processo 164, pp.341, 338.

²⁹⁴ *Ibid.*, pp.394, 400.

era uma tarefa fácil diante das dificuldades econômicas que muitos militares estavam enfrentando.

O advogado de ofício Demerval Houly Lellis defendeu diferentes setores da sociedade na época, sobretudo militantes de esquerda perseguidos no Nordeste. Por isso, pode ser considerado entre os advogados que lutaram pela manutenção da justiça, mesmo com o cerceamento dos direitos pelo regime.²⁹⁵ Provavelmente, era natural de Recife e entrou com pedido de revogação da prisão do sargento Eródoto que estava preso desde o dia 13 de abril, sendo posto em liberdade no dia 17 de junho, mas foi novamente preso em 7 de julho e permaneceu recluso até 15 de setembro de 1964, quando foi posto em liberdade.²⁹⁶

O processo, mesmo estando emperrado entre julho e início de novembro de 1964 na Auditoria da 7ª RM, não impediu que, em 16 de setembro, fossem “[...] expulsos da Força Aérea Brasileiro, por ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República” os sargentos: José Arribamar de Oliveira Souza, Edson Gereba de Farias, Clovis Holanda de Vasconcelos, Francisco Gomes Soares, Leônidas Saraiva de Oliveira, Eródoto José Rodrigues, Ernande Correia Ferreira e Salviano de Souza Leite.²⁹⁷ E reformados o sargento Francisco Aélío Almeida Monteiro e os oficiais Nilton Bezerra da Silva, José Alencar Paiva e Reino Pecala Rae pelo Ministério da Aeronáutica entre agosto e setembro de 1964.²⁹⁸

²⁹⁵ Demerval Houly Lellis advogou como 1º Substituto de Advogado de Ofício em outros processos, na defesa dos integrantes de diferentes setores da sociedade, como organizações políticas, sindicais, civis e militares, como pode ser percebido no Projeto *Brasil Nunca Mais*: Ação Popular, Recife, 1969, Processo 001; Ação Libertadora Nacional (ANL) Rio de Janeiro, 1972, Processo 022; Organização não identificada apresentando diferentes perseguidos políticos, Recife, 1965, Processo 046; Partido Comunista Revolucionário (PCR), Recife, 1970, Processo 077; Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Recife, 1965, Processo 144; Partido Comunista Brasileiro e Revolucionário (PCBR), Recife, 1971, Processo 118; Aliança Libertadora Nacional (ALN), Recife, 1971, Processo 121; Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), Recife, 1971, Processo 124; Diferentes acusados, entre eles Miguel Arraes de Alencar, todos sem uma organização identificada, Recife, 1965, Processo 266; Setor sindical, Recife, 1970, Processo 278; Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), Recife, 1971, Processo 370; Organização não identificada, Recife, 1970, Processo 377; Organização não identificada, Recife, 1971, Processo 380; Partido Comunista Revolucionário (PCR) Recife, 1974, Processo 434. Setor militar em Recife, 1964, Processo 445; Propaganda “subversiva”, Recife, 1971, Processo 463; Partido comunista Brasileiro (PCB) Recife, 1971, Processo 485; Partido Comunista Revolucionário, Recife, 1974, Processo 546; Partido Comunista Brasileiro e Revolucionário (PCBR), Recife, 1970, Processo 632; Partido Comunista Brasileiro e Revolucionário (PCBR), Rio Grande do Norte, 1970, Processo 641; Partido Comunista Revolucionário (PCR), Recife, 1971; Processo 642; Partido Comunista Brasileiro (PCB), Rio Grande do Norte, 1970, Processo 675. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/quadro.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

²⁹⁶ BNM; Processo 164, pp.22, 24, 26, 264, 301, 347, 376, 378.

²⁹⁷ BNM; Processo 164, pp.383, 737, 752,760, 773, 781, 783, 791, 797, 803.

²⁹⁸ Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/atos-do-movimento-de-31-de-marco/>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

A expulsão foi justificada no Ato Institucional nº 1 (AI-1) de 9 de abril de 1964 com base no Artigo 7, que informava:

§ 1º -Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.²⁹⁹

Muitos militares mesmo expulsos aguardavam presos os julgamentos. As cassações ocorreram sem julgamento e expressam a “face cruel” dos primeiros momentos do regime civil-militar, em que foram perseguidos os membros da corporação, civis, servidores públicos e personalidades políticas.

Segundo o historiador Carlos Fico, houve no mesmo AI-1 diferentes resoluções do Alto Comando das Forças Armadas, com a cassação de 40 políticos do Congresso Nacional, transferindo para a reserva 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Além de suspender os direitos por dez anos de muitos políticos e de militares.³⁰⁰

As expulsões na Base Aérea de Fortaleza, provavelmente, dificultaram a contratação de advogados pelos sargentos e oficiais, pois os praças foram expulsos sem receber o tempo de serviço prestado às Forças Armadas. Além de expulsos sem culpa formada, o processo estava obstaculizado na Auditoria da 7ª RM.³⁰¹

²⁹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 13 dez. 2014.

³⁰⁰ FICO, *op.cit.*, pp.331-335.

³⁰¹ Diante da organização da Auditoria da 10ª Região Militar no Ceará, muitos pedidos de prisões incommunicáveis foram recorridos à 2ª Zona Aérea, em Recife. A Auditoria da 7ª Região Militar era composta em 3 julho 1964 pelo Presidente: Major Médico Décio Braga; pelo Auditor: Dr. João Cavalcanti de Melo Azêdo; Promotor: Dr. Eraldo Gueiros Leite. BNM; Processo 164, p.357. Além do processo dos sargentos da Base Aérea de Fortaleza (Processo 164), pode ser constados no Arquivo *Brasil Nunca Mais* em torno de 36 inquéritos instaurados no Estado durante o período de vigência da ditadura militar e podem ser consultados, como o IPM 152 referente ao “Grupo dos Onze” em Crateús, (Anexos 9, 10). Entretanto, ocorreram outros IPMs no Ceará que não estão presentes nos arquivos do *Brasil Nunca Mais*, conforme apresenta o Arquivo da Anistia 64/68 na cidade de Fortaleza. Fonte: BNM: Tomo II, Volume 1, pp.275-276. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=&pesquisa=Pesquisar>>. Acesso em: 10 maio 2015.

A responsabilidade pelo julgamento dos IPMs ocorridos no Ceará, Maranhão e Piauí era da Auditoria da 10ª RM, não cabendo decisão sobre o IPM da Base Aérea de Fortaleza à Auditoria de Recife. Por isso, a tentativa de acelerar o seu andamento em outra auditoria acabou parando o processo que foi remetido novamente à Auditoria da 10ª RM somente no dia 6 de novembro de 1964.³⁰²

O documento é elucidativo e indica que não eram somente os militares da Aeronáutica cearense que estavam aguardando um posicionamento jurídico das Auditorias da 7ª RM e da 10ª RM, mas também outros indiciados, como pode ser observado em outro trecho do documento:

OFICIO N° 993- Do: Exmo. Sr Dr. 2º Substituto de Auditor da 7ª R.M. – Ao: Exmo. Sr Dr. Auditor da 10ª R.M., (Fortaleza-Ce.) Ass: Remessa de Processo e IPMs. (faz) Anéxo: 15 Proc. e IPMs., inclusive um processado (TOTAL-16) [...] remeto a V. Excia., para os devidos fins, os inclusos Processos e IPMs.³⁰³

O breve ofício elucida que havia 16 IPMs cearenses obstruídos na época, esperando posicionamento das auditorias militares de Pernambuco e do Ceará.

Segundo o livro *Brasil Nunca Mais*, a partir do golpe civil-militar os processos tinham início quando a Auditoria Militar recebia o IPM instaurado, cabendo a um procurador militar fazer a denúncia para, em seguida, o acusado ser submetido à interrogatório perante o Conselho Permanente de Justiça.³⁰⁴ A Justiça Militar tinha jurisdição sobre civis e militares

³⁰² A partir da Lei nº 4.163, de 4 de dezembro de 1962 foi criada a Auditoria da 10ª RM, abrangendo os Estados do Maranhão, do Piauí e do Ceará. Dessa forma, tudo indica que na época a Auditoria da 10ª RM passava por uma reestruturação impossibilitando em 1964 a apreciação dos IPMs instaurados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4163.htm>. Acesso em: 24 mar. 2015.

³⁰³ BNM; Processo 164, p.408.

³⁰⁴ Durante a instauração do IPM, segundo os parâmetros judiciais, não havia defesa, e o Inquérito tinha que ser concluído em vinte dias, enquanto o acusado estivesse preso. Caso o IPM fosse concluído em 40 dias, o indiciado tinha que ser colocado em liberdade. Além disso, mesmo em prisão incomunicável, o preso podia ser visitado. Os sargentos eram julgados pelo Conselho Permanente de Justiça, mas os civis enquadrados na Lei de Segurança Nacional como crime militar eram também julgados por esta instituição militar. Os oficiais indiciados eram julgados pelo Conselho Especial de Justiça, por isso, poucas informações foram encontradas acerca deles no processo dos sargentos. Ver: **BRASIL NUNCA MAIS**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. Outro dado importante era as fases do processo, pois este só podia ser iniciado a partir da instauração do IPM que transcorria até o momento da denúncia; um segundo momento era a elaboração da defesa para ser incluída ao processo e encaminhada para julgamento na Auditoria Militar, órgão responsável por avaliar as acusações e defesas e, por fim, posicionar-se sobre a sentença; o terceiro momento ocorria quando o processo era encaminhado ao STM ou por apelação dos acusados ou da própria Promotoria Militar que não estava de acordo com a absolvição dos

enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN). Na época, atribuíram-se crimes contra a LSN, permitindo que o sistema repressor atuasse de maneira severa, mesmo que os acusados tivessem cometido crimes comuns ou não tivessem envolvimento político com a esquerda. Isso demonstra que a instância esperada como órgão de justiça funcionava como instituição a serviço do regime repressor, dificultando uma defesa digna aos acusados.

O processo sob a jurisdição da Auditoria da 10ª RM, a partir de novembro de 1964, possibilitou o pedido de revogação das prisões, pois já haviam sido “[...] ultrapassados e superados todos os prazos judiciais para a formação da culpa” dos indiciados na Aeronáutica cearense, pois o próprio Superior Tribunal Militar (STM) condenava prisões preventivas por tempo indefinido, alegavam os advogados.³⁰⁵

Os militares aguardavam há meses um posicionamento da Justiça Militar. O pedido do advogado José Marques dos Santos, a partir do dia 11 de novembro, ocorreu quando ainda se encontravam presos os oficiais José Alencar Paiva, Nilton Bezerra da Silva, Edson Gereba Farias e Ernande Correia Ferreira da Silva. É provável que outros militares estivessem presos, mas a documentação só apresenta os referidos militares.

As justificativas do advogado foram embasadas no próprio STM, órgão superior das auditorias militares. A argumentação surtiu efeito e os militares tiveram suas prisões revogadas dois dias depois.³⁰⁶ O mesmo documento não deixa claro se o oficial José Alencar Paiva também teve sua prisão revogada.

A denúncia apresentada pelo Procurador Militar contra os militares envolvidos ocorreu somente em 5 de abril de 1965, ou seja, um ano após os militares serem indiciados.³⁰⁷ A defesa dos sargentos só foi possível depois de sete meses da expulsão, realizada em setembro de 1964. Isso significa dizer que para o regime repressor todos os envolvidos eram culpados antes do resultado do processo. Somente a partir de abril de 1965, os sargentos com apoio dos seus advogados puderam elaborar a defesa, no sentido de demonstrar que não eram culpados das acusações do alto comando da Aeronáutica cearense.

acusados e, por último, o processo poderia chegar à última instância que era o Superior Tribunal Federal (STF). BNM: TOMO II - Vol 1 A Pesquisa BNM, p.32.

³⁰⁵ BNM; Processo 164, p.410.

³⁰⁶ *Ibid.*, p.417.

³⁰⁷ *Ibid.*, p.499.

Durante o processo, a denúncia qualificou os indiciados a partir da prática política atribuída durante a Sindicância e aprofundada no IPM, ou seja, uma sucessão de provas colhidas em depoimentos contraditórios.

Em razão do momento político vivido, tudo leva a crer que a lentidão da Justiça Militar era proposital, objetivando emperrar ao máximo os recursos e manter os indiciados sob uma atmosfera repressora, gerando um sentimento de impotência diante das arbitrariedades dos órgãos que deveriam representar a Justiça.

Essa prática era comum nas auditorias militares que seguiam os ditames do regime de exceção. A denúncia apresentada pela Promotoria da Justiça Militar foi acompanhada de críticas acerca do modo como realizou-se a Sindicância, pois no “[...] afã de registrar, de apurar” lançou tudo o que os depoentes foram dizendo. Além disso, o IPM era para ser instaurado no dia seguinte aos fatos do “Movimento dos Sargentos”. A Promotoria argumentou ainda que a formatura dos sargentos e a reunião não eram crimes, por isso, retoricamente, perguntou: “Teria ocorrido o motim? Não concordo, absolutamente, com o Sr. Encarregado do Inquérito Policial Militar”.³⁰⁸

O Promotor Militar informou ainda que o número de praças em formatura era superior a trezentos militares e, caso fossem amotinados, não teriam obedecido à ordem do comandante Ivan Teixeira Leite para que fossem ao Cinema da Base assistir a um filme. Do mesmo modo, o promotor defendeu os oficiais Nilton Bezerra da Silva e José Alencar Paiva que desejavam evitar a “[...] ocorrência de qualquer coisa mais grave, mas foram reformados”.³⁰⁹

A denúncia era apresentada de maneira complacente, dando a entender que a defesa dos militares indiciados era uma crítica ao modo como foi realizado o IPM. Segundo o sargento anistiado Francisco Aélío, o Promotor Militar José Manes Leitão argumentou:

[...] que era absurdo enquadrar a gente em motim. Fez uma comparação e crítica que não era motim, [...] não tinha o que acusar, ninguém cometeu crime, o próprio promotor [...] achou um artigo, porque tinha que enquadrar e enquadrou. No Código

³⁰⁸ *Ibid.*, p.500.

³⁰⁹ *Ibid.*, p.502.

Penal Militar da gente não tinha no que enquadrar, mas para a ditadura tudo era motivo. Estava todo mundo se politizando para a luta política.³¹⁰

A urgência em expulsar os sargentos das Forças Armadas obrigava a atribuição de crime político ao comportamento da categoria naquela noite, mesmo com a função militar tendo em seu bojo a defesa das autoridades constituídas. Compreendendo o contexto histórico e a forma que o processo foi organizado, a retórica do Promotor fazia parte do teatro da Justiça Militar. A aparente defesa era acompanhada de uma filiação à ditadura militar, posto que, ao final do seu teatro jurídico, ele atribuiu aspectos subversivos aos sargentos, mencionando a “subversão” da disciplina plantada pelo “[...] espúrio Presidente João Goulart”, havendo a necessidade de uma ordem social consolidada no golpe civil-militar de 1964. Por isso, segundo o Promotor Militar, nos anos 1960, os militares passaram a fazer reivindicações que comprometiam a disciplina, dando margem para que todos os militares indiciados fossem enquadrados no Código Penal Militar (CPM) de 1944.³¹¹

Desse modo, mesmo o Promotor Militar José Manes Leitão, defendendo os militares de uma pena maior e fazendo críticas ao modo como foi realizado o processo, é inegável que estava servindo ao regime nas condenações, pois não era crime os praças defenderem as autoridades constituídas. O alinhamento político do Promotor com o regime foi demonstrado quando defendeu a ditadura instaurada e a descaracterização do governo democrático do Presidente João Goulart.³¹² O ambiente da Justiça Militar não era idôneo, pois a Sindicância e o IPM foram construídos de maneira contraditória pelos interessados em acusar os militares indiciados.

³¹⁰ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

³¹¹ Foram denunciados: João Salviano de Souza Leite, João Xerez Frota, Ernande Correia Ferreira, Ezequias Esteves de Moraes, Leônidas Saraiva Oliveira, Francisco Aélío Almeida Monteiro, Eródoto José Rodrigues, Francisco Gomes Soares, Clovis Holanda de Vasconcelos, Edson Gereba Farias, José Arribamar de Oliveira Souza, João Vicente Rodrigues, Pedro Laborne, João da Silveira Leite, José Tabosa, Gustavo Rodrigues, Francisco das Chagas Feitosa Feijó e Darcy Gonçalves Villas Boas. No IPM, os onze primeiros citados “[...] tiveram parte importante na reunião”, deixando a Promotoria Militar de denunciar o soldado José Antônio Cavalcante e o cabo Jamil Motta Vasconcelos, porque não tiveram “[...] participação notória”. Entretanto, como vai ser discutido posteriormente, o cabo Jamil vai ser afastado da Aeronáutica após ser enquadrado em atos administrativos. BNM; Processo 164, pp.502,503.

³¹² Em 2 de novembro, “JOSÉ MANES LEITÃO, 1º Substituto de Promotor Militar, assumiu o ofício do Cargo de Promotor Militar da Auditoria da 10ª RM [Região Militar] em substituição à titular efetiva, Dra MARLY VALLE MONTEIRO, por motivos de férias”. *Ibid.*, p.409.

Outro dado revelador apresentando a continuidade de uma Justiça Militar, vinculada aos militares golpistas, ocorreu no dia 5 de março de 1965, quando foi realizado o sorteio para a composição do Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica. Os oficiais que passaram a representar a entidade foram: “[...] Ten Cel Aviador IVAN TEIXEIRA LEITE, presidente, 1ºs. Tenentes NILTON SEBASTIÃO FAJARDO DE ALMEIDA, ERALDO CORREA LIMA e 2º Ten HELCIO DE OLIVEIRA CUNHA”. A relevância do documento demonstra que a indicação ocorreu em momento oportuno, pois no mês seguinte teve início a denúncia dos sargentos acusados pela Aeronáutica cearense. O juiz auditor da Auditoria da 10ª Região Militar Angelo Rattacaso Junior tentou justificar que o coronel Ivan Leite estava impedido de assumir o cargo “[...] por ter sido o Encarregado do I.P.M.”. O comandante da Base Aérea de Fortaleza Walter Feliu Tavares argumentou não proceder a substituição do atual Presidente por outro oficial, em razão do Conselho durar só mais 15 dias e pelo fato de não existirem réus presos.³¹³

Os documentos demonstram a ingerência e a influência do regime sobre a Justiça e o prevalecimento dos interesses pessoais do comandante da Aeronáutica cearense. O pesquisador Alexandre Seixas apresenta uma salutar discussão sobre a Justiça Militar durante o período da ditadura:

[...] o regime militar colocou nos ombros do foro castrense encargos para os quais ele não estava habilitado, gerando, conseqüentemente, a distorção na competência histórica da Justiça Militar. A modificação da competência de processar e julgar diversos tipos de casos, para cuja apreciação e preparação profissional do jurista era decisiva, criou contradições essenciais que dificultaram o normal funcionamento.³¹⁴

As acusações embasadas no Código Penal Militar (CPM) serviu aos interesses do regime repressor que apresentaram dezoito militares da Base Aérea de Fortaleza enquadrados no artigo 143. Segundo a Promotoria Militar, antes de marcharem ao comando, a categoria reuniu-se no Cassino dos Sargentos para discutir uma ordem do comandante da Unidade. Entretanto, em nenhum momento isso ocorreu na noite de 1 de abril, possibilitando aos advogados apresentarem a ambiguidade e o modo prejudicial das acusações. Os praças

³¹³ BNM; Processo 164, pp.444, 499, 563, 565.

³¹⁴ SEIXAS, Alexandre Magalhães. **A Justiça Militar no Brasil: Estrutura e Funções**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas)-Universidade Estadual de Campinas, 2002, p.84.

Ernande e Eródoto foram enquadrados também no artigo 139 por não acatarem a ordem de um oficial quando estavam em frente ao cinema.³¹⁵

Diante da condição de denunciados, os 18 militares recorreram aos advogados Raimundo Evaldo Ponte, Luiz Alberto Teixeira de Alcantara, Antonio Jurandy Porto Rosa,³¹⁶ José Vitor Marques dos Santos³¹⁷ e Fideles Alves da Silva³¹⁸ para que estes elaborassem a defesa deles, de maneira que novas testemunhas pudessem contrapor as acusações feitas.

A denúncia realizada em 5 de abril de 1965 teve o julgamento marcado para o dia 25 de setembro desse ano. Durante o julgamento, os advogados de defesa demonstraram as incoerências do Inquérito a partir de 16 testemunhas, apresentando que muitos militares não estavam na reunião, e outros que, mesmo presentes, não prestavam atenção nas discussões ou encontravam-se na parte externa do Cassino.³¹⁹ Outras testemunhas, servindo aos interesses do regime, apresentaram excelentes relatos descritivos, no sentido de acusar alguns sargentos e oficiais, atribuindo envolvimento e fatos políticos. Esses mesmos acusadores testemunharam em defesa de colegas acusados, evidenciando a dubiedade de muitos depoimentos.³²⁰

Os responsáveis pelo processo levaram ao extremo as acusações apresentadas no Inquérito. Por isso, muitos foram expulsos e licenciados. Isso ficou evidente quando outras acusações foram apresentadas no julgamento, em 25 de setembro de 1965, em que foram atribuídos artigos do CPM que não tinham sido mencionados na denúncia, em 5 de abril. Tal objetivo no julgamento era aumentar a qualificação da pena e incriminar ainda mais os militares.

Nesse sentido, acrescentaram-se os artigos 131 e 134, que versavam sobre a omissão militar em noticiar a preparação de motim e incitar ou aliciar a tropa à indisciplina, respectivamente. Por isso, argumentaram os advogados que a pena era “[...] maior nos crimes

³¹⁵ BNM; Processo 164, pp.504,505.

³¹⁶ Defensores dos indiciados: Nilton Bezerra da Silva, João Xerez Frota, João Salviano de Souza Leite, Ernande Correia Ferreira, Francisco Aélcio Almeida Monteiro, Francisco Gomes Soares, Clovis Holanda de Vasconcelos, Edson Gereba de Farias, José Arribamar de Oliveira Souza. *Ibid.*, pp.506, 513, 518, 522, 524, 526, 528.

³¹⁷ Em razão de não terem advogado, foi nomeado como advogado de Ofício para defender os indiciados: Leônidas Saraiva de Oliveira, Ezequias Esteves de Moraes, João Vicente Rodrigues, Pedro Laborne, João da Silveira Leite, José Tabosa, Gustavo Rodrigues, Francisco das Chagas Feitosa Feijo, Darcy Gonçalves Villas Bôas. *Ibid.*, pp.514, 516, 530, 532, 534, 536, 538, 540, 542.

³¹⁸ Defensor do indiciado Eródoto José Rodrigues. *Ibid.*, pp.520.

³¹⁹ *Ibid.*, pp.661-707.

³²⁰ *Ibid.*, pp.708-729.

dos arts. 131 e 134; seus efeitos extraordinários, de levar a perda do cargo, que não existe na pena do art. 143”, conforme atribuído na denúncia. Além desses, foram acrescentados o artigo 130, que atribuía crime quando havia o desrespeito a uma ordem superior; o artigo 132, que atribuía crime àqueles que organizassem militares, objetivando motim ou revolta; o artigo 133, que punia o aliciamento de militares ou assemelhados; e o artigo 139 que versava sobre o desrespeito à ordem superior diante da tropa.³²¹

As imputações desses artigos tinham um objetivo claro e estavam em consonância com os ditames do regime na época, ou seja, atribuir os crimes de motim, revolta, insubordinação e aliciamento para aumentar as punições. Assim, esperava a Promotoria Militar:

[...] o Conselho de Justiça acolha estas razões para [...] condenar os acusados EDSON GEREBA DE FARIAS, [...] JOÃO SALVIANO DE SOUZA LEITE, [...] ERNANDE CORREA FERREIRA, às penas previstas nos artigos 132, 133 e parágrafo único do Art. 139 do CPM [...], condenar os acusados ERÓDOTO JOSÉ RODRIGUES, [...] JOÃO XEREZ FROTA, FRANCISCO GOMES SOARES [...], FRANCISCO AÉLIO ALMEIDA MONTEIRO [...], JOSÉ ARIBAMAR OLIVEIRA SOUZA [...], CLOVIS HOLANDA VASCONCELOS [...], às penas previstas nos artigos 132 e 133 do CPM e os acusados JOÃO SILVEIRA LEITE [...] e PEDRO LABORNE [...], as penas previstas no Art. 132 do CPM, e condenar os acusados EZÉQUIAS ESTEVES DE MORAIS [...], LEÔNIDAS SARAIVA DE OLIVEIRA [...], JOÃO VICENTE RODRIGUES [...], JOSÉ TABOSA [...], GUSTAVO RODRIGUES [...], FRANCISCO DAS CHAGAS FEITOSA FEIJO [...], DARCY GONÇALVES VILLAS BOAS [...] à pena do Art. 131 do CPM.³²²

Os advogados afirmaram novamente em defesa dos acusados que as acusações feitas na denúncia limitavam-se apenas ao artigo 143.³²³ Acrescentar outros artigos no período do julgamento demonstrava a linha repressora e punitiva dos golpistas. Os artigos 143 e 139, segundo a defesa, determinavam 1 ano de prisão, enquanto os demais artigos podiam gerar até “[...] cinco anos de reclusão, isto sem falar nas implicações outras”.³²⁴

³²¹ Os sargentos cearenses foram enquadrados no Código Penal Militar de 1944. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6227&tipo_norma=DEL&data=19440124&link=s>. Acesso em: 29 mar. 2015. BNM; Processo 164, pp.904-915.

³²² *Ibid.*, pp.915, 916.

³²³ *Ibid.*, p.505.

³²⁴ *Ibid.*, p.940.

Para embasar a defesa dos militares indiciados, seus advogados fizeram referências ao próprio comandante da Base Aérea de Fortaleza, coronel Ivan Teixeira Leite, responsável pela unidade na noite de 1 de abril, pois chegou a afirmar que na noite do “Movimento dos Sargentos”, deu “[...] uma acolhida humana e serena tratando-lhes [com] tranquilidade aos espíritos.” Havendo entre os comandados disciplina e hierarquia, sendo os subordinados “[...] sempre dedicados e preocupados com vossos problemas”. Com base nisso, argumentou a defesa que “[...] nem de longe cabe pensar-se ou afirmar-se ter havido motim”.³²⁵ As falas do comandante e responsável pelo IPM instaurado na Base Aérea de Fortaleza demonstram as ambiguidades do processo. Sobretudo, porque em um momento o oficial era compreensivo com os subordinados, em outro momento mostrou-se perseguidor e incriminador, dando margem aos advogados aproveitarem o discurso contraditório a favor dos sargentos.

Os advogados de defesa poderiam utilizar ainda a demonstração de disciplina na Base Aérea de Fortaleza, a partir dos agradecimentos prestados pelo comandante anterior, Augusto Teixeira Coimbra, em relação à tropa. O coronel foi comandante da Aeronáutica cearense até final de março de 1964 e ao transferir o comando atribuiu distinção de “Louvor” a muitos dos indiciados:

ABRIL:- 28, FOI LOUVADO PELO Cel Av AUGUSTO TEIXEIRA COIMBRA, nos seguintes termos: “É com grata satisfação que louvo e agradeço (...) pela maneira eficiente e interessada que demonstrou no cumprimento de tôdas as tarefas que lhe foram atribuídas, o que inegavelmente, concorreu para o bom êxito do meu Comando. Em um período superior a um ano de comando, recebi a colaboração e o esforço individual de cada um, em um trabalho de conjunto, entre comandante e comandado, em que o objetivo comum foi bem servir à Força Aérea Brasileira. Sinto-me assim, no dever de agradecer a êsse companheiro o resultado obtido em tôdas as suas tarefas, o que deixou patente o elevado grau de compreensão e responsabilidade para com os seus deveres.”³²⁶

A maioria dos militares acusados recebeu “Louvor” do comandante, evidenciando a disciplina e distinção pelos serviços prestados de maneira exemplar por muitos militares da Aeronáutica cearense. Esse tipo de agradecimento na carreira militar é considerado um

³²⁵ *Ibid.*, pp.932,933.

³²⁶ A demonstração de agradecimento foi publicada no Boletim Oficial da Base Aérea de Fortaleza e reverenciava os seguintes militares: João Salviano de Souza Leite, Francisco Gomes Soares, Clovis Holanda de Vasconcelos, Edson Gereba Farias, José Arribamar de Oliveira Souza, Ezéquias Esteves de Moraes, Darcy Gonçalves Villas Boas, Francisco das Chagas Feitosa Feijó, João Vicente Rodrigues, Francisco Aélcio Almeida Monteiro, Leônidas Saraiva Oliveira, Ernande Correia Ferreira. *Ibid.*, pp.763, 773, 816, 829, 854, 951, 963.

conceito de elevada qualidade, contribuindo para a ascensão na hierarquia militar e respeito entre os militares.

O reconhecimento do comandante Coimbra e a declaração do coronel Ivan Teixeira Leite a favor dos indiciados, apresentam as contradições do IPM e da denúncia. Nesse sentido, a sustentação das acusações perdia validade, por isso, argumentou a defesa:

Os fatos que se desenrolaram entre 31 de março [...] de uma coisa se tinha certeza: é que se tratava de um movimento armado para depor o governo constituído. Não há revolução, não há mudança brusca desacompanhadas desse estado psicológico. Por esse fato excepcional que motivou [...] se dirigirem ao comando de sua unidade desejosos de esclarecimentos.³²⁷

Desse modo, a defesa argumentava a naturalidade da atitude constitucionalista inerente aos militares, cabendo a eles defenderem a democracia e a legalidade do Presidente João Goulart. Essa postura democrática era inerente à carreira militar, cujo estatuto de 1946 estipulava obrigatoriedade em defender os interesses da sociedade e das autoridades civis.³²⁸ O comportamento dos praças não foi somente político, mas também jurídico, pois a ilegalidade do golpe civil-militar encontrou em alguns militares de diferentes patentes e unidades uma reação legalista inerente aos servidores da pátria.³²⁹

Os advogados mencionaram na defesa dos sargentos que outras auditorias militares que haviam julgado IPMs semelhantes aos militares da Aeronáutica, como Salvador, na Bahia, e São João del-Rei, em Minas Gerais, foram favoráveis à anistia. Em Salvador, o próprio Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) Pery Bevilaqua foi favorável à “[...] anistia ampla e geral” aos militares; em São João del-Rei, o Ministro Mourão Filho havia se negado a condenar os militares, porque do ponto de vista da constitucionalidade estavam certos: “Não é crime defender o governo constituído”.³³⁰

A defesa tinha como base argumentativa que a Alta Corte da Justiça Militar, na época, deu parecer favorável à legalidade dos movimentos que se organizaram contra o golpe

³²⁷ *Ibid.*, pp.936, 937.

³²⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9698.htm>. Acesso em: 19 mar. 2015.

³²⁹ BNM; Processo 164, p.938.

³³⁰ *Ibid.*, p.939.

iniciado em 31 de março de 1964. O período de defesa dos sargentos foi concluído no final de setembro de 1965, no dia 25 do mesmo mês, quando os acusados tomaram conhecimento da sentença. Contudo, os interessados na absolvição notaram a presença na tribuna do Promotor Militar do Exército, Francisco de Paula Accioly Filho, da Auditoria da 7ª Região Militar de Recife. A presença gerou inquietação dos indiciados e um dos advogados afirmou em tom de ironia: “[...] tal presença constitui uma honra para a presente sessão de julgamento, após terem a certeza de que o dito Promotor não interferiria de forma alguma nos trabalhos de acusação”.³³¹

Apesar do esclarecimento do advogado, conforme relatado no processo, a presença do Promotor Militar da 7ª Região Militar tinha objetivo de pressionar psicologicamente os indiciados, seus advogados e também interferir indiretamente nos resultados das sentenças. No entanto, após serem lidas as peças e falarem os advogados de defesa, decidiu-se absolver os acusados:

a) julgar improcedente a denúncia oferecida pela Promotoria Militar contra os acusados; b) -Por unanimidade dos votos, não aceitar a desclassificação requerida pela Promotoria Militar nas suas razões finais; c) -Por unanimidade de votos absolver os acusados [...] e) -Por maioria dos votos, 3 contra 2, determinar a extração de peças do processo relativas ao Major José Alencar Paiva e o Capitão Nilton Bezerra da Silva, ambos reformados da Aeronáutica, a fim de serem encaminhados ao Dr. Promotor Militar para os fins de direito.³³²

O Promotor Militar Carlos Alberto Borges, em exercício, não concordou com a absolvição proferida no Conselho Permanente de Justiça e apelou ao Superior Tribunal Militar (STM) em 4 de outubro de 1965.³³³ A apelação foi argumentada dos mesmos vícios e exacerbações da Sindicância, do IPM e da Denúncia.

A decisão do STM em razão da apelação da Promotoria da Auditoria da 10ª Região Militar foi divulgada em 6 de junho de 1966 e afirmava: “Provado está que nenhum dos acusados praticou crime algum por ocasião da reunião no cassino dos suboficiais e sargentos,

³³¹ *Ibid.*, p.947.

³³² *Ibid.*, pp.947, 948.

³³³ *Ibid.*, pp.966-968.

na qual não se criticou ato de autoridade nem se cuidou de assunto atinente à disciplina militar.”³³⁴

O posicionamento do STM em relação aos sargentos da Base Aérea de Fortaleza foi uma demonstração de autonomia da Alta Corte da Justiça Militar e uma certa oposição à ditadura. O pesquisador Alexandre Seixas apresenta uma elucidativa discussão, demonstrando que a entidade não seguia de maneira integral os ditames do regime. O autor sugere cautela em uma possível generalização da Justiça Militar como braço repressivo do regime. Os dados do STM no período do auge da ditadura são reveladores nesse sentido:

Em período compreendido entre 24 de outubro de 1965 e 20 de dezembro de 1974, durante a vigência do famigerado AI-5, foram processados e julgados perante o Superior Tribunal Militar 4.781 réus. Destes, o STM condenou 1.451 réus. Porém, absolveu 3.330 réus, o que significa afirmar que cerca de 70% dos processos levados àquela Casa foram absolutórios.³³⁵

Como haviam demonstrado os advogados de defesa em suas argumentações anteriores, os mesmos ministros do STM reunidos foram favoráveis aos militares que agiram democraticamente na Base Aérea de Fortaleza. Entretanto, a sede de punir e o conflito entre as instituições militares eram comuns. Mesmo com a decisão favorável do STM em dar continuidade à absolvição, os sargentos continuaram expulsos sem o direito de retornar à vida militar. Os demais indiciados que não tinham sido expulsos em 1964 foram atingidos a partir de 30 de abril de 1965.³³⁶

Essas contradições evidenciam que, mesmo havendo a tentativa em alguns órgãos da esfera estadual e federal da Justiça Militar em não dar prosseguimento às generalizações das arbitrariedades, o regime impunha Decretos, Atos Institucionais e outras ordens acima da

³³⁴ A decisão foi tomada pelos Ministros: Diogo Borges Fortes, Presidente; Octavio Murgel de Rezende, Relator; João Romeiro Neto; Ribeiro da Costa; Olympio Mourão Filho; Pery Constant Bevilaqua; Armando Perdigão; Waldemar de Figueira Costa; Gabriel Grun Moss; Francisco de Assis Corrêa de Melo; José Santos de Saldanha da Gama; Octacilio Terra Uruguhy; Alcides Vieira Carneiro; Waldemar Torres da Costa; Rodrigo Octavio Jordão Ramos e Dr. Eraldo Gueiros Leite, Procurador Geral. *Ibid.*, pp.989-991.

³³⁵ SEIXAS, *op.cit.*, p.94.

³³⁶ Foram expulsos em 30 de abril 1965 os suboficiais Pedro Laborne, João da Silveira Leite, os sargentos Ezequias Esteves de Moraes, José Tabosa, Gustavo Rodrigues, João Vicente Rodrigues, Francisco das Chagas Feitosa Feijo, Darcy Gonçalves Villas Bôas e o cabo Jamil Motta Vasconcelos em maio de 1965. BNM; Processo 164, pp. 761, 810, 825, 832, 838, 844, 852.

Justiça Militar, demonstrando que prevalecia a ordem militar presente no autoritário Executivo.

A leitura do Processo 164 apresenta outros aspectos subjetivos e critérios em discordância acerca do comportamento sexual de alguns militares, quando foi realizada a Sindicância e o IPM. O assunto exige problematização, sobretudo, por ser um tipo de perseguição comum nas Forças Armadas ainda hoje.

Os entrevistados em raras partes do processo apresentam essa prática. Assim, são citados entre os militares expulsos algumas acusações, como alcoolismo, praças praticando agiotagem e contrabando.³³⁷ Essas acusações embasaram também as expulsões, mesmo não sendo esses tipos de comportamento enquadrados nos artigos em que foram acusados. Sobre determinado oficial que chegou a ser indiciado, mas não foi expulso, atribuiu-se que tinha “[...] interferência íntima com os oficiais jovens, por força da própria função”.³³⁸ Sobre um praça foi comentado o aspecto “afeminado” e “[...] comportamento pouco másculo”.³³⁹

Na documentação, podem ser notados diferentes testemunhos com o objetivo de incriminar e comprometer diferentes militares. Durante as entrevistas realizadas com os militares anistiados Francisco Aélío Monteiro Almeida, Jamil Motta Vasconcelos, José Arribamar Oliveira Souza, Francisco Gomes Soares e Edson Gereba Farias foram citados aspectos pessoais como fatores de perseguição, inclusive a outros militares não presentes no processo. A perseguição a um enfermeiro foi um exemplo disso, em razão de ser homossexual assumido na Base Aérea de Fortaleza. Segundo o sargento Francisco Aélío:

[...] eles queriam expulsar todos os homossexuais. Tinha um sargento capaz, bacana e muito honesto que era homossexual e foi chamado. Perguntaram pra ele se era [homossexual], ele disse que era: “Sim, senhor!”. Disseram que ia ser expulso, ele não voltou atrás e disse que não tinha problema ser expulso por isso. Aí chegou o chefe dele dizendo que ele não ia ser expulso, mas tinha que negar, ele continuou afirmando que era. Ele era sargento enfermeiro.³⁴⁰

³³⁷ BNM; Processo 164, pp. 324-326.

³³⁸ *Ibid.*, p.319.

³³⁹ *Ibid.*, p.192.

³⁴⁰ Segunda parte da entrevista realizada com Francisco Aélío Monteiro no dia 30 de agosto de 2014 em sua residência, em Fortaleza.

O fato foi narrado pelo militar anistiado Francisco Aélío, e os sargentos que serviam na época e entrevistados para a pesquisa relaram tais perseguições. O militar anistiado José Arribamar afirmou em entrevista que durante o interrogatório foram realizadas muitas perguntas acerca do envolvimento de determinados oficiais com alguns praças, mas não sabia informar e indignado disse: “Olha as perguntas, isso é “revolução?”³⁴¹

Segundo Daniel Barbo, a homossexualidade é um assunto permeado de discussões políticas e preconceitos na sociedade. Em razão disso:

[...] a homossexualidade toca o político. Tem que tocá-lo, na medida em que o homossexual, surgido como sujeito específico no plano das sociedades modernas, quer se afirmar enquanto um elemento social na luta pelos seus direitos civis, sociais e políticos. A expansão de tal expressão social caminha integrada ao jogo político da democracia, apoiando-se nele e por meio dele, e, em muitos casos, assumindo uma postura comumente identificada como de esquerda para a efetivação de suas conquistas em direção à justiça social, à cidadania e à integração (ou não) na sociedade.³⁴²

Esse universo de discussões deve ter sido maior na sociedade brasileira se for levado em conta os 21 anos da ditadura militar. Contudo, sobre este tipo de assunto poucos trabalhos foram realizados, haja vista que as perseguições e acusações vinham acompanhadas de outros aspectos.

Outras características sobressaem nos depoimentos das testemunhas e dos indiciados, no sentido de acusar alguns sargentos e oficiais, ou inocentar a participação de alguns deles no “Movimento dos Sargentos”. Esses testemunhos no IPM eram relatos prodigiosos, ao ponto de ser possível conjecturar que havia militares de diferentes patentes a serviço da Base Aérea de Fortaleza, objetivando perceber envolvimentos ou posturas políticas no quartel. Desse modo, a partir dessas evidências, não pode deixar de ser considerada a existência de uma vigilância antes do golpe de 31 de março de 1964, pois alguns militares foram expulsos da Aeronáutica cearense por razões pessoais, ao ponto de o momento do Golpe ter sido aproveitado para incluí-los como envolvidos no “Movimento dos Sargentos”. Essas práticas

³⁴¹ Entrevista realizada em 5 de janeiro de 2014 com José Arribamar Oliveira em sua residência no município de Eusébio, Ceará.

³⁴² BARBO, Daniel. O labirinto da homossexualidade. Cultura política homossexual entre a Grécia Antiga e a modernidade. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009, p.120.

apresentam outras possibilidades de punições e perseguições que não são mencionadas durante a denúncia e o julgamento.³⁴³

Além das diferentes contradições, nota-se a presença de um modelo militar repressor necessário para o novo momento político. Militares identificados com o regime anterior eram incompatíveis com a ditadura em curso e foram perseguidos em sua maioria, desse modo, decidia-se quem deveria ou não permanecer nas Forças Armadas.

Acerca desse assunto, o militar anistiado Edson Gereba de Farias argumenta: “Se a gente não tivesse ido à reunião, eu não sei do que eles iam acusar [...]. Eles iam arrumar alguma coisa para acusar a gente.” A afirmação do militar tem fundamento, pois segundo Gereba: “[...] eles já sabiam lá na Base quem era decididamente a favor do golpe, quem não era.”³⁴⁴ A dimensão da discussão avança para uma inevitabilidade das perseguições, pois muitos foram identificados desde 1962, em razão dos envolvimento políticos.

A absolvição em 1965 dos indiciados não garantiu o retorno às fileiras das Forças Armadas. Todos tiveram que “voltar” à vida civil e sobreviver nos empregos possíveis, como será discutido em tópico seguinte.

4.2 DA VIDA CIVIL À ANISTIA: REDES DE SOLIDARIEDADE, LIMITAÇÕES E A NECESSIDADE DO TRABALHO

A maioria dos militares indiciados no IPM tinha sido expulsa, mas somente os oficiais envolvidos e um sargento foram reformados. Isso motivou a Aeronáutica cearense a fixar um cartaz na entrada da unidade: “Proibida terminantemente a entrada dos seguintes militares”, conforme relatado pelos entrevistados Francisco Gomes Soares, Jamil Motta Vasconcelos e Francisco Aélío. Abaixo vinham listados os nomes de todos os militares envolvidos no IPM instaurado. Tudo sem um julgamento formal, atingindo mais de 980 militares em todo o Brasil ainda no ano de 1964.³⁴⁵

³⁴³ BNM; Processo 164, pp.41,42, 128, 129, 174, 175, 194, 195, 196, 197, 198, 267.

³⁴⁴ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias realizada no dia 4 de setembro de 2014 em sua residência no município de Guarulhos, São Paulo.

³⁴⁵ MACHADO, Flávia Burlamaqui. **As forças armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006, p.14.

Os primeiros anos do golpe atingiram de maneira estratégica e eficiente militares de diferentes patentes nas Forças Armadas brasileiras, objetivando eliminar os dissidentes presentes nas fileiras militares contrários à ditadura. Consequentemente, alguns deles foram os primeiros a pegarem em armas contra a ditadura ao lado dos militantes de esquerda. Apesar desse aspecto, muitos não ingressaram nessas fileiras contra os golpistas, provavelmente em razão da vigilância sofrida, da obrigação familiar e em razão de muitos estarem presos.³⁴⁶

A relevância dos militares perseguidos na resistência contra a ditadura é apresentada como decisiva em diferentes movimentos, pois eram detentores das técnicas de guerrilha adquiridas no serviço militar. O professor Marcelo Ridente elucida essa reflexão, apresentando os militares de baixa patente como peças chaves na resistência ao lado dos militantes e estudantes de esquerda. Segundo Ridente, além da aproximação com o Partido Comunista nos anos 1960, havia, antes de 1964, ligações do Partido Operário Revolucionário-Trotskista (PORT) com os praças. Após o golpe de 31 de março de 1964, essas relações intensificaram-se, mesmo havendo perseguições e prisões aos militares envolvidos. Exemplos disso foram a descoberta de um foco guerrilheiro em Copacabana em julho de 1964, a “Coluna Cardim” em 1965 contra o regime no Sul do país e a “Guerrilha de Caparaó” em 1966, no Espírito Santo.³⁴⁷

Esses engajamentos expressam um reconhecimento da importância deles na luta contra a ditadura militar. O rompimento forçado com a identidade militar pelas próprias condições históricas levaram muitos a defenderem a democracia no campo da luta armada e também numa perspectiva de transformação social, como propunha a esquerda com o socialismo.

A década de 1960 e as exigências da categoria dos sargentos levaram muitos deles a transporem os muros dos quartéis e a entrarem em contato com as práticas políticas da época. Outros praças fizeram esses debates dentro da cultura militar, evitando ligações com os

³⁴⁶ Segundo o professor Marcelo Ridente, a partir dos dados coletados no Arquivo *Brasil Nunca Mais* pode ser constatado, durante a ditadura, relevante participação de militares nas seguintes organizações de esquerda: Ação Libertadora Nacional (ANL), Ação Popular (AP), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Dissidência do PCB do Distrito Federal (DI-DF), “Grupos dos Onze”, Movimento de Ação Revolucionária (MAR), Movimento Estudantil Libertário (MEL), Movimento Nacional Revolucionário (MNR), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Operário Comunista (POC), Organização Política Marxista – “Política Operária” (POLOP), Partido Operário Revolucionário-Trotskista (PORT), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Resistência Armada Nacionalista (RAN), Resistência Democrática (REDE), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR), Vanguarda Armada Revolucionária (VPR). Nessas organizações Ridente constatou um total de 118 militares de baixa patente e 30 oficiais. Ver RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

³⁴⁷ *Ibid.*, pp.211- 217.

movimentos de esquerda, pois os militares de baixa patente temiam serem enquadrados em atos indisciplinados. Essa cautela evitou que alguns sargentos fossem indiciados pela participação na noite de 1 de abril de 1964.

As expulsões dos militares da Aeronáutica cearense foram uma forma de perseguir àqueles que se identificavam com o processo democrático ou com as reivindicações sociais dos anos 1960, obrigando todos os militares afastados a recomeçarem a vida civil, pois as suas formações e especialidades estavam atreladas às necessidades das Forças Armadas. O trabalho era uma emergência nas dificuldades econômicas em que se encontravam, porque muitos eram casados, pais de família e viviam em casas alugadas.

A alternativa para a maioria foi trabalhar no comércio, mas a condição de militar expulso naquele contexto histórico não era uma boa carta de apresentação. Jamil Motta Vasconcelos recorda que antes de ser expulso, ia ser promovido a terceiro-sargento, mas, pelo envolvimento no “Movimento dos Sargentos”, alteraram em maio de 1965 o exame de saúde realizado pela Aeronáutica e julgaram-no inapto para continuar a carreira militar. Desse modo, as perseguições políticas vinham acompanhadas de outras justificativas durante o período do regime militar, conforme relataram os entrevistados anistiados Jamil Vasconcelos e Luiz Bandeira.³⁴⁸

Jamil recorda que em maio de 1965 retornou para casa e a esposa estranhou o fato dele estar à paisana, explicou-lhe da expulsão e a esposa não se conteve. Com filhos e aluguel para pagar, Jamil não recusou o convite de trabalho de um amigo para vender medicamentos. Mesmo formado em Contabilidade e Economia, não estava em condições de escolher emprego. Sem saber vender, afirmou ao empregador que gostava de vendas. A pergunta sobre o último emprego foi feita e Jamil afirmou: “Eu era militar na Aeronáutica e saí porque eu sou casado e tenho dois filhos e o que eu ganhava era pouco.” A partir daí Jamil foi “ganhar a vida”, e anos depois trabalhou em outras áreas.³⁴⁹

A experiência de trabalho de alguns militares era porta de entrada para outros colegas cassados. Uma rede de solidariedade e proteção formou-se entre eles; era uma maneira de escapar das malhas de uma época opressora que restringia a dignidade de poder trabalhar.

³⁴⁸ Entrevista realizada com o militar anistiado Luiz Gonzaga R. Bandeira em 6 de agosto de 2014 na sua residência, em Fortaleza.

³⁴⁹ Entrevista realizada com militar anistiado Jamil Motta Vasconcelos em 14 de outubro de 2014 na sua residência, em Fortaleza.

Assim, o cabo Jamil indicou o sargento Gereba Farias para a firma de medicamentos, onde trabalhava. Apesar da solidariedade do cabo, Gereba não teve a mesma sorte que o colega. O fato do empregador não saber que era um militar expulso, acabou indicando que o Exército era um ótimo comprador de medicamentos e, como havia sido contratado como propagandista, o local era ótimo para fomentar vendas.

O sargento Gereba Farias tinha sido presidente do Ícaro Clube e a sua presença no Exército não era bem-vinda, logo o dono da empresa soube da sua origem militar e o demitiu. Farias relatou que perguntou indignado: “E agora não vou mais trabalhar? Eu preciso trabalhar! Como vou viver!” Indagou quem havia revelado sua expulsão, mas o empregador nada disse. O sentimento de Gereba era comum a muitos outros militares e civis perseguidos politicamente. Por isso, segundo o militar: “Você ficava marcado, era uma espécie de leproso, ninguém queria saber muito de você.” A época ficou na memória de Gereba Farias, como “uma noite negra na vida”, pois havia familiares doentes e se não fosse isso teria entrado na luta contra o regime. Gereba Farias afirmou também em entrevista que a saída para uma nova vida estava longe do Ceará, no sentido de evitar os conhecidos. São Paulo, na época, era promessa de emprego para muitos, e a irmã do militar morando na cidade ajudou-o a acelerar na decisão, facilitando o sargento perseguido a conseguir trabalho perto de casa. O fato de saber o idioma alemão por pouco não entrou na Volkswagen, conformando-se com o trabalho de correspondente, ajudado pelos conhecimentos que tinha em taquigrafia e inglês. Além disso, Gereba não conseguiu transferir o curso de Direito iniciado na Universidade Federal do Ceará (UFC) para a Universidade de São Paulo (USP).³⁵⁰

O golpe em 1964 obrigou militares e civis a imigrações e a migrações políticas forçadas. O sargento da Aeronáutica José Arribamar chegou a se mudar para o Japão na década de 1970, terra natal da sua esposa. Antes, Arribamar foi trabalhar no comércio, o curso de Psicologia havia sido interrompido na PUC do Rio de Janeiro, mas conseguiu ser aprovando em Letras na Universidade Estadual do Ceará (UECE) durante o início da ditadura. Tal fato facilitou a carreira de professor e a aprovação em concurso para o Liceu do Ceará, mas não pode assumir devido à perseguição do regime. Indignado, Arribamar fez uma carta que foi entregue ao Ministro da Justiça Armando Falcão e outra enviada depois ao general João Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI). As cartas ocorreram em

³⁵⁰ Entrevista realizada com o militar anistiado Edson Gereba Farias em 4 de setembro de 2014 na sua residência no município de Guarulhos, São Paulo.

razão de ser “[...] impedido de exercer livremente a função de professor”, bem como o prosseguimento dos seus estudos e, em seguida, afirmava:

Segundo me consta, casos dessa natureza recebem [...] a Supervisão do Serviço Nacional de Informações, o qual é tão bem dirigido [...], assim sendo, gostaria de solicitar a vossa compreensão para o problema em epígrafe, de vez que, como arrimo de família, tenho que sustentar uma mãe velha 72 (setenta e dois) anos de idade, e 1 (uma) irmã velha com 54 (cinquenta e quatro) anos e dois menores os quais têm 15 e 16 anos, respectivamente. Em face do exposto, confiando no alto espírito de Justiça de V. Ex^a como homem público que sabe sentir os problemas de seus compatriotas.³⁵¹

A ironia e indignação não gerou comiseração do chefe do SNI, contribuindo para Arribamar desistir do Brasil e mudar-se para o Japão no final dos anos 1970, quando viu sua vida emperrada pelo regime, conforme relatou em entrevista.³⁵² Em meados dos anos 1980, os sargentos viram novas possibilidades com a Lei de Anistia aprovada em 1979, mesmo com as limitações e discriminações aos praças, a luta inicial travada pelo sargento Arribamar foi reconhecida pelos colegas. Em razão disso, anos depois foi um dos principais representantes dos militares anistiados em Brasília.

Outros militares também foram professores, como os sargentos Francisco Aélío e Eródoto Rodrigues. Aélío, antes de ser reformado, era professor e pensava em não seguir carreira de oficial, pois o magistério havia lhe encantado, e o contato da sua mãe com o padre e diretor do colégio João Paulo VI facilitou a carreira de professor. Isso permitiu a indicação do colega Eródoto para as aulas de História nos colégios Santa Cecília e Santo Inácio, onde Aélío ministrava aulas de Geografia.³⁵³

Em relação aos muitos militares que participaram do “Movimento dos Sargentos”, poucos deles estão vivos. Alguns integrantes da Base Aérea de Fortaleza, presentes nos acontecimentos da época, decidiram não falar e o presente pesquisador achou melhor respeitar

³⁵¹ Arquivo Pessoal José Arribamar Oliveira Souza. A Carta foi elaborada em 2 de maio de 1975 e endereçada ao general João Batista de Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informação.

³⁵² Entrevista realizada em 5 de janeiro de 2014 com José Arribamar Oliveira em sua residência no município de Eusébio, Ceará.

³⁵³ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélío Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

a posição adotada por eles, levando em conta que o silêncio é história, sobretudo pelas humilhações, arbitrariedades e abusos que muitos deles sofreram.

A senhora Margarida M. Carvalho Rodrigues, esposa do falecido sargento cassado Gustavo Rodrigues, relatou em Processo de Reparação junto à Anistia 64/68, que o militar expulso foi torturado e teve a casa invadida, ficando em torno de dois meses desaparecido. A viúva do sargento afirmou também que depois desses acontecimentos, o militar não conseguiu retornar à vida normal, fato que fez a “[...] família sofrer inúmeras privações”. Gustavo Rodrigues era pai de 4 filhos, e a esposa encontrava-se grávida naquele período. Por isso, o sargento não conseguiu concluir o curso de Direito e tornou-se um “[...] homem amargo, nervoso e triste”, falecendo em 4 de maio de 1991.³⁵⁴ O relato da senhora Margarida Rodrigues expressa as consequências das perseguições ao sargento Gustavo e as sequelas deixadas. Os danos e sofrimentos foram sentidos pelos familiares, além das dificuldades enfrentadas na administração do lar e no cuidado com os filhos.

Esse tipo de registro é pouco encontrado em relação aos familiares dos militares expulsos e perseguidos na Aeronáutica cearense. Ainda assim, as referências que a pesquisa tomou conhecimento permitem revelações das mudanças ocasionadas pela truculência do regime opressor e autoritário, vivenciando momentos de infortúnios com suas famílias, resultando em infelicidade, tristeza, amargura e indignação.

A partir de 31 de março de 1964, iniciou-se um período de imposições e truculências de um Estado que passou a ter direito sobre a vida, causando incertezas e injustiças na sociedade e, sobretudo, aos atingidos. Na época, o estudante e presidente do Centro Lical Estudantil Cearense (CLEC) Francisco Gomes Soares teve de abandonar forçadamente os estudos e trabalhar também no comércio, conforme relatou em entrevista.³⁵⁵ Em razão dos problemas de saúde, não foi possível dar continuidade à entrevista em função do aspecto emotivo que as lembranças da época causavam ao militar, principalmente quando lembrava do assassinato do colega João Lucas Alves pelos torturadores.

Houve também na Base Aérea de Fortaleza, no final dos anos 1970, o afastamento do sargento Luiz Gonzaga Bandeira com a justificativa de problemas de saúde. No entanto, as

³⁵⁴ Processo Anistia 64/68 iniciado em 26 de janeiro de 2006 pela esposa Margarida M. Carvalho Rodrigues, viúva do falecido sargento Gustavo Rodrigues.

³⁵⁵ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Gomes Soares em 31 de janeiro de 2012 na sua residência, em Fortaleza.

razões eram políticas, porque, juntamente com outros sargentos da Base Aérea de Natal, ele se manifestou contra a prisão arbitrária de um colega da unidade em 1963. No Ceará, o militar não foi esquecido pela malha repressora do regime, como Francisco Gomes Soares, Jamil Vasconcelos, José Arribamar e Gereba Farias, Bandeira foi trabalhar no comércio. O militar tinha 5 filhos e a alternativa de emprego foi o comércio. A indicação partiu de uma amiga enfermeira da Base Aérea de Fortaleza, que dissera ter contato com o oficial reformado Nilton Bezerra da Silva, gerente na loja de eletrodomésticos no Centro de Fortaleza. As redes de solidariedade eram fortes entre os militares expulsos e reformados e, assim, Bandeira conseguiu emprego com o amigo reformado. Sobre outros oficiais e suboficiais afastados, não foi possível conseguir informações durante a pesquisa.

O sargento anistiado Luiz Gonzaga R. Bandeira recordou o oficial B. Silva como uma pessoa muito humana, pois a intimidade adquirida permitia certas conversas, como perguntar sobre os tempos da Base Aérea de Fortaleza. As lembranças dos tempos na Força Aérea Brasileira (FAB) vieram acompanhadas de ressentimentos. Segundo Bandeira: “Uma vez eu perguntei para ele se lembrava do tempo dele [na Aeronáutica cearense]. Rapaz, eu tive pena. Eu vi as lágrimas descenderem dos olhos dele. Isso na calçada da loja, eu quis comentar com ele sobre o assunto, ele chorou na minha frente.”³⁵⁶

Nilton Bezerra da Silva e Reino Pecala Rae eram aviadores e foram impedidos de continuar a profissão na aviação brasileira, fato comum a todos os militares cassados a partir de abril de 1964. Esse sentimento de indignação demonstrado por B. Silva, como é conhecido entre os colegas, está presente em muitos que viveram aquele momento. Aos militares e civis atingidos nas primeiras horas do golpe ficou a mácula e a perseguição do Estado autoritário, levando muitos a “[...] um recomeço forçado como filho indigno, maculado, leproso, morto, um peso”, afirmou Bandeira. A sensação de perseguido político e excluído socialmente estava presente em muitos militares expulsos. Gereba, Bandeira e Aélcio encontraram colegas que permaneceram na Aeronáutica cearense, mas muitos não queriam conversa e se afastavam. Havia o temor de serem vistos com um possível “comparsa”.

A sensação de perseguidos continuou na Anistia de 1979, pois não houve benefícios aos praças. As pressões contra a ditadura nas décadas de 1970 e 1980 foram presentes em setores civis e militares, passando a ser defendidas, inclusive entre por grupos que apoiaram o

³⁵⁶ Entrevista realizada com o militar anistiado Luiz Gonzaga R. Bandeira em 6 de agosto de 2014 na sua residência, em Fortaleza.

golpe, haja vista que também sofreram as consequências do regime. Isso não significou o fim das torturas e mortes, como foi o caso do jornalista assassinado Vladimir Herzog e do trabalhador Manuel Fiel Filho, em 1975 e 1976, respectivamente.³⁵⁷ Nesse mesmo período, houve em dezembro de 1976 a ofensiva policial contra a sede do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), sendo três militantes assassinados no ataque em que participaram o coronel Brilhante Ustra e o policial Sergio Fleury. Na época, o episódio ficou conhecido como “Chacina da Lapa”.³⁵⁸

Apesar do auge das discussões da Anistia a partir de meados dos anos 1970, houve debates nesse sentido desde 1964, tendo a figura do ministro do Superior Tribunal Militar (STM) Peri Bevilaqua como um dos defensores da anistia, conforme afirmou Renato Lemos. A voz inicial de Bevilaqua ganhou adeptos no STM, como o general Olympio Mourão Filho. Em entrevista à revista *Manchete*, mostrou-se favorável à concessão de anistia aos atingidos pela “[...] contra-revolução de 31 de março de 1964”.³⁵⁹

O jornalista Carlos Heitor Cony, o escritor Tristão de Athaíde, o filósofo Alceu Amoroso Lima, o deputado Nicanor e o senador Josaphat Marinho foram também defensores da anistia em momentos iniciais do regime. Entretanto, tal defesa só ganhou corpo e apoio a partir de meados dos anos 1970, quando a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) passaram a pressionar o regime.³⁶⁰

A pressão social desses setores e de parte da sociedade gerou a Anistia em 1979. A lei foi elaborada sob “às vistas” do Alto Escalão das três armas. As limitações da Lei estavam presentes em seu § 2º do artigo 1º, em que afirmava que estavam excluídos “[...] dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.” Entretanto, não puniu aqueles que estiveram à serviço do regime, quando “[...] cometeram crimes políticos ou conexos”.³⁶¹ A Anistia ampla era

³⁵⁷ RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS; Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.179.

³⁵⁸ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012, p.187.

³⁵⁹ LEMOS, Renato (Org.). **Justiça fardada: o general Peri Bevilaqua no Superior Tribunal Militar (1965-1969)**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p.17.

³⁶⁰ RODEGHERO, *op.cit.*, pp.173-177.

³⁶¹ Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1979/6683.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

permeada de limitações, desse modo, garantiu-se que os torturadores saíssem ilesos da ditadura.

A historiadora Flávia Burlamaqui Machado em sua dissertação de mestrado, *As Forças Armadas e o processo de Anistia no Brasil (1979-2002)*, esboça particularmente o caso dos oficiais, mas não deixa de apresentar reflexões relacionadas aos praças. Segundo a pesquisadora, os acontecimentos de 1979 levaram os oficiais cassados a se reunirem frente aos obstáculos impostos pela Anistia, que era favorável ao retorno do serviço ativo dos militares cassados, desde que a função ocupada fosse referente à época do afastamento, mas sendo necessário o surgimento da vaga para que fosse reintegrado às Forças Armadas. O militar retornava de maneira desmoralizado diante daqueles que continuaram a carreira apoiando o regime de exceção.³⁶² Na prática, não havia o interesse das três armas em reincorporá-los, pois também era o mesmo que reconhecer os erros da ditadura. Essas limitações reforçaram a luta pela revisão da Anistia nos anos 1980 e 1990.

Diante dessas imposições, teve início a Associação dos Militares Cassados (AMIC), tendo como presidente o oficial cassado Paulo Mário. O grupo inicial da AMIC juntou-se a “[...] um grupo de militares ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), comandados pelo brigadeiro Francisco Teixeira”. A partir de 1983, argumenta Machado, o grupo teve o nome alterado para Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM). O novo grupo passou a reforçar as ações em defesa dos oficiais punidos ao ponto de fazer *lobby* entre os parlamentares para a aprovação e ampliação da anistia, além das pressões sobre os governos João Figueiredo e José Sarney.³⁶³

Isso ficou evidente durante o momento das comemorações dos 40 anos do término da Segunda Guerra Mundial, em 1985. A presença do presidente José Sarney no Rio de Janeiro era confirmada na solenidade. O momento foi aproveitado pelos integrantes da ADNAN que conseguiram reunir mais de 200 militares cassados com faixas e cartazes contendo palavras de ordem, como “*Anistia já*” e “*A anistia foi uma farsa*”. O grupo dos militares cassados organizou-se atrás da tropa oficial, gerando um fato político que ganhou repercussão em parte da imprensa acerca da necessidade de revisão efetiva da Anistia.³⁶⁴

³⁶² MACHADO, *op.cit.*, p.93.

³⁶³ *Ibid.*, p.99.

³⁶⁴ *Ibid.*, p.100.

A Emenda Constitucional nº 26, de 1985, tinha como preâmbulo discutir e convocar nacionalmente a Assembleia Constituinte, mas não tinha em suas discussões referências à Anistia. Na mesma época, começou a ser discutido no Congresso a proposta da Emenda Uequet, proposta pelo deputado Jorge Uequet, cuja essência da matéria havia sido elaborada com algumas modificações pelos membros da ADNAM. O *lobby* dos oficiais entre os parlamentares reforçou a causa dos militares injustiçados durante a ditadura.³⁶⁵

Segundo a matéria publicada pela revista *Veja* em outubro de 1985, Jorge Uequet era deputado federal pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio Grande do Sul (PMDB-RS) e tinha defendido os interesses da Organização para a Libertação da Palestina no Brasil e, sobre a anistia dos militares, sugeria três vantagens aos punidos. A primeira era a concessão de anistia a todos os cassados por motivações políticas, tanto através de Atos Institucionais, quanto de medidas administrativas. Os outros dois benefícios eram o recebimento integral dos vencimentos desde a data da punição, bem como a possibilidade de voltar à ativa no posto em que estariam os militares cassados se tivessem seguido carreira.³⁶⁶

A mesma matéria apresentou a forte organização dos ministros militares dentro do Congresso Nacional, no sentido de impedir a aprovação da emenda proposta pelo parlamentar Jorge Uequet. Isso porque, além dos três pontos propostos pelo deputado, havia também a possibilidade de anistiar 2.600 militares punidos. A pressão dos ministros militares Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, Henrique Sabóia, da Marinha, e Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica, sobre o Congresso e o Presidente José Sarney foi constante para impedir a aprovação da Emenda Uequet em 1985. A recusa dos ministros militares era justificada em razão da aprovação da emenda permitir benefício de anistia aos oficiais, aos suboficiais e aos praças cassados por delitos disciplinares que os ministros militares interpretavam como “[...] ladrões, prevaricadores e homossexuais.”³⁶⁷

A ingerência do alto escalão militar era forte, ao ponto de existirem generais representando o Alto Escalão das Forças Armadas dentro do Congresso, objetivando evitar a aprovação da emenda e, para isso, ameaçavam pedir demissão dos cargos, caso o projeto fosse aprovado. Diante das diferentes pressões: “Somente [...] 93 dos 204 deputados votaram contra a orientação do governo”. A justificativa do senador Ulysses Guimarães foi que o presidente

³⁶⁵ *Ibid.*, p.105.

³⁶⁶ Revista *Veja*, 30 de Outubro de 1985, nº 895, p.38.

³⁶⁷ *Ibid.*, p.40.

“Sarney perderia sua sustentação política se aprovássemos a emenda.”³⁶⁸ Na época, Francisco Pinto (PMDB-BA) afirmou que o “Legislativo cedeu como a Arena cedia quando era partido do governo”.³⁶⁹

Com isso, a Constituição de 1988 emerge em uma gama de debates e pressões sociais, expandindo a temporalidade da anistia aos perseguidos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, em razão do longo tempo de perseguições aos civis e militares. A administração do primeiro presidente civil Collor de Melo foi limitada em relação ao enfrentamento dos militares. Durante a sua curta e turbulenta administração, decretou-se o fim do programa nuclear iniciado pelo regime e o fim do Serviço Nacional de Informação (SNI).

As mudanças significativas em relação à Anistia ocorreram durante a administração do governo Fernando Henrique Cardoso, que estava em débito com os perseguidos políticos e as entidades dos grupos de anistiados, pois durante a votação da Emenda Uequet “[...] saiu do plenário pelos fundos, antes do término da votação”.³⁷⁰

Durante a presidência de FHC, foi revogada a Medida Provisória 2.151 de 24 de agosto de 2001 pela Medida Provisória nº 65 de 2002, esta convertida na Lei nº 10.559 em 2002, permitindo ampliação da Anistia, na época limitada em relação aos militares, principalmente aos praças de diferentes patentes. A aprovação da Lei em 2002 possibilitou reconhecimento e concessões de direitos negados aos anistiados políticos.³⁷¹ A Lei nº 10.559 garantiu a reparação econômica, assegurando a readmissão aos postos militares, às promoções e a contagem do tempo de serviço desde o período em que foram punidos pelo regime de exceção. Além disso, concedeu-se aos anistiados a possibilidade de reingressar aos cursos interrompidos durante a ditadura.³⁷²

Somente a partir desse novo momento de revisão da anistia, os praças passaram a ter novas perspectivas. Essas esperanças permitiram aos sargentos reunirem-se no sentido de garantir os direitos tolhidos há mais de 30 anos. Com esse objetivo, alguns praças cearenses elaboraram em 6 de maio 1995 um documento intitulado: “Dos Sub-Oficiais e Sargentos da Força Aérea Brasileira do Ceará atingidos na Revolução de 1964”. A intenção era demonstrar

³⁶⁸ MACHADO, *op. cit.*, p.115

³⁶⁹ Revista **Veja**, 30 de Outubro de 1985, nº 895, p.37.

³⁷⁰ MACHADO, *op. cit.*, p.126.

³⁷¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 dez. 2014.

³⁷² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm>. Acesso em: 13 dez. 2014.

aos congressistas a discriminação que vinham sofrendo e, do mesmo modo, exigiam uma “[...] solução para [...] reparação das injustiças sofridas”, alertando os parlamentares acerca das portarias e dos atos administrativos como razões políticas das punições sofridas, pois perpetuavam as injustiças praticadas aos diversos praças brasileiros.³⁷³

Anos depois, alguns integrantes que assinaram o referido documento deram início ao Grupo de Anistiados Lutando Organizados (GALO). Os militares se organizaram em razão da efetiva revisão da Anistia em 2001. O GALO tinha por finalidade representar, defender e reunir os militares anistiados, além disso, responsabilizar os associados com as demandas da entidade, que era composta por 11 membros, quatro deles participaram do “Movimento dos Sargentos”, os demais eram militares que serviram em outras unidades e foram perseguidos durante o golpe.³⁷⁴

Ao longo das discussões, os sargentos que assinaram o documento direcionado aos parlamentares, em 1995, não foram totalmente os mesmos que formaram o GALO. A partir do ano 2000, havia dois grupos lutando pela anistia dos militares cearenses. Isso ocorreu porque houve dissidências entre os sargentos. As discordâncias podem ser, em parte, explicadas desde a instauração do IPM na Base Aérea de Fortaleza, quando o objetivo dos encarregados do Inquérito era dividir os sargentos no sentido de causar dissidências, gerando inimizades e discordâncias. Apesar desse aspecto, todos os militares perseguidos que estavam vivos se engajaram na luta pelos seus direitos. Para o sargento Aélcio, a Anistia ocorreu em

³⁷³ Arquivo Pessoal fornecido pelo sargento anistiado José Arribamar Oliveira Souza. Assinaram o documento os militares: José Arribamar Oliveira Souza, João Salviano de Souza Leite, João Xerez Frota, Dady Fauth, Geraldo de Queiroz Teixeira, Eródoto José Rodrigues, Francisco Gomes Soares, Clovis Holanda de Vasconcelos, Francisco Aélcio Almeida Monteiro, Gilmar Lima Verde de Paula, Edson Gereba de Farias, Luiz Gonzaga Rodrigues Bandeira.

³⁷⁴ Arquivo Pessoal fornecido pelo anistiado Luiz Gonzaga Rodrigues Bandeira. O Grupo dos Anistiados Lutando Organizado (GALO) tinha como sede de reuniões o apartamento do sargento e coordenador-geral Francisco Aélcio Almeida Monteiro. Eram integrantes da entidade: João Salviano de Souza Leite, Antônio Barbosa de Araújo, Manoel Mário de Moraes, José Nilton Freitas, Mário José Teles, João Xerez Frota, Geraldo de Queiroz Teixeira, Francisco Gomes Soares, Francisco Aélcio Almeida Monteiro, Luiz Gonzaga Rodrigues Bandeira e João Coridin Soares. Durante a pesquisa no Projeto *Brasil Nunca Mais*, pode ser detectada a presença do militar Mário José Teles indiciado pelo Processo 445, em que os acusados eram militares que serviam em Recife, sendo denunciados em outubro de 1964. Os militares João Coridin Soares e José Nilton Freitas tinham sido expulsos desde a Revolta dos sargentos em setembro de 1963, onde aparecem como integrantes do movimento, conforme o Processo 692. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=bnm&pesq=&pesquisa=Pesquisar>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

três etapas: “[...] em 1979, na Constituição de 1988, e a terceira foi com o FHC em [...] 2001 por medida provisória, em 2002 já foi a sanção. O Lula não fez nada pelos anistiados”.³⁷⁵

Nesse novo contexto, outras entidades se organizaram, como a Associação dos Anistiados Políticos-Militares da Aeronáutica (GEUAr) de Lagoa Santa, iniciada em 2002 na cidade de Minas Gerais. Os integrantes homenagearam a sigla criada a partir do Grêmio Esportivo Unidos do Ar fundado desde 1963, já que muitos dos seus membros na época foram cassados. Os empecilhos da Anistia de 1979 e as restrições sofridas obrigaram a organização a sair a campo para demonstrar que as formas de perseguições e expulsões foram muitas, sobretudo porque muitos deles foram atingidos pela Portaria 1.104GM3/64, que reduzia o período de reengajamento para no máximo 8 anos, facilitando o controle, as perseguições e o afastamento dos praças, que eram os principais atingidos politicamente.³⁷⁶ As perseguições às categorias de suboficiais, sargentos, cabos e soldados primavam pelo fim das organizações e agitações em que muitos deles estiveram envolvidos nos anos 1960 e durante o período do golpe, todas as organizações e os envolvidos foram punidos.

Em 16 de julho de 2002, o Plenário da Comissão de Anistia reconheceu que a referida Portaria do Ministério da Aeronáutica fazia parte do “[...] ato de exceção, de natureza exclusivamente política”.³⁷⁷ Esse tipo de portaria foi comum nas Forças Armadas e era uma forma de justificar as perseguições e os afastamentos, sendo apresentados argumentos de natureza administrativa.

A Portaria 1.104GM3/64 provavelmente atingiu outros praças na Base Aérea de Fortaleza, além dos envolvidos no “Movimento dos Sargentos” na noite de 1 de abril de 1964. Existe uma extensa lista de militares anistiados pela Aeronáutica cearense, nela constam 52 militares, destes apenas 6 participaram do “Movimento dos Sargentos”.³⁷⁸ A lista de

³⁷⁵ Entrevista realizada com o militar anistiado Francisco Aélis Almeida Monteiro em 20 de dezembro de 2013 na sua residência, em Fortaleza.

³⁷⁶ COSTA, Esther Itaborahy. **Do banimento à luta pela Anistia: história e memória da Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica- GEUAr**. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2014.

³⁷⁷ Relatório Final da Comissão Especial de Anistia publicado em 2010 destinado a acompanhar, até 2008, a aplicação das seguintes leis de Anistia: Lei nº 8.878/1994, que “[...] dispõe sobre a concessão de anistia”; Lei nº 10.790/2003, que “[...] concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório”; Lei nº 11.282/2006, que “[...] anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT punidos em razão da participação em movimento grevista”; e Lei nº 10.559/2002, que “[...] regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, p.25. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/829264.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

³⁷⁸ Disponível em: <<http://www.militarpos64.com.br/>>. Acesso em: 9 jun. 2013.

anistiados disponibilizada pelo Estado Maior da Aeronáutica, em outubro de 2006, não representa a totalidade dos atingidos. Além disso, constam praças que iniciaram a carreira militar na unidade cearense, mas serviam em outros quartéis, onde foram cassados. Apesar de inconcluso, o documento apresenta um total de 2.182 praças cassados pela Aeronáutica brasileira.

O cabo Jamil Motta Vasconcelos, na época, era um dos responsáveis pela incorporação dos militares na Aeronáutica e, depois da lista de anistiados ser apresentada ao entrevistado, ele reconheceu civis que trabalhavam na unidade, entre eles estão também ex-integrantes do GALO que serviam no Ceará, Natal, Recife e Brasília. Comparando os dados dos atingidos na Aeronáutica cearense somam em torno de 68 militares, entre eles, 22 estão relacionados às perseguições em decorrência do “Movimento dos Sargentos”. Desses, três eram oficiais, dois suboficiais e os demais atingidos eram os sargentos. Assim, as perseguições foram numerosas entre os militares da Aeronáutica cearense, do mesmo modo no Exército, tanto na capital como no interior do Estado. Esse aspecto evidencia a dimensão das perseguições que não se restringiram aos civis, mas também aos militares, cujo universo apresenta-se rico às reflexões propostas pela História Política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho não tem o objetivo de finalizar as reflexões sobre os sargentos cearenses, principalmente porque outros militares no Ceará foram perseguidos, presos e expulsos das fileiras das Forças Armadas, exigindo outras pesquisas de maneira que se amplie um campo pouco explorado na bibliografia sobre o regime de exceção.

Apesar do aspecto específico da carreira militar, a compreensão histórica sobre a categoria dos sargentos precisa ser apreendida de forma relacionada a um acúmulo histórico de anseios, cujos aspectos e reivindicações se aproximam às demandas populares ao longo do século XX. Os anos 1960 refletiram uma conjunção de fatores, principalmente com a chegada de João Goulart à Presidência da República, o qual foi condescendente com as demandas dos militares de baixa patente, dada a participação ativa da categoria na defesa da sua posse.

A origem nas camadas populares de boa parte dos sargentos e as arbitrariedades e limitações sentidas nas Forças Armadas levaram muitos deles a se aproximarem das demandas populares. Por isso, o lema na campanha dos sargentos em 1962, “Sargento também é povo”, deve ser compreendido como uma sinalização de proximidade, envolvimento e reconhecimento das lutas em comum com os setores populares.³⁷⁹

O governo João Goulart mostrou-se disposto a realizar as mudanças sociais necessárias para transformar o país com as “reformas de base”, mas desencadeou embates entre os defensores da transformação social e os golpistas, como também o surgimento de um radicalismo em alguns setores da esquerda. A sucessão dos acontecimentos em março de 1964, como o Comício do Presidente na Central do Brasil, a greve dos marinheiros e a anistia deles, fomentaram a caricatura comunista do Presidente, defendida pelos grupos católicos e constantemente veiculada na imprensa, deixando caminho livre para os civis e os militares golpistas entrarem em cena, mesmo havendo alguns oficiais indecisos.

O golpe civil-militar em 31 de março de 1964 afastou civis e militares que defendiam a democracia, fato que continuou durante a ditadura, quando foram travadas muitas batalhas, seja resistindo às perseguições, às torturas ou nas guerrilhas, mas muitos não chegaram ao fim desse processo histórico, pois tiveram suas vidas ceifadas pelos órgãos repressores.

³⁷⁹ MENDES, *op.cit.*, 2000.

Por isso, depois de 50 anos o “Movimento dos Sargentos” é um objeto de pesquisa atual e está inserido em uma ampla rede de discussões que não se restringem aos militares atingidos pela Aeronáutica cearense, além disso, ainda é comum em diferentes unidades militares as perseguições, o militarismo e as arbitrariedades.

Os militares e civis atingidos pelo golpe civil-militar estão envolvidos em uma ampla teia de culturas políticas, partilhadas com objetivos comuns no que tange às mudanças necessárias para a sociedade brasileira, sobretudo da população urbana e da rural, privadas de direitos básicos. Em função disso, o período dos anos 1960 obrigava uma tomada de posição nos debates, mesmo que para isso houvesse uma contraposição aos oficiais golpistas. Os sargentos eram conscientes que a cultura militar deveria servir à manutenção das autoridades constituídas. Além disso, sabiam da relevância da categoria no corpo da tropa e posicionaram-se a favor da democracia, juntamente com as tropas de cabos e soldados.

Esses fatos, as prisões e as torturas sofridas pelos diferentes militares na Aeronáutica cearense não foram divulgados no Relatório da Comissão da Verdade, publicado no final de 2014, o qual deixou de mencionar também o espaço da Base Aérea de Fortaleza como local também de prisões e torturas.³⁸⁰

Em relação aos atingidos pelo regime e, conseqüentemente, seus familiares, as dimensões de perdas, as dificuldades e os sofrimentos são impossíveis de serem mensurados e narrados, porém revelá-los é uma tarefa do historiador. Percorrer esses caminhos exigem do historiador, ou daquele que pretende seguir trajetórias de personagens que muitas vezes não estão mais entre nós e requer um cuidado epistemológico ao se debruçar sobre o “[...] material para transformá-lo em história”, como sugere Michel de Certeau.³⁸¹

Com esse intento, objetivou-se uma “operação historiográfica”, mas consciente, pois: “A história não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata de história política”.³⁸² Logo, a escolha de um objeto de pesquisa está atrelada a concepções e perspectivas de mundo e o “Movimento dos Sargentos” faz parte de uma da reflexão, em que

³⁸⁰ São citados como locais de tortura no Estado do Ceará: 10º Grupo de Obuses, 23º Batalhão de Caçadores, Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), Escola de Aprendizes de Marinheiros, Instituto Penal Paulo Sarasate, Polícia Federal, Presídio do 2º Distrito Policial da Delegacia de Segurança Pública, Quartel General da 10ª Região Militar, Casa dos Horrores, em Maranguape. Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, Volume I, Tomo II, p.239. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

³⁸¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010, p.79.

³⁸² RÉMOND, *op.cit.*, 2003, p.22.

os personagens históricos saíram em defesa da democracia, a qual ainda hoje sofre ameaça, ao ponto de alguns movimentos negarem a ditadura civil-militar, iniciada em 1964. Com isso, ignoram as prisões, o exílio, os assassinatos, as torturas e os desaparecimentos, demonstrando que a memória, a verdade e a justiça permanecem incompletas. Sobretudo pela anistia concedida aos integrantes da ditadura.

FONTES UTILIZADAS

Periódicos

Atas das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Fortaleza, 1963
Correio do Ceará (1963,1964)
Diário Oficial do Estado do Ceará, 1952
Gazeta de Notícias (1962, 1963)
Ministério do Exército, 10ª Região Militar, Boletins Regionais nº 70, 83, 1964
O Estado (1962, 1963)
O Nordeste (1964)
O Povo (1962, 1964, 2004)
Tribuna do Ceará (1963)
Unitário (1963, 1964)

Arquivos

Anistia 64/68
Arquivo Brasil Nunca Mais na Unicamp
Assembleia Legislativa de Fortaleza
Biblioteca Menezes Pimentel
Câmara dos Vereadores de Fortaleza
Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, Arquivo Wanda Sidou.

Fontes Orais

Edson Gereba Farias
Francisco Aélío Almeida Monteiro
Francisco Gomes Soares
Jamil Motta Vasconcelos
Jamiro Dias Oliveira
José Arribamar Oliveira Souza
Luiz Gonzaga R. Bandeira

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALENCAR JUNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora**: o coronel modernizador do Ceará. Fortaleza: Tese (Doutorado em Sociologia) UFC, 2006.
- ALENCAR, Silvia Elisabeth de Paula. **Novamente a vida civil**: nas veredas de pedras a tessitura dos sonhos. Faculdade Integrada do Ceará, Curso de Pós-Graduação em História da Cultura, 2004.
- ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo o Leme a Bombordo**: marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia. Niteroi: Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.
- ALMEIDA, Nilton Melo. **Os Ferroviários na Cartografia de Fortaleza**: rebeldes pelos caminhos de ferro. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- ALVES, Taiara Souto. **Dos quartéis aos tribunais**: a atuação das Auditorias Militares de Porto Alegre e Santa Maria no julgamento de civis em processos políticos referentes às Leis de Segurança Nacional (1964-1978). Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ARENDT, Hannah. **O que é política**: fragmentos das Obras Póstumas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- AZEVEDO, Miguel Ângelo (Nirez). **Cronologia Ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza/Banco do Nordeste: 2001. Volume I e II.
- BARBO, Daniel. O labirinto da homossexualidade. Cultura política homossexual entre a Grécia Antiga e a modernidade. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009.
- BAUER, Carolina Silveira. Arquivos de Regime Repressivo: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; Luca, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Azevedo; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BRASIL NUNCA MAIS. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa e a História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPITANI, Avelino Bion. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofício, 1997.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964), pp.279-306. In: FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v.2).

CARVALHO, Bruno Guedes de. **NAS PRENSAS E NOS QUARTÉIS**: as demandas dos militares subalternos através da coluna “Plantão Militar” (1957-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. Forças Armadas e Política, 1930-1945. In: **A Revolução de 30: Seminário Internacional-CPDOC/FGV** (Rio de Janeiro, Setembro de 1980). Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1983 (Col. Temas Brasileiros).

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **A origem social dos militares**: novos dados para uma antiga discussão. Novos Estudos Cebrap, nº 37, novembro 1993.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

COSTA, Esther Itaborahy. **Do banimento à luta pela Anistia**: história e memória da Associação dos Anistiados Políticos Militares da Aeronáutica - GEUAR. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 2014.

- COSTA, Henri Randel. **Eleição é Tapeação. Luta Armada é a Solução:** leituras, experiências e construção do *Consensus Bellicu* na nova esquerda marxista cearense (1962-1976). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- COSTA, José Caldas. **Caparaó:** a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Com rancor e com afeto:** rebeliões militares na década de 30. (Trabalho apresentado à Oitava Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Anpocs, Águas de São Paulo, 1984).
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância:** uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Unesp, 2014.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- _____; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo:** a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____; SOARES, Gláucio Ary D.; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. **Sindicatos, carisma e poder:** o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____; CASTRO, Celso (orgs.). **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. **História e Culturas Políticas:** definições, usos e genealogias. UFMG: Revista Varia História, 2002.
- FALCON, Francisco. **História Cultural:** uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2002.
- FARIAS, Airton de. **Além das armas:** guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-1972). Fortaleza: Livro Técnico, 2007.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

FRAGOSO, Antônio Batista; SANTOS, Eiéso dos; GONÇALVES, Luiz Gonzaga; CALADO, Alder Júlio Ferreira; FRAGOSO, João da Cruz. **Igreja de Crateús (1964-1998): uma experiência popular e libertadora**. São Paulo: Edições Loyka, 2005.

FRANK, Robert. **Questões para as fontes do Presente**. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

GIRÃO, Blanchard. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1985.

_____. **Só as armas calaram a Dragão**. Fortaleza: ABC, 2005.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. (orgs.) **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **O Preço do Passado**: Anistia e repação de perseguidos políticos no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. Conflito com a cultura e tradições locais. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira; FRAGOSO, João da Cruz. **Igreja de Crateús (1964-1998)**: uma experiência popular e libertadora. São Paulo: Edições Loyika, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____. Era o golpe de 1964 inevitável? In: **1964**: visões e críticas do golpe: democracias e reformas no populismo. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

Guia de normatização de trabalhos acadêmicos. Universidade Estadual do Ceará. Sistemas de Bibliotecas. Fortaleza, 2014.

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. Entre sensores e jornalistas: colaboração e imprensa no pós-1964. In: **1964-2004**: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Seminário 40 Anos do Golpe de 1964. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-Volta Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LOPES, Régis; KUNS, Martine. **Frei Tito**: em nome da memória. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

MACIEL, Wilma Antunes. São Paulo. **Militares de esquerda**: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974). São Paulo: Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, 2009.

MACHADO, Flávia Burlamaqui. **As forças armadas e o processo de anistia no Brasil (1979-2002)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

MAIA, Edmilson Alves. **Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MARIANO, Andreysson Silva. **Uma Esquerda em Silêncio: militantes trotiskistas de Fortaleza no período de 1963-1970**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, 2011.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Anistia ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

MEIRELLES, Bolivar Marinho Soares de. **Conflitos políticos e ideológicos nas forças armadas brasileiras (1945-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade Getúlio Vargas, 1990.

MELO, Luis Carlos Leite de. **Igreja e Estado no Brasil: Encontros e Desencontros o Caso de Crateús-CE. (1964-1974)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Recife, 2000.

MENDES, Selva Corrêa. **Sargento também é povo**. João Pessoa: Editora Ideia, 2000.

MESQUITA, Vianney. CARVALHO, Gilmar de. **Estudos de Comunicação no Ceará**. Fortaleza, Edições Agora, 1985.

MONTENEGRO, Abelardo. **O Integralismo no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial no Ceará, 1986.

_____. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MORAES, Ronaldo Queiroz de. **Do Exército Moderno à República Militar: Caserna, Política e Tensão (1913-1917)**. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2009.

MORAIS, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Vol. I.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-1964. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____.(org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, Editora Argvmentvm, 2009.

MOTA; Carlos Guilherme; Adriana, LOPEZ (Orgs.). **História do Brasil: uma interpretação**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

- MOROSINI, Liseane. **Mais deveres que direitos: os Sargentos e a luta pela cidadania negada (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1998.
- NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza, Grecel, 1975.
- NUNES, Márcia Vidal. **O Jornal O Povo durante os dois governos de Virgílio Távora (1963/1966 e 1979/1982)**. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em Sociologia), UFC, 1991.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____. **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco Dias de. **Prisão que liberta**. Fortaleza: Editora Evolutivo, 2003.
- OLIVEIRA, Papito de. **Vozes Silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.
- PARENTE, Francisco Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986) In: SOUZA, Simone de. GONÇALVES, Adelaide (Organizadoras). **Uma Nova História do Ceará**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2007.
- PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê – os camisas verdes no Poder**. Fortaleza; Edições UFC, 1986.
- PARUNKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de Guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. BH: Editora Autêntica, 2005.
- PINSKY, Carla Bressanezi, (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo, Editora Contexto, 2005.
- PORTUGAL, Niedja Lima Torres. **Estudantes em Movimento (Fortaleza 1969-79)**. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal do Ceará, 2008.
- PROST, Antoine. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- RABELLE, Gilson. **A Guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- RAMALHO, Bráulio. **O movimento estudantil no Ceará (1928-1968)**. Rio; São Paulo; Fortaleza: ABC Editora, 2002.
- REGIS, João Ramires. **Integralismo e Coronelismo**. Interfaces da dinâmica política no interior do Ceará (1932-1937). Tese (Doutoramento em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- REIMÃO, Sandra. **“Proibido a publicação de livros...”- censura a livros na ditadura militar**. In: Revista Estudos Avançados n° 28, 2014.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____. ; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. (Org.) **O Golpe e a Ditadura militar**. Bauru: São Paulo: Edusc, 2004.

_____. **A revolução faltou ao encontro- os comunistas no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1990.

RENNÓ, Lúcio. **Quando a Memória é um Campo de Batalha**: Envolvimentos Pessoais e Políticos com o Passado do Exército Nacional. In: Projeto História. São Paulo: EDUC, n. 16, 1998.

_____. **Teoria da cultura política**: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, n.45, 1998.

RIBEIRO, Denise Felipe. **A anistia brasileira**: antecedentes, limites e desdobramento da ditadura civil-militar à democracia. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Fluminense, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

RIoux, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIoux, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS; Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar**: o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras**: 1961-1964. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Rio Grande do Sul, 2009.

ROQUIÉ, Alain. (org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. **O estado militar na América Latina**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SANTOS, Bárbara Cacao dos. **“TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”: O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, 2009.

SANTOS, Stepan Freitas. **Batalha pela democracia: 1961-1964 – Outras visões, os Sargentos e ao Governo João Goulart**. Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em História)-Faculdade Getúlio Vargas, 2010.

SEIXAS, Alexandre Magalhães. **A Justiça Militar no Brasil: Estrutura e Funções**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SARAIVA, J. Ciro. **No Tempo dos Coronéis**. Fortaleza: ABC, 2011.

SILVA, Hélio. **A vez e a voz dos vencidos**. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

_____. **O Poder Militar**. Porto Alegre: Editora L&PM, 1984.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: **De Getúlio a Castelo (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. Era o golpe de 1964 inevitável? In: **1964: visões e críticas do golpe: democracias e reformas no populismo**. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

_____. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SANTOS, Stepan Freitas dos. **Batalha pela Democracia: outras visões, os sargentos e o Governo João Goulart (1961-1964)** Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Getúlio Vargas, 2010.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre Relação entre a História Oral e as Memórias**. In: Projeto História. São Paulo: EDUC n. 15, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) **1964: visões e críticas do golpe: democracias e reformas no populismo**. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

VACONCELOS, Claudio Bezerra de. **“Um provável futuro desajustado”**: As punições aos oficiais subalternos e às praças militares após o golpe de 1964. Anais das Jornadas de 2007. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

. **A trajetória nacionalista dos oficiais cassados após o golpe de 1964.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo: julho 2011.

. **As análises da memória militar sobre a ditadura:** balanços e possibilidades. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: vol.22 nº 43, janeiro-junho de 2009.

VENTURA, Zuenir. **1968, O Ano que não Terminou.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

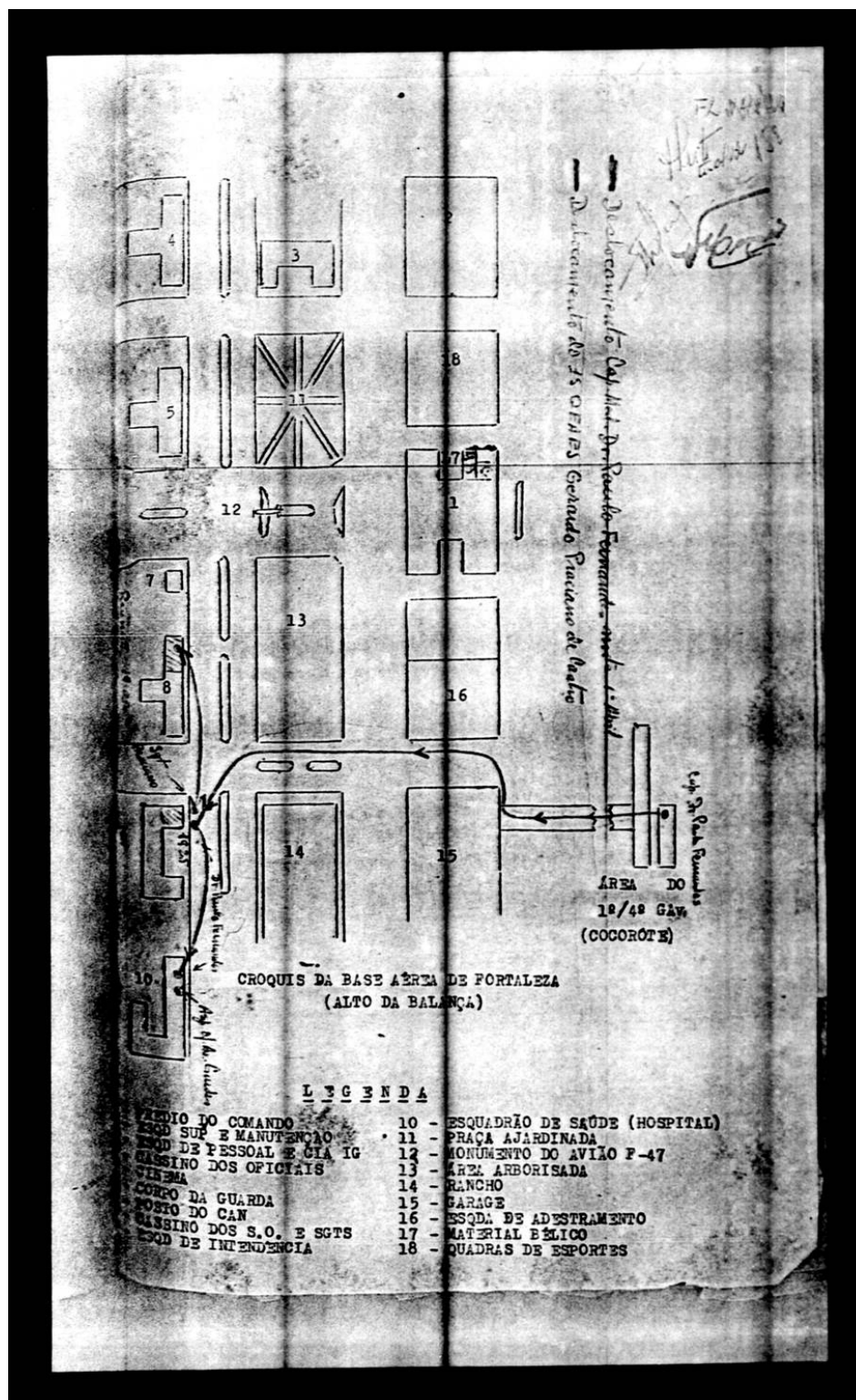
VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935:** sonho e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

ZAVERUCHA, Jorge; MELLO FILHO, Hugo Cavalcanti. **Superior Tribunal Militar:** Entre o Autoritarismo e a Democracia. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Vol. 47, n.4, 2004.

ANEXOS

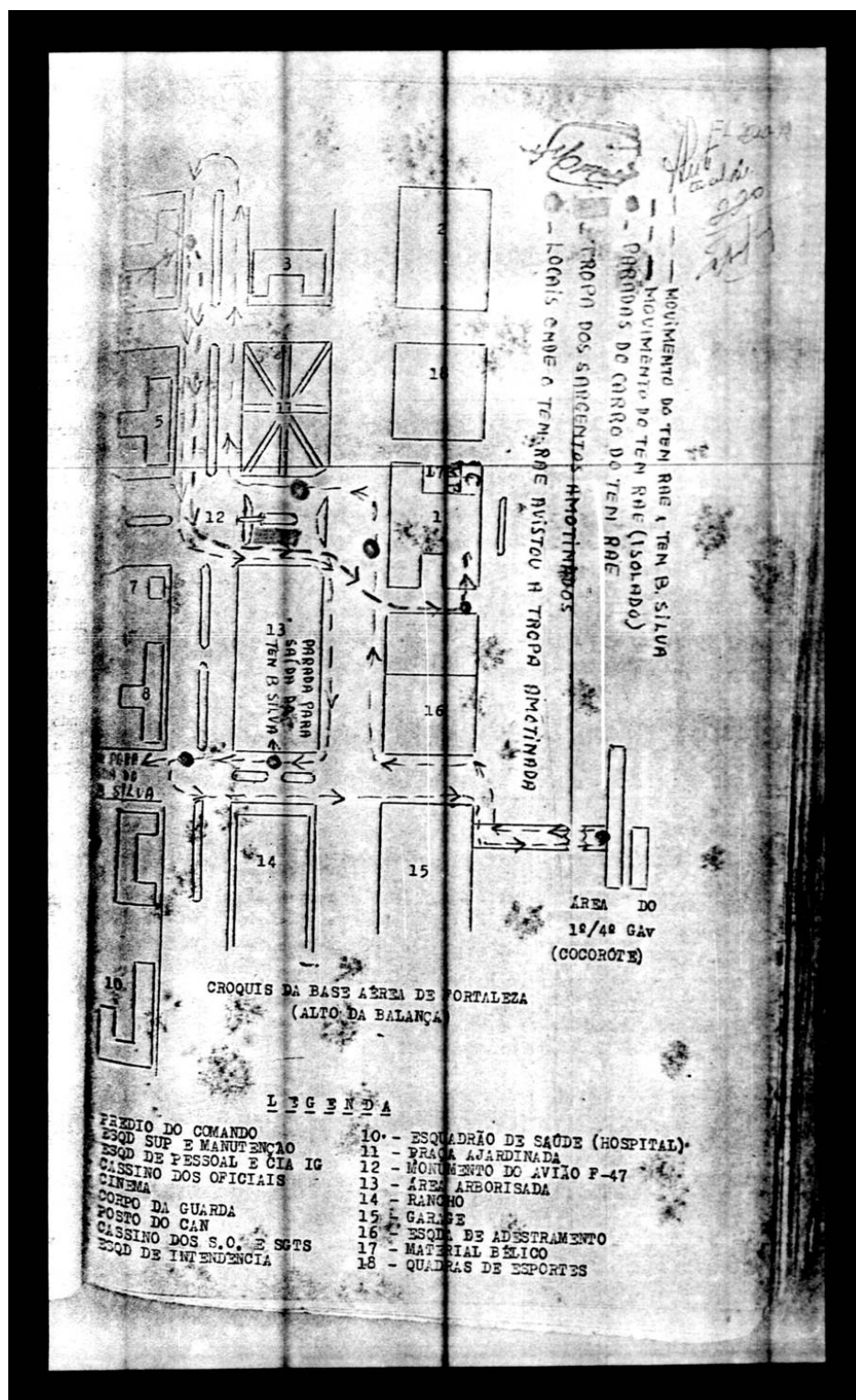
Anexo 1

Segundo a legenda do croqui: “Deslocamento capitão médico na noite de 1 de abril” e o “Descolocamento do sargento Geraldo Praciano de Castro”. BNM; Processo 164, p. 158.



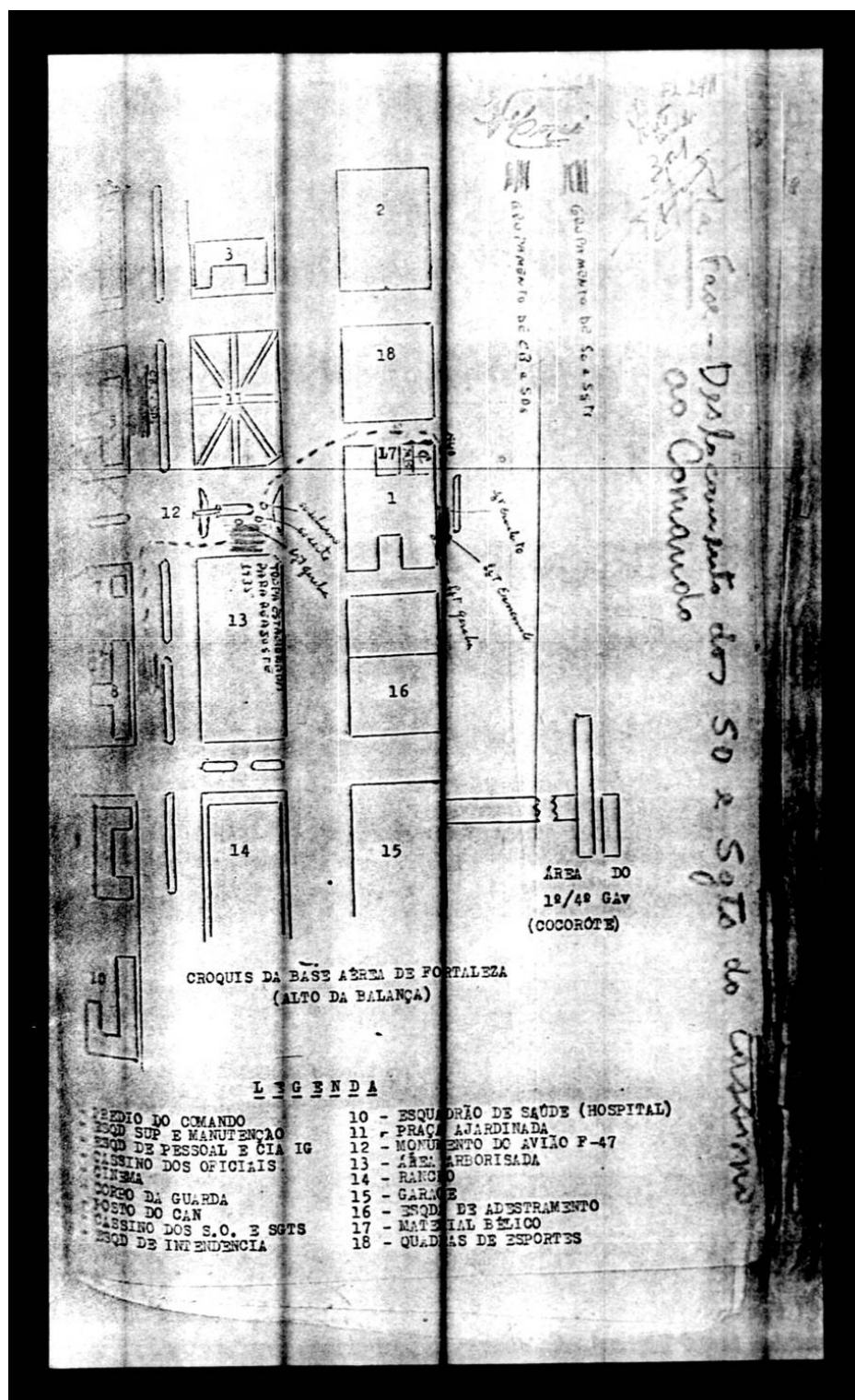
Anexo 2

Legenda do croqui: "Movimento do tenente Rae e tenente B. Silva", "Movimento do tenente Rae (isolado)", "Paradas do Carro do tenente Rae", "Tropa dos sargentos amotinados" e "Locais onde o tenente Rae avistou a tropa amotinada". BNM; Processo 164, p. 224.



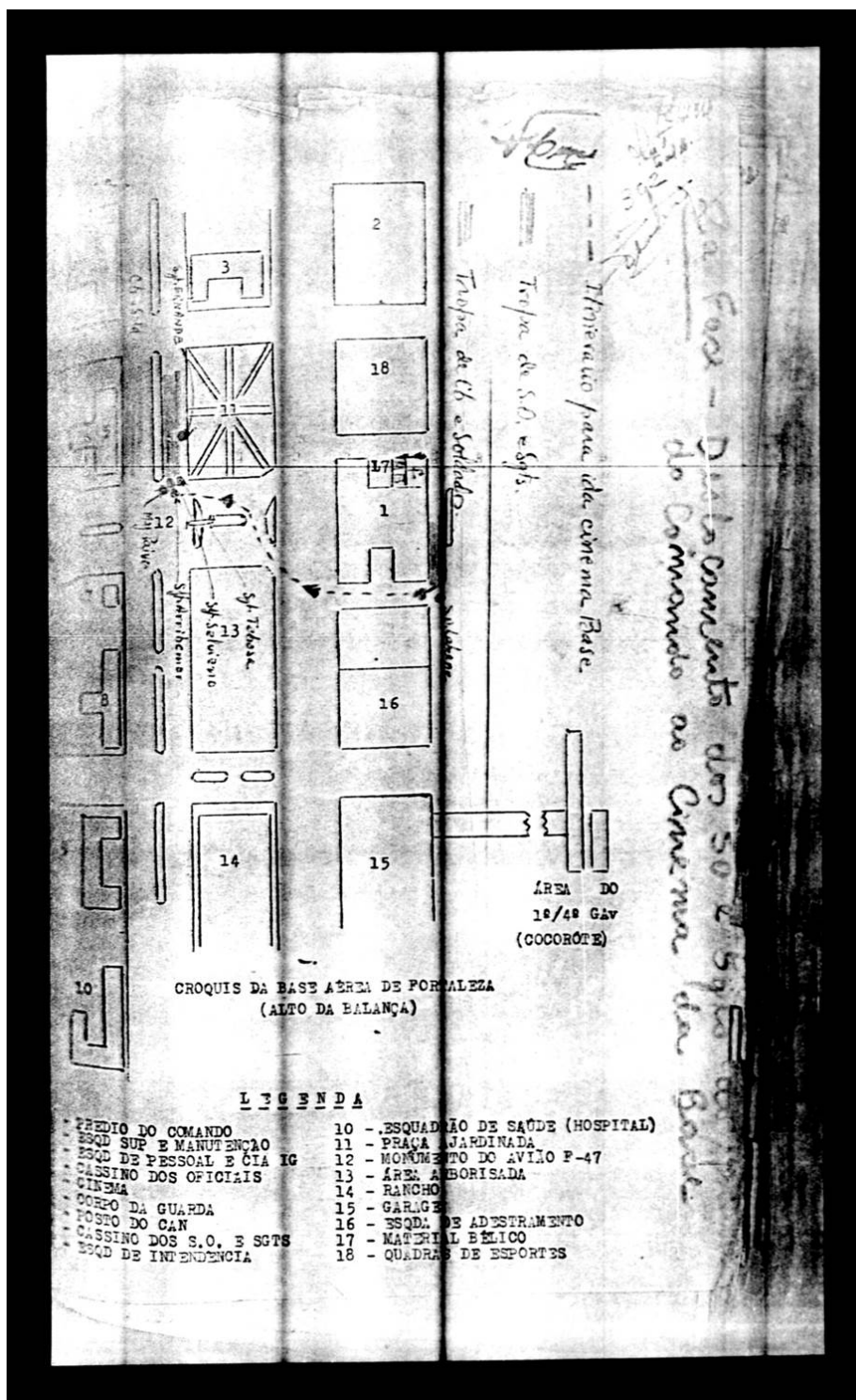
Anexo 4

Legenda do croqui: "1ª Fase-Deslocamento dos Suboficiais e Sargentos do Cassino ao Comando"; "Grupamento de Suboficiais e Sargentos"; "Grupamento de Cabos e Soldados". BNM; Processo 164, p. 305.



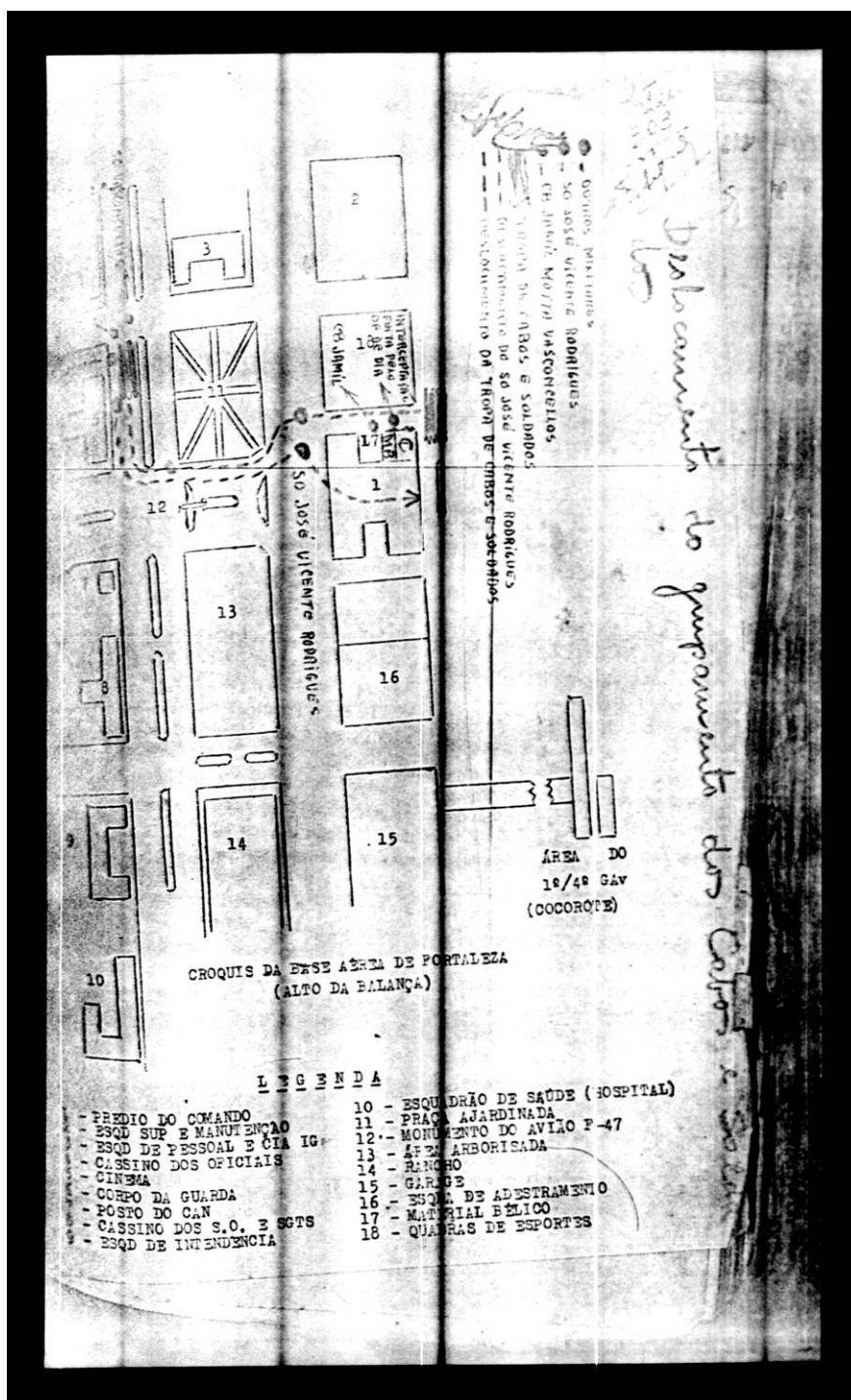
Anexo 5

Legenda do croqui: “2ª Fase-Deslocamento dos Suboficiais e Sargentos do Cassino ao Comando da Base”; “Itinerário até o cinema da Base”; “Tropa de Suboficiais e Sargentos”; “Tropa de Cabos e Soldados”. BNM; Processo 164, p. 306.



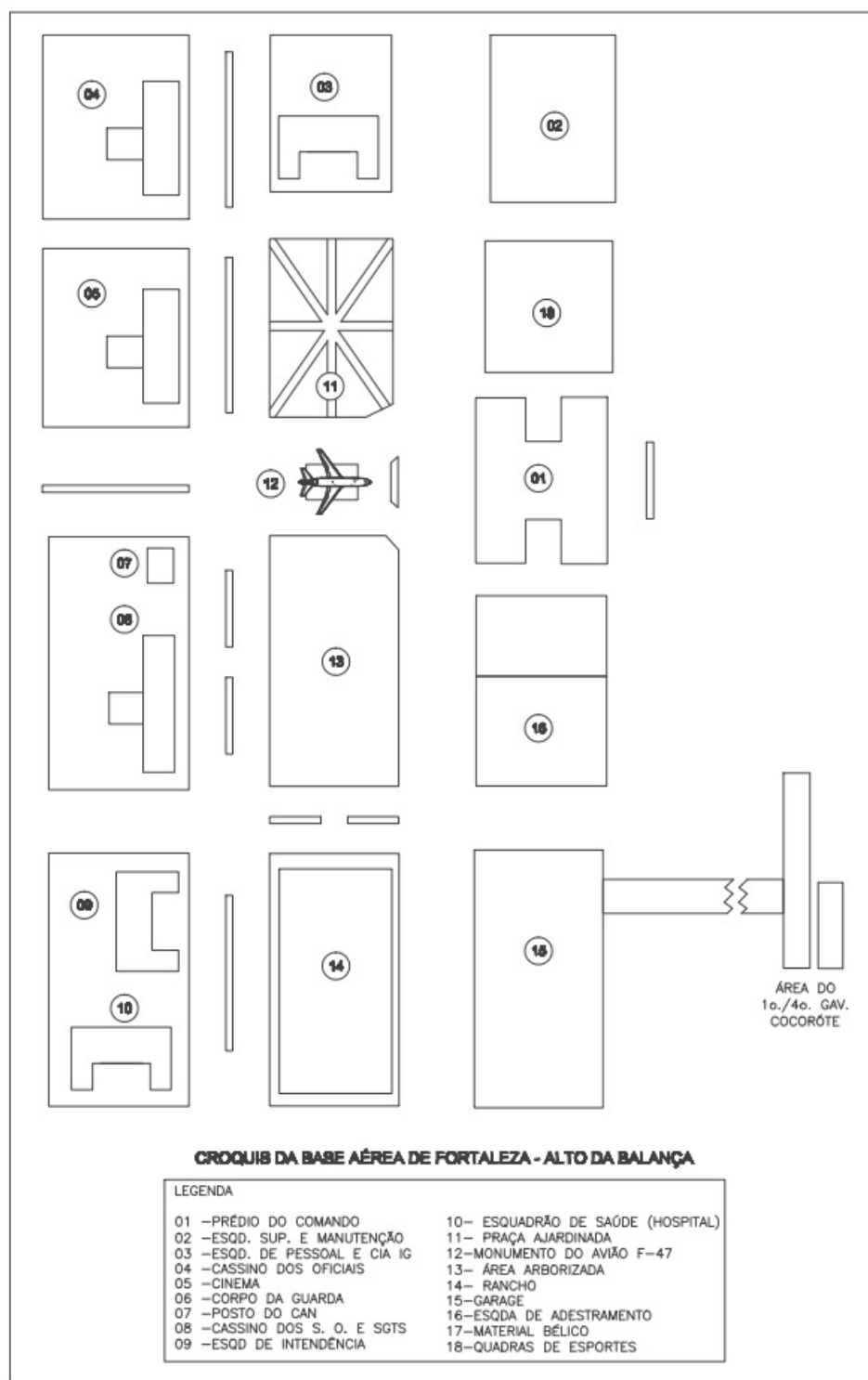
Anexo 6

Legenda do croqui: “Deslocamento do grupamento dos Cabos e Soldados”; “Outros militares” [?]; “Suboficial José Vicente Rodrigues”; “Cabo Jamil Motta Vasconcellos”; “Tropa Cabos e Soldados”; “Deslocamento do Suboficial José Vicente Rodrigues”; “Deslocamento da tropa Cabos e Soldados”. BNM; Processo 164, p. 307.



Anexo 7

Reprodução do mapa da Base Aérea de Fortaleza



Anexo 8

BNM; Processo 164; Volume 1, p.146.

RELACÃO DE LIVROS	
COLEÇÃO CAMINHO DO POVO	
Quem São as Ligas Camponesas?	Melson Werneck Sodré
Quem é o Povo do Brasil?	Melson Werneck Sodré
Quem Faz as Leis no Brasil?	Osny Duarte Pereira
Por que os ricos não fazem greve?	Alvaro Vianna Pinto
Quem Dará o Golpe no Brasil?	Wanderley Guilherme
O que é a Revolução no Brasil?	Franklin de Oliveira
O que é Reforma Agrária?	Paulo R. Schilling
Vamos Nacionalizar a Indústria Farmacêutica?	Maria Augusta Figueira
Como atua o Imperialismo no Brasil?	Sylvio Montalvo
Como São feitas as Greves no Brasil?	Jorge Miglioli
Como Planejar Nosso Desenvolvimento?	Belga Hoffmann
A Igreja Está com o Povo?	Padre Aloísio Guerra
De que Moura Nosso Povo?	Agnaldo M. Marques
Quem é Imperialismo?	Edouard Bailby
Por que Existem Analfabetos no Brasil?	Sérgio Guerra Duarte
Salário é Causa da Inflação?	João Pinheiro Neto
Como agem os Grupos de Pressão?	Plínio de Abreu Ramos
A Política Externa Conviniente ao Brasil?	Vandirlei Carneiro
Violência de Rua (Versos) Volumes 1, 2 e 3	
UNIVERSIDADE DO POVO	
Inaugurações Contra Cuba	José Rego e J.R. Estrela
A Minúcia é Nossa	Gengim da Fonseca
321 Perguntas a um Brasileiro	Herculano Neves
Os Corilões e o Povo e a Reforma Agrária	Gengim da Fonseca
Romances do Rio da Guadalupe	Jamil A. Haddad
Máquina de Transformar Crê em Dólares	Barbosa Lima Sobrinho
A Igreja Ainda é Cristã	Padre Aloísio Guerra
Política Externa e Povo Livre	Edmar de Brito
O Petróleo do Brasil	Paulo Bandeira
Indústria da Educação	Henrique Machado
Junio e a Petrobrás	José de Calzanis
A Petrobrás é Nossa	Gengim da Fonseca
Revolta da Chibata	Edmar de Brito
A Verdadeira História da República	LEONILDO GASPARI
Em Agosto Getúlio Ficou Só	Cultura Popular da UNE
Um Dia na Vida do Brasileiro	Paulo Guilherme Martins
O Pão, O Feijão e as Forças Ocultas	Cel. Joselino Brasil
Senhor Deus dos Desgraçados	Gengim da Fonseca
Reforma Agrária no Brasil	Reinaldo de Oliveira
Petróleo Taicão e Vitória	Leandro Coutinho
Mãe e Magistra	PAPA JOÃO XXIII
O que é Reforma Agrária	Aloísio Sangraio
As Raízes do Nacionalismo	Dagoberto Sales
Em Voz o Triste por dentro	Epitácio Cão
O Brasil Como Política	TUTANK MATTA
Da Luta Pela Data Interimária	F.A. Gomes Neto
Desafio à Fome	José Maranhão
A Unidade ou a Criação do Povo	Alcides Tereza e Orlando Costa
Apresentação do Espetáculo	Fernando de Sá
TA: Documento referido no depoimento do	2S Q-AR ERNANDE CORREA FERREIRA

Reprodução Anexo 8

RELAÇÃO DE LIVROS COLEÇÃO CADERNO DE POVO

O que são as ligas as Ligas Camponesas?	Nelson Werneck Sodré
Quem é o povo do Brasil?	Nelson Werneck Sodré
Quem faz as leis no Brasil?	Osny Duarte Pereira
Por que os ricos não fazem greve?	Alvaro Vieira Pinto
Quem dará o golpe no Brasil?	Wanderley Guilherme
O que é Revolução no Brasil?	Franklin de Oliveira
O que é Reforma Agrária?	Paulo R. Schilling
Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica	Maria Augusta Tibiça
Como atua o imperialismo ianque?	Sylvio Monteiro
Como planejar nosso desenvolvimento?	Helga Hoffman
A Igreja está com o povo?	Pedro Aluísio Guerra
De que morre o nosso povo?	Aguinaldo M. Marques
O que é imperialismo?	Édouard Bailby
Por que existem analfabetos no Brasil	Sérgio Guerra Duarte
Salário é causa da inflação?	João Pinheiro Neto
Como agem os grupos de pressão	Plínio de Abreu Ramos
A política externa conveniente ao Brasil?	Vamireh Chacon
Violão de Raul (Versos) Volumes 1, 2 e 3	

UNIVERSIDADE DO POVO

Yanques contra Cuba	José Rego e J. E. Estrela
A miséria é nossa	Georgia da Fonseca
321 Perguntas a um brasileiro	Herculano Neves
Os gorilas, o povo e a Reforma Agrária	Gondim da Fonseca
Do Rio	Jamil A. Haddad
Maquin de transformar Cr\$ em dólares	Bárbara Lima Sobrinho
A Igreja ainda é cristã	Pedro Aluísio Guerra
Política externa e povo livre	Eduardo Portela
O regime do latifúndio no Brasil	Brasil Bandecetti
Indústria da Educação	Murilo Machado
Jânio e a Petrobrás	José de Balsamo?
O que você sabe sobre o Petróleo?	Gondim da Fonseca
Revolta da Chibata	Edmar Morel
A verdadeira história da República	Leôncio Basbaum
Em agosto Getúlio ficou só	Cultura Polular da UNE
Um dia na vida de um Brasilino	Paulo Guilherme Martins
O pão, o feijão e as forças ocultas	Cel Joselyr Brasil
Senhor Deus dos Desgraçados	Gondim da Fonseca
Reforma Agrária ou Revolução pela fome	Realino de Oliveira
Petróleo do Brasil: Falcões e Vitória	Lourival Coutinho e Joel Silveira
Mater et Magistra	Papa João XXIII
O que é Reforma Agrária?	Aloísio Sampaio
As razões do nacionalismo	Dagoberto Sales
Eu vi o traste por dentro	Epitácio Caó
O Brasil preso político	Tuffik Mattar
Da luta pela autodeterminação	F. A. Gomes Neto
Desafio da Fome	Jarbas Magalhães
A verdade nua e crua: a administração de Jânio Quadro	Hilário Torloni e Edmundo Soares de Souza
Agonia do Capitalismo	Siang Fan Cheng

NOTA: Documento referido no depoimento do 2S Q-AR ERNANDE CORREIA FERREIRA
ERNANDE CORREIA FERREIRA

Anexo 9

A foto compõe presos civis, militares, ferroviários, políticos e militantes do PCB que foram presos entre 1964 e 1966 na cadeia pública de Crateús, em uma tentativa de reconstituição dos presos na imagem podem ser detectados da direita à esquerda sentados: José Fernandes da Silva, sargento do Exército e vereador Antônio Shirley Cruz Jucá, vice-prefeito José Bezerra de Melo, tenente do Exército Manuel Ferreira dos Anjos, ferroviário João Soares dos Santos e o ferroviário José Soares da Silva. Da esquerda à direita em pé: ferroviário Francisco da Silva Araújo, João Aragão, ferroviário Antônio Paulino dos Santos, Edmundo Pinho Brás, ferroviário Francisco Colares Oliveira, José Antônio de Oliveira, comerciante Norberto Ferreira Filho, Antônio Cruz Ribeiro, José Gomes Moreira, ferroviário José da Silva Palhano. Secretaria de Justiça do Estado do Ceará, Wanda Sidou; Processos: 04269979-7, 04269789-1, 04269983-5, 04072054-3, 04072447-6, 04269795-6, 04269785-9, 04269977-0, 04269783-2, 04269979-7, 04269787-5, 04269784-0.



Anexo 10

Inquéritos Policiais Militares Instaurados no Ceará e Presentes no Arquivo Brasil Nunca Mais

	1964/ IPM	1966/ IPM	1968/ IPM	1969/ IPM	1970/ IPM	1971/ IPM	1972/ IPM	1973/ IPM
Militar/Aeronáutica	164							
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	257			375, 573	347			
Militar/4º Batalhão de Engenharia de Crateús (4º BEC)	152							
PORT, Vanguarda Revolucionária e Proletária do Ceará e do Brasil		691						
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)			321					696
Movimento Estudantil			535, 690		556			
Propaganda Subversiva				387				
Panfletagem				540				
Aliança Libertadora Nacional (ALN)					168, 176, 194, 200, 328, 566, 617, 646		667	656
Ultraje à bandeira americana						547		
Pichação						555		
Partido Comunista Brasileiro e Revolucionário (PCBR)						345, 594, 660	092	
Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML)						666		
Sindicato							082	
Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP)							196	
Frente de Libertação do Nordeste (FLNE)							425, 461	
Ação Armada (Sem identificação)							542	

BNM, Tomo II, Volume 1, pp.275-276. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/quadro.htm>>. Acesso em: 5 out. 2015.